GUSTAVO D'ANDREA

Delinquência juvenil: a noção de trajetórias desenvolvimentais e a descrição de
carreiras

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de
Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP,
como parte das exigências para a obtenção do título de
Mestre em Ciências, Área: Psicologia

Apoio: FAPESP

Orientadora: Marina Rezende Bazon

RIBEIRÃO PRETO-SP

2008

**AUTORIZO A REPRODUÇÃO E/OU DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DA PRESENTE OBRA, POR
QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E DE PESQUISA, DESDE
QUE CITADA A FONTE.**

FICHA CATALOGRÁFICA

D'Andrea, Gustavo

Delinquência juvenil: a noção de trajetórias desenvolvimentais
e a descrição de carreiras, 2008.

139 p. : il. ; 30cm

Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Filosofia,
Ci de Ribeirão Preto/USP. Área de concentração: Psicologia
Orientadora: Bazon, Marina Rezende.

1. Delinquência juvenil. 2. Trajetórias desenvolvimentais. 3.
Carreiras Criminosas.

GUSTAVO D'ANDREA

Delinquência juvenil: a noção de trajetórias desenvolvimentais e a descrição de carreiras

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da USP, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências, Área: Psicologia

Aprovado em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Dedico esta pesquisa a:

*Flávia,
Bruno,
Lorenzo,
Adriano e
Olivia*

AGRADECIMENTOS

À *minha família*, pela presença constante durante toda a realização desta pesquisa.

À Prof^ª. Dr^ª. Marina Rezende Bazon pela sua orientação e amizade.

À FAPESP pelo apoio científico proporcionado.

Ao Dr. Paulo César Gentile pelo incentivo e disponibilidade, permitindo o acesso aos processos da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso.

À Prof^ª. Dr^ª. Ruth Estevão por compartilhar de seu conhecimento e acompanhar a pesquisa desde o seu início.

Ao Prof. Dr. Moacyr Lobo da Costa Júnior, da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, pelas vias que possibilitou enxergar.

Aos professores Marc Le Blanc e Pierrete Trudeau Le Blanc, da Universidade de Montreal, pelos valiosos comentários.

Aos professores da FFCLRP e da EERP que contribuíram com suas lições e reflexões.

Aos membros e participantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Desenvolvimento e Intervenção Psicossociais-GEPIIP.

À Dr^ª. Ana Cláudia Soriani do Nascimento Prado pela atenção dispensada.

Ao Clayton de Paula Ribeiro pela recepção e apoio no cartório da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Ribeirão Preto.

À Noraney Ferreira por tornar mais leve a tarefa de coletar dados.

À equipe de profissionais da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Ribeirão Preto e do Núcleo de Atendimento Integrado de Ribeirão Preto, especialmente: Celimar, Oséias, Miyuki, Josiane, Lucélia, Martha, Cleonice, Ana Lúcia, Reinaldo, Ailton, Maria Carolina, Andréa, Leandro, Márcio, Leila, Luciana.

Aos amigos juristas doutores Décio Alexandre Cardoso Vidal Sberni, Victor Hugo de Almeida, Izildo Inácio de Souza, Adriana Roberta Musembani e Martha Suzana Martins de Mello.

RESUMO

D'ANDREA, G. Delinquência juvenil: a noção de trajetórias desenvolvimentais e a descrição de carreiras. 139 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2008.

A contribuição desta pesquisa para o conhecimento científico está em tecer considerações sobre a viabilidade do estudo da criminalidade brasileira à luz das noções de carreiras criminosas e de trajetórias desenvolvimentais, contendo uma parte inteiramente dedicada ao estudo teórico pertinente, e outra contendo uma busca de conhecimentos por meio de pesquisa empírica. Do ponto de vista teórico, oferece uma síntese das proposições referentes aos conceitos de carreiras criminosas e de trajetórias de desenvolvimento da conduta delituosa; do ponto de vista empírico, estuda a atividade infracional de 157 adolescentes jurisdicionados do sexo masculino de modo a verificar a existência ou inexistência de carreiras, ou seja, padrões de atividades infracionais, oferecendo informações e sugestões para a implementação de políticas públicas aplicadas em favor do desenvolvimento individual e social, com as vistas voltadas ao fenômeno da delinquência juvenil. O enfoque empírico da pesquisa é o descritivo, valendo-se de informações constantes em processos judiciais infracionais arquivados no cartório da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, da Comarca de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, buscando-se, sob uma perspectiva longitudinal retrospectiva, os históricos infracionais dos adolescentes sujeitos da pesquisa, conforme os registros oficiais disponíveis. Tendo como objetivo a descrição das variáveis relativas aos fatos processados como infrações e aos sujeitos a quem tais fatos foram atribuídos, obteve como resultados principais: todos os adolescentes do sexo masculino, constantes dos dados desta pesquisa, com idades entre 11 e 14 anos na data do primeiro boletim de ocorrência registrado (e que tenha originado um processo infracional em Ribeirão Preto-SP) foram processados, pelo menos, duas vezes; as infrações processadas que mais se destacam em termos de frequência são o furto, o roubo, o porte de droga, o tráfico e a lesão corporal; a maioria dos sujeitos (89,3%) foram processados por 2 a 7 infrações, sendo assim reduzido o número de sujeitos que ultrapassa esta faixa; a participação de sujeitos em processos infracionais aumenta conforme a idade na data do registro do boletim de ocorrência que origine um processo; as idades com mais intensidade de boletins de ocorrência originando processos são as de 16 e 17 anos, correspondendo juntas a 70,8% de um total de 514 fatos processados, além do que 95% dos sujeitos tiveram seu último boletim de ocorrência registrado nas idades de 16 ou 17 anos. A idade na data do primeiro boletim de ocorrência é indicativo do número de infrações processada, sendo que quando mais cedo o sujeito tem um boletim de ocorrência registrado, e que origine um processo, participa de mais processos e esta participação se prolonga mais, durante a adolescência. Praticamente não há variação entre a gravidade da primeira e da última infração registrada. Desafios relativos à fonte de dados oficiais, como ausências e conflitos entre informações, é assunto crucial na interpretação dos resultados obtidos na presente pesquisa.

Palavras-chave: Delinquência juvenil, Trajetórias desenvolvimentais, Carreiras criminosas

ABSTRACT

D'ANDREA, G. Juvenile delinquency: the notion of developmental trajectories and the description of careers. 139 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2008.

The contribution of this search for scientific knowledge is in weaving considerations on the viability of the Brazilian study of crime in the light of the concepts of criminal career and developmental trajectories, with a portion devoted entirely to the relevant theoretical study, and another containing a quest for knowledge through empirical research. From a theoretical viewpoint, offers a summary of proposals relating to concepts of criminal career and trajectories of development of offending; from the empirical viewpoint, studies the offending activity of 157 male adolescents in order to verify the existence of careers, or patterns of offending activity, offering information and suggestions for the implementation of public policies in favor of individual and social development, with views geared to the phenomenon of juvenile delinquency. The focus of empirical research is descriptive, using information contained in legal proceedings filed in the office for Children, Youth and Elderly (body of the São Paulo Justice Court), in Ribeirão Preto, São Paulo, with a retrospective longitudinal view, the historic of offending among adolescents subject of the research, according to the available official records. Aiming a description of the variables on the facts prosecuted as offenses and on the individuals to whom these facts were attributed, there are the following key results: all male adolescents, in the data from this study, aged between 11 and 14 years on the date of the first police record (and which has originated a judicial offending process in Ribeirão Preto-SP) were processed at least twice; the infractions that processed more prominently in terms of frequency are the theft, robbery, the carrying of drugs, drug traffic and injury; the majority of subjects (89.3%) were processed by 2 to 7 violations, and thus reduced the number of subjects that are beyond this range; the participation of individuals in offending judicial proceedings increases with age on the date of the police record that results in a process; the ages with more intensity of police recordings originating processes are 16 and 17 years, accounting together with a 70.8% from a total of 514 events processed; moreover 95% of the individuals had their last official event recorded on the ages of 16 or 17 years. The age at the time of the first police record indicates the number of violations processed, in which the earlier the individual has police record (which leads to a process) the more he participates in cases and this participation will last more during the adolescence. Virtually there are no variation between the seriousness of the first and the last recorded violation. Challenges of the official data, as absences and conflicting information, is a crucial issue in the interpretation of results obtained in this study.

Keywords: Juvenile delinquency, Developmental trajectories, Criminal careers

LISTA DE ABREVIATURAS

BO – Boletim de Ocorrência

CIJI – Cartório da Infância, da Juventude e do Idoso

CP – Código Penal

CTB – Código de Trânsito Brasileiro

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

DL – Decreto-Lei

L - Lei

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
OBJETIVOS	13
PARTE 1 – PERSPECTIVA TEÓRICA.....	15
1 – Visão geral	15
2 – As carreiras criminosas	16
2.1 – O Direito Penal e os antecedentes criminais	16
2.2 – A História do conceito de carreira criminosa	26
2.3 – Carreira criminosa: uma problematização necessária dos sentidos atribuídos ao termo	38
2.4 – As trajetórias desenvolvimentais de crimes	45
2.5 – O paradigma de carreira criminosa numa perspectiva descritiva: dimensões e elementos	58
2.6 – O conceito de carreira criminosa no panorama das investigações nacionais	63
2.6.1 – A literatura científica nacional.....	64
PARTE 2 – PESQUISA EMPÍRICA	78
1 – Objetivos	78
2 – Método	79
2.1 – Registros oficiais como fontes de dados: desafios	79
2.1.1 - Algumas considerações sobre a fonte e os desafios para a organização dos dados utilizados no presente estudo	84
2.1.2 – A coleta de dados propriamente dita.....	95
2.2 – Abordagem das variáveis	99
3 – Resultados	100
3.1 – Descrição das variáveis	100
3.2 – Cruzamentos entre variáveis	113
3.3 – Correlações entre algumas variáveis	119
4 – Discussão	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	132
Anexo I.....	139

INTRODUÇÃO

Inicialmente, é importante falar sobre como essa pesquisa¹ tomou forma. O presente pesquisador, com formação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade de Ribeirão Preto, iniciava seus questionamentos sobre a dinâmica social de problemas jurídicos com seus primeiros contatos com causas reais, ao longo do estágio que realizou na Procuradoria do Estado de São Paulo, Seccional de Assistência Judiciária (atual Defensoria Pública). Tais questionamentos transcendiam a finalidade do próprio estágio, que era o de buscar soluções jurídicas para os casos apresentados pela população dita carente. Entretanto, era comum que a população que consultava a Assistência Judiciária levasse histórias detalhadas sobre suas vidas, na tentativa de explicar os problemas que enfrentavam. Ainda que cuidasse apenas de causas jurídicas cíveis, o pesquisador, ora estagiário de Direito, observou uma forte relação entre lições teóricas de matérias propedêuticas da graduação e os fatos levados pelos chamados "assistidos". A forma que encontrou de aprofundar-se no assunto foi procurar se inserir em algum tipo de atividade ou estudo que permitisse, ao menos, um conhecimento maior sobre a dinâmica dos fatos sociais que levam aos problemas jurídicos.

Foi então que, em meados de 2005, teve seu primeiro contato com o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Desenvolvimento e Intervenção Psicossociais (GEPDIP), coordenado pelas Professoras Doutoras Marina Rezende Bazon (orientadora desta pesquisa) e Ruth Estevão. Por seu contato mais próximo com causas jurídicas cíveis, o presente pesquisador interessou-se inicialmente pela linha

¹ Esta pesquisa tem apoio da FAPESP.

de pesquisa direcionada ao estudo dos maus tratos contra a criança, sendo esta uma das linhas de investigação no GEPDIP. Ao longo das reuniões do grupo, onde se travavam debates a respeito de pesquisas em andamento, a perspectiva do pesquisador mudou, e este passou a interessar-se mais pelo estudo da delinquência, sendo que a indagação que pairava referia-se aos motivos do crime.

O primeiro ano de contato com o GEPDIP foi essencial para que o pesquisador pudesse ter contato com diversas questões e debates, e elaborar o próprio projeto de pesquisa, sendo aprovado para ingresso no Mestrado em meados de 2006.

Foi do grupo, especialmente por intermédio de suas coordenadoras, que o pesquisador direcionou seus esforços para compreender a importância do estudo de carreiras criminosas e trajetórias desenvolvimentais, na dinâmica da delinquência. Notou-se desde logo a necessidade de um aprofundamento conceitual, ao mesmo tempo em que despontava a necessidade de se realizar um estudo descritivo da delinquência juvenil, através de registros oficiais. A perspectiva do que viria a ser identificado como sendo as questões da Criminologia Desenvolvimental, já naquele vago início denotava uma forma interessante de se estudarem as causas da delinquência. Por isso, antes de pretender estudar as causas, mostrou-se necessário buscar a descrição do comportamento delinquente e, neste processo, se conheceria mais de perto a fonte de dados, enquanto seriam aprofundadas as questões teóricas pertinentes.

É por isso que, embora tenha a pesquisa se inspirado em uma questão relativa a causas do crime, o trabalho empírico tomaria um caráter descritivo da conduta. Como as questões conceituais precisavam, também, ser tratadas, a o projeto de pesquisa estruturou-se com dois objetivos: um teórico e um empírico.

A contribuição desta pesquisa para o conhecimento científico está em tecer considerações sobre a viabilidade do estudo da criminalidade brasileira à luz das noções de carreiras criminosas e de trajetórias desenvolvimentais. Daí a necessidade de conter uma parte inteiramente dedicada ao estudo teórico pertinente, e outra contendo uma busca de conhecimentos por meio de pesquisa empírica. Do ponto de vista teórico, oferecerá uma síntese das proposições referentes aos conceitos de carreiras criminosas e de trajetórias de desenvolvimento da conduta delituosa, a partir da revisão da literatura; do ponto de vista empírico, estudará a atividade infracional de adolescentes jurisdicionados de modo a verificar a existência ou inexistência de carreiras, ou seja, padrões de atividades infracionais, podendo oferecer informações e sugestões para a implementação de políticas públicas aplicadas em favor do desenvolvimento individual e social, com as vistas voltadas ao fenômeno da delinquência juvenil.

OBJETIVOS

Conforme o antecipado, o objetivo geral da pesquisa é o de aprofundar o estudo teórico das noções de carreiras criminosas e de trajetórias criminosas, sob um ponto de vista desenvolvimental, de forma a contribuir com o conhecimento e divulgação destes conceitos, sistematizando o conhecimento já produzido e buscando analisá-lo de modo crítico.

Estabelecido o quadro teórico, há também o objetivo de descrever as atividades delituosas de um grupo de indivíduos com idade entre 12 e 18 anos, que tiveram processos por atos infracionais na Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Ribeirão Preto, de modo a investigar a existência ou não de padrões de comportamento criminoso entre os indivíduos.

Como objetivos específicos, têm-se os seguintes:

1 - No que tange ao objetivo de natureza teórica, prevê-se: a partir do levantamento e da revisão de literatura, descrever a construção do conceito de “carreiras criminosas” e de “trajetórias criminosas” de modo a sistematizar o conhecimento produzido, analisando-o criticamente.

2 - Descrever a atividade infracional registrada de adolescentes jurisdicionados (com idades entre 12 e 18 anos incompletos), conforme: a) as dimensões da participação de tais indivíduos em processos infracionais em Ribeirão Preto-SP (a frequência; a variedade de atos infracionais processados; a gravidade dos atos infracionais processados; a participação por idade;); b) as variáveis relativas às idades (idade na data do boletim de ocorrência; e, em especial, idades nas datas do

primeiro e do último boletins de ocorrência; a amplitude entre as idades nas datas do primeiro e do último BOs).

3 – Realizar cruzamentos e verificar a existência de associações entre as diferentes variáveis estudadas (idades, frequências, variedade entre os tipos de infração processadas, gravidade do ato infracional, amplitude entre as idades nas datas do primeiro e do último BOs).

A consecução de tais objetivos deve permitir responder às questões: “Existem padrões de carreiras criminosas (infracionais)² entre os adolescentes participantes do grupo pesquisado? Se tais padrões existirem, correspondem eles ao que é colocado pela literatura específica na área?”.

² Na redação desse trabalho não será adotada a diferença, existente no Direito, entre crime e ato infracional, pois ambos se referem à prática do fato previsto em lei penal como sendo típico e antijurídico e ao qual se preveja uma sanção. A diferença entre crime e ato infracional remete à idade do indivíduo e, com isso, aos diferentes tratamentos jurídicos que o ordenamento jurídico determina para o ofensor. O ato “criminoso” do adolescente é chamado de *ato infracional*. Nesta pesquisa, importa a sequência de tais fatos típicos previstos na legislação penal, sejam eles chamados de infrações, sejam eles chamados de crimes. Quando se falar da atividade criminosa do adolescente, significará então que estão sendo considerados os atos infracionais que cometeram, de modo a simplificar a redação.

PARTE 1 – PERSPECTIVA TEÓRICA

1 – Visão geral

A parte teórica da presente pesquisa é dedicada à busca pela compreensão do significado e da importância dos conceitos de carreiras criminosas e trajetórias desenvolvimentais de crimes.

Percebeu-se que estudar a noção de *trajetória desenvolvimental* no âmbito da delinquência envolve abordar o significado de *carreira criminosa*, bem como seus elementos e dimensões.

O método utilizado para a pesquisa teórica é o da revisão bibliográfica nacional e internacional, valendo-se de bases de dados bibliográficas para a busca das obras dos autores que estudam os temas pertinentes.

Para a revisão estrangeira, decidiu-se pela pesquisa dos temas diretamente em periódicos especializados, aos quais se tem acesso a partir do portal CAPES, a saber: *British Journal of Criminology*; *Crime and Delinquency*; *Criminal Justice and Behavior*; *Criminology*; *European Journal of Criminology*; *Journal of Quantitative Criminology*.³

Para a revisão de trabalhos nacionais, utilizou-se as bases Scielo, Lilacs e BVS-Adolec (empregando-se as palavras-chave combinadas, *delinquência*, *crime*, *carreira*⁴).

³ Nessas revistas internacionais, fez-se a revisão com base nos artigos publicados nos últimos 5 anos (de 2003 a 2007, mais alguns meses de 2008), considerados pertinentes a partir da leitura de seus *abstracts*.

⁴ Foi feita busca também com as palavras, combinadas, *conflito* e *lei*, sem resultados expressivos.

2 – As carreiras criminosas

Pesando os conceitos em foco - carreira e trajetórias criminosas -, em termos de possíveis equivalências e/ou aproximações jurídicas, no contexto nacional, o de antecedentes criminais sobressaiu-se. Assim, a seguir, tece-se algumas considerações sobre o mesmo a partir do ordenamento jurídico brasileiro.

2.1 – O Direito Penal e os antecedentes criminais

Convenciona-se que a finalidade primeira de um ordenamento jurídico como o brasileiro é a *paz social*. O Direito – com seus princípios e normas – estabelece regras de conduta elaboradas e aprovadas de forma legítima pelos cidadãos ou por seus representantes.

Esse pode ser dividido em ramos⁵, de modo que encontramos regras sobre as mais diversas searas da vida humana, tais como as relações de emprego, as obrigações tributárias e os direitos do consumidor. Na maior parte das vezes, a violação a uma regra jurídica – que afinal é uma norma de conduta – pouco considera a pessoa que a infringiu. Quando muito, procura-se constatar a presença da vontade ou, pelo menos, da culpa, mormente na *responsabilidade civil*. No mais, é a situação objetiva que determina a aplicação do Direito nos casos em que este é violado.

Igualmente, o *Direito Penal* – tipificando crimes – estabelece normas de conduta e comina penas para aqueles que as violem. O cometimento de um crime é um *desvio de conduta*, do ponto de vista jurídico, assim como o é o atraso no

⁵ Silva (2002) fala do Direito como um *sistema normativo*, enquanto Mello (2004) afirma ser uno o Direito. Ambos admitem que o Direito pode ser estudado em unidades ou ramos.

pagamento de um aluguel ou a veiculação de uma propaganda enganosa. Não é um desvio da conduta moralmente considerada, mas da conduta juridicamente considerada.⁶ O povo, por meio de seus representantes, teria erigido certos bens jurídicos a tal valor que a sua violação ensejaria a sanção penal como consequência. São os chamados *bens jurídicos penalmente protegidos* – a vida, a propriedade, a integridade física das pessoas etc.

Face ao valor dado aos bens jurídicos penalmente protegidos, o Estado toma para si o dever de prevenir e de punir a violação de tais bens. No exercício de seu poder/dever punitivo – por meio do *devido processo legal* – o Estado não pode olvidar da configuração do *caso concreto*, da qual fazem parte as características individuais e sociais da pessoa que violou a regra penal de conduta. A sanção penal tem a *personalidade* como característica básica – a pena não pode passar da pessoa que praticou o crime.⁷ E, pelo princípio da *individualização da pena*, a sanção penal deve ser adequada ao agente do crime.⁸ Ao lado da situação objetiva, destaca-se a situação subjetiva, mais profunda do que a simples constatação da intenção ou da culpa do agente (como ocorre na responsabilidade civil), chegando o Código Penal (CP 59) a referir-se à *personalidade do agente*, dentre outras circunstâncias subjetivas e objetivas em determinado contexto.⁹

⁶ Diz a Constituição Federal (CF 5º, XXXIX) que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. Por isso, quando se fala em *desvio de conduta* em matéria penal – envolvendo portanto crime e pena – trata-se do desvio de conduta juridicamente considerado. Não se nega, com isso, a fundamentação que embasa a tipificação de uma conduta como crime. Essa fundamentação, sim, pode ser moral, política, ideológica etc.

⁷ Este princípio está consubstanciado na Constituição Federal (CF 5º, XLV), onde se lê que “nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido”.

⁸ A *individualização da pena* também é um princípio constitucional, estando presente na CF 5º, XLVI.

⁹ O Código Penal (CP 59) define as *circunstâncias judiciais* que devem ser consideradas pelo juiz ao fixar a pena, em caso de condenação. Diz o mencionado artigo que o juiz deve atender “à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima” ao estabelecer –

Ao abraçar o seu dever de prevenir a violação dos bens jurídicos penalmente protegidos, o Estado procura demover o potencial agente criminoso da prática do crime. É a prática da dissuasão, sendo um dos mecanismos para exercê-la, a aplicação da pena.

Em Direito Penal, circunstâncias judiciais são consideradas na fixação da pena e, conforme o mencionado CP 59, os *antecedentes* criminais são uma delas.

Deve o julgador também observar os *antecedentes*, bons ou maus, do agente, verificando sua vida pregressa, com base no que constar no inquérito policial (art. 6º, VIII e IX, do CPP), no interrogatório judicial (art. 187, § 1º, do CPP) e nos demais dados colhidos durante a instrução do processo. O envolvimento em vários inquéritos e ações penais, antes tidos como maus antecedentes, não mais são reconhecidos como tais em decorrência do princípio de presunção de não-culpabilidade, máxime quando arquivados os procedimentos inquisitivos ou absolvidos os réus (art. 5º, LVII, da CF). Condenações anteriores, a habitualidade no crime e mesmo outros fatos desabonadores comprovados, porém, indicam maus antecedentes do acusado. Mesmo a condenação anterior já atingida pelo período depurador previsto no art. 64, inciso I, do CP, ainda que não gere reincidência, deve ser considerada como mau antecedente. A ausência de envolvimento em fatos desabonadores significa que o acusado tem bons antecedentes. (Mirabete, 2005, p. 447)

As *circunstâncias judiciais* são assim chamadas por serem analisadas no âmbito processual penal e consideradas pelo juiz na aplicação de uma pena, desde que tenha havido a condenação que a justifique. Ao incluir na balança os *antecedentes criminais*, o juiz poderá medir o quanto os *bons antecedentes* e os *maus antecedentes* pesarão no momento de fixar a pena. Os antecedentes criminais tornam-se então um critério de *Política Criminal*, operacionalizado pela via judicial.

“conforme seja necessário e suficiente para a reprovação e prevenção do crime” – as penas, suas quantidades, o regime de seu cumprimento e a substituição da pena privativa de liberdade quando for o caso.

No Direito Penal brasileiro, a Política Criminal se pauta pelo conceito de *reprovação e prevenção do crime*.¹⁰

Prevenir e punir são aspectos da área penal do ordenamento jurídico. São meios destinados à proteção de bens jurídicos penalmente relevantes e que servem à persecução da paz social. É necessário que o Estado saiba prevenir e saiba punir, sob pena de agir de forma inócua ou injusta. É necessário que os agentes públicos, administradores e juristas compreendam o fenômeno criminal, desde sua gênese e em todas as suas nuances, a fim de que se previna ou puna, na área penal, os desvios de conduta, de forma exata, eficaz e justa.

Poder-se-ia fazer uma ponte entre a visão dos antecedentes criminais como circunstância judicial e o histórico criminal visto de forma mais profunda e científica. Como visto, a lei determina a consideração das circunstâncias judiciais no momento da aplicação da pena (ver CP 59), e o juiz não pode se furtar a essa regra. E a norma penal não oferece nenhum método de avaliação do histórico criminal. De sua parte, a ciência pode estudar o histórico criminal, e representar novos passos da estrutura penal do país, que se resumiriam na legislação e atuação condizentes, cada vez mais, com o conhecimento científico da criminalidade. A referida ponte se estabeleceria, portanto, entre normas que estão em vigor no ordenamento jurídico e a ciência (multidisciplinar) do crime. Ou, em outras palavras: a aplicabilidade da ciência face à realidade da política criminal.

A norma sugere a importância da consideração longitudinal da criminalidade (na forma de antecedentes criminais), mas, ao que parece, não exige o seu estudo. Isto pode levar a que as atitudes de política criminal (incluindo o

¹⁰ Cf. item 50 da Exposição de Motivos da Nova Parte Geral do Código Penal (L 7.209/84), elaborada por Ibrahim Abi-Ackel.

processo legislativo, a organização das polícias, o trabalho dos juízes, as obras sociais etc.) não encontrem fundamento se não em necessidades urgentes e/ou nas opiniões subjetivas dos agentes da política pública, de modo que o preparo e o fundamento podem estar presentes, mas de forma acidental.

O conhecimento científico do fenômeno criminal se faz importante na busca de uma política criminal fundamentada. E a *Criminologia* pode prover este conhecimento:

Cabe *definir* a Criminologia como ciência empírica e interdisciplinar, que se ocupa do estudo do crime, da pessoa do infrator, da vítima e do controle social do comportamento delitivo, e que trata de subministrar uma informação válida, contrastada, sobre a gênese, dinâmica e variáveis principais do crime – contemplado como problema individual e como problema social –, assim como sobre os programas de prevenção eficaz do mesmo e técnicas de intervenção positiva no homem delinqüente e nos diversos modelos ou sistemas de resposta ao delito. (Molina, 2006, p. 28)

A Criminologia possibilita conhecer o crime de uma forma que possam ser tomadas atitudes mais eficazes, especialmente na prevenção. Mas, também no ato de punir, é importante que o crime seja conhecido, para que a execução das penas não tomem caráter apenas formal, mas se preste a contribuir no combate ao crime.

O olhar interdisciplinar da Criminologia permite que o *histórico criminal* sirva de forma mais ampla à Política Criminal, não se limitando a fundamentar decisões judiciais referentes a penas. A Criminologia permite que se focalizem os antecedentes criminais – considerados como critério de Política Criminal repressiva e preventiva – e sobre eles, aumentando a resolução da lente, se identifiquem fatos e correlações que proporcionem uma imagem mais detalhada de sua configuração na

vida de um indivíduo.¹¹ A nova imagem recomenda a utilização de alguma expressão que a defina de modo mais preciso do que a expressão *antecedentes criminais*.

A Criminologia internacional tem usado a expressão *carreira criminosa* em diversos estudos. Estudos nacionais também se valem da mesma expressão. Não se encontra, entretanto, um conceito único para *carreira criminosa*.

Carreira criminosa é uma expressão não exclusiva da terminologia científica. Ela está no vocabulário comum também. No *dicionário Houaiss de língua portuguesa*, “carreira” (2004, p. 635) possui uma série de sentidos: “estrada estreita, caminho, carril”; “caminho nas plantações de café, milho etc.; carreiro”; “caminho determinado de um serviço de transportes; linha”; “caminho entre barreiras para corridas de cavalos”, no turfe; “corrida veloz”; “seqüência de pessoas ou coisas dispostas uma após a outra; fila, fileira”; “quantidade de tóxico em pó, ger. cocaína, disposta em fileira para ser aspirada; carreirinha”; “profissão que oferece oportunidades de progresso ou em que há promoção”; “o decurso da existência, a duração da vida”; “risca divisória de cabelo”; “correnteza, corredeira”; “ônibus de transporte coletivo”; “linha de transporte coletivo”; “rima obrigatória em desafio de violeiros”; “rima, nos desafios de tipo cururu”; “cada páreo de uma corrida de cavalos”, no turfe; “corrida de dois cavalos em cancha reta”, no turfe”; “lugar em que se assenta a embarcação durante sua construção ou no qual se colocam outras embarcações para reparos”; “rampa inclinada por onde desliza a embarcação quando é lançada ao mar”.

¹¹ Por sua capacidade de inter-relacionar diversas disciplinas científicas – como o Direito e a Psicologia – a Criminologia pode reunir conhecimentos tanto sobre o *desvio de conduta juridicamente considerado* quanto sobre o *comportamento socialmente conflituoso*. Combinando esses conhecimentos entre si e com informações sobre a vida individual e social das pessoas, possibilita-se uma visão mais completa do *fenômeno criminal*, servindo de base a políticas criminais.

No *Diccionario Didático Latín* lê-se que o verbete “*carrera*” (2002, p. 819), que é o equivalente espanhol a “carreira”, em português, apresenta algumas traduções possíveis em latim: “*cursus*” (tomado simplesmente e também com relação a profissão); “*curriculum*” (tomado com relação a profissão); e “*stadium*” (como “espaço a correr”). Na parte latina do mesmo dicionário, tem-se o significado das palavras mencionadas: “*cursus*” (2002, p. 210), significando “carreira”, “curso”, e “trajetória política” (esta última como tradução de “*cursus honorum*” dentro do mesmo verbete); “*stadium*” (2002, p. 647) como “estádio” (de esporte) e “estádio” (“unidade de longitude”); e “*curriculum*” (2002, p. 209), significando “carreira”, “curso”, e “carro de carreiras”.

No *dicionário Houaiss*, “curso” (2004, p. 894) tem diversos significados quando não relacionados a uma área específica do conhecimento no próprio dicionário: “ato ou efeito de correr; corrida”; “movimento contínuo; rumo, direção, sentido, trajetória”; “caminho percorrido por um rio, da nascente à foz”; “deslocamento espacial; percurso, distância”; “tempo de duração; desenvolvimento de algo no tempo”; “circulação, uso, voga”; “ligação, encadeamento, desenvolvimento”. E *currículo* apresenta dois verbetes: o primeiro “currículo” (CURRÍCULO1, 2004, p. 894) significa “ato de correr; corrida, curso”; “pequeno atalho, desvio em um caminho”; “programação total ou parcial de um curso ou de matéria a ser examinada”; e o segundo (CURRÍCULO2, 2004, p. 894) significa “documento em que se reúnem dados relativos às características pessoais, formação, experiência profissional e/ou trabalhos realizados por um candidato a emprego, atividade de autônomo, cargo específico etc.”.

Quando se toma a pessoa como centro de referência, restam, dos mencionados, alguns significados para *carreira*, tais como: “seqüência de pessoas

(...) dispostas uma após a outra”; a profissão; o “decorso da existência, a duração da vida”; a “risca divisória do cabelo”; e as latinas “cursus” e “curriculum”. Com a palavra *curso* como intermediária, podem-se acrescentar os sentidos: a “corrida”; “movimento contínuo; rumo, direção, sentido, trajetória”; “deslocamento espacial”; “tempo de duração; desenvolvimento de algo no tempo”; “ligação, encadeamento, desenvolvimento”. E com a palavra *currículo* como intermediária: a “corrida”, também; “pequeno atalho; desvio em um caminho”, e o currículo como documento.

Tomando-se o crime como centro de referência, resta o significado: “seqüência de (...) coisas dispostas uma após a outra”, além da latina “cursus” e os significados de “curso” e “currículo”. Com a palavra *curso* como intermediária: “movimento contínuo; rumo, direção, sentido, trajetória”; “tempo de duração; desenvolvimento de algo no tempo”; “ligação, encadeamento, desenvolvimento”. E com a palavra *currículo* como intermediária: “pequeno atalho; desvio em um caminho”.

A palavra *stadium*, em seu sentido da unidade de medida “estádio” não despertaria para eventual relação com a palavra *carreira* referente a pessoas ou a crimes, se não fosse uma medida de *longitude* de modo que, embora referente a distância – como está no *dicionário Houaiss*, no verbete “estádio” (2004, p. 1244): “antiga medida de distância grega (...)” – pode se remontar ao aspecto longitudinal sugerido pela questão dos antecedentes criminais. No mesmo verbete, fora o significado de unidade de medida e o relativo ao esporte, *estádio* aparece como sinônimo de *estágio* (em seu sentido de “‘momento ou período específico’, ‘fase no desenvolvimento’, ‘cada fase de um inseto’”), bem como com o sentido de “exercício de alguma profissão, emprego ou autoridade”.

Assim, de acordo com os significados comuns encontrados em dicionário, pode-se entender na expressão *carreira criminosa* diversos significados possíveis, se tomados como referências a pessoa que pratica crimes e/ou o crime, tais como:

- a) *profissão criminosa;*
- b) *existência ou vida criminosa;*
- c) *movimento contínuo (rumo, direção, sentido, trajetória) criminoso;*
- d) *deslocamento espacial e/ou tempo de duração criminosa;*
- e) *desenvolvimento de criminosos;*
- f) *ligação entre criminosos;*
- g) *desvio em um caminho criminoso (ou desvio criminoso em um caminho);*
- h) *currículo (documento) criminoso (ou ficha de antecedentes criminais);*
- i) *seqüência de crimes dispostos um após o outro;*
- j) *o curso (ou decurso) de um crime;*
- k) *desenvolvimento de um crime;*
- l) *encadeamento entre crimes;*
- m) *“longitude” criminosa (ou antecedentes criminais);*
- n) *momento (ou período) criminoso;*

o) *fase no desenvolvimento criminoso (ou fase criminosa no desenvolvimento)*;

A partir das possibilidades mencionadas, vários assuntos de estudo ou de regulamentação jurídica poderiam ser identificados com a expressão *carreira criminosa*, dependendo do seu significado na linguagem comum. Para mencionar alguns exemplos: *carreira criminosa* significando a ligação entre criminosos pode se referir à co-autoria na prática de crimes e ao crime de formação de quadrilha; *carreira criminosa* como decurso ou desenvolvimento de um crime pode se identificar com o *iter criminis*¹²; *carreira criminosa* como profissão criminosa pode se identificar com o crime organizado.

O fato de a expressão *carreira criminosa* não ser exclusiva do campo científico, juntamente com o fato de possuir variados significados, alguns deles identificáveis com termos e expressões já presentes em estudos sobre o crime (como os vistos *iter criminis*; *organização criminosa etc.*) favorecem a confusão conceitual quando se pretende estudar cientificamente o assunto. Ademais, em obras científicas a expressão *carreira criminosa* também não possui um significado único. Por isso, é importante que se compreenda melhor as suas diferentes acepções quando presentes como termo técnico em estudos criminológicos, tanto estrangeiros quanto nacionais, como pequena contribuição para esta área de estudo no Brasil.

¹² “Para a realização do crime, há um caminho, um itinerário a percorrer entre a idéia de sua realização e a consumação. Esse caminho, a que se dá o nome de *iter criminis*, é composto de cogitação, atos preparatórios, atos de execução e consumação.” (Mirabete, 2005, p. 160)

2.2 – A História do conceito de carreira criminosa

Na Dinamarca, Britta Kyvsgaard realizou um estudo longitudinal sobre carreiras criminosas e, em 2003, teve publicado o livro *The criminal career: The Danish longitudinal study*. No início do livro, em algumas páginas traça-se um breve histórico do uso do termo *carreira criminosa* entre autores e obras da criminologia internacional. Por se tratar de um histórico conciso e esclarecedor, vale examiná-lo.

Segundo Kyvsgaard (2003), a palavra *carreira* foi usada, no campo dos estudos em criminologia, talvez pela primeira vez, por Clifford R. Shaw em 1930 e em 1931 (anos em que publicou, respectivamente, *The Jack Roller* e *The Natural History of a Delinquent Career*) para descrever históricos criminais individuais a partir de estudos de caso. Afirmar que o termo *carreira* não é definido por Shaw, mas é usado para descrever duas coisas: as atividades concretas em que um indivíduo esteja envolvido e o processo desenvolvimental observado por Shaw nas incursões criminosas dos sujeitos de suas pesquisas. Esta última abordagem estaria mais presente no livro de 1938 do autor, *Brothers in Crime*, onde são descritos os passos seguidos por cinco irmãos em carreiras criminosas, a partir da descrição e análise de suas histórias de vida.

A autora descreve a capa do livro sobre os cinco irmãos:

A ilustração da capa do livro demonstra a tese de uma carreira criminosa crescente. Ela mostra uma escadaria onde cada degrau representa certo tipo de comportamento desviante ou crime, e onde os degraus ascendentes sugerem criminalidade grave cada vez maior. (Kyvsgaard, 2003, p. 2)

Ela percebe uma relação do uso que Shaw faz do conceito de *carreira* com a palavra *advancement*, que significa avanço, desenvolvimento.

O trabalho de Shaw, diz a autora, é corroborado pelo livro *The Professional Thief* (1938) de Edwing Sutherland. Neste livro, que foi escrito por um ladrão profissional e organizado por Sutherland, não aparece a palavra carreira, mas, em seu lugar, está a palavra *profissional*. O contexto da profissão de ladrão seria o de uma profissão lícita qualquer, ou seja, a utilização do horário de trabalho realizando-o. Neste contexto, “há pouca diferença entre uma carreira criminosa e uma profissão dentro da lei”. (Kyvsgaard, 2003, p. 2)

Continuando na sua revisão do uso da palavra carreira, Kyvsgaard escreve que os primeiros a utilizar o conceito de carreira em estudos criminológicos quantitativos foram Sheldon e Eleanor Glueck, ainda entre as décadas de 30 e 40 do século passado. Estes autores também não teriam se preocupado em definir o termo carreira, mas o teriam utilizado como sinônimo de trajetória ou história de vida (que é o conceito tradicional da Escola de Chicago¹³), embora o tenham feito em trabalhos baseados em métodos quantitativos, ao invés de qualitativos. São citados pela autora três trabalhos, resultantes de uma investigação longitudinal sobre jovens infratores institucionalizados, sendo cada trabalho uma seqüência do anterior: *500 Criminal Careers*, de 1930; *Later Criminal Careers*, 1937; e *Criminal Careers in Retrospect*, de 1943. A utilização do conceito de carreira como sinônimo de história de vida juntamente com o método quantitativo e longitudinal é o que se encontra, segundo a autora, nos estudos dominantes atualmente sobre o assunto, lembrando que seu livro foi publicado em 2003.

¹³ “A Escola de Chicago, existente nos anos 20 e 30, abrangeu as teorias culturalistas, atingindo as mais modernas, como etnometodologia e as teorias críticas, fazendo por simplificar a sociologia americana.

“Toda a Criminologia dos Estados Unidos sofreu a influência da Universidade de Chicago, com a inspiração da teoria ecológica. A mesma coincidiu com o período das grandes migrações e das grandes metrópoles, que foi encontrar na referida escola o problema característico da área, os imigrantes. Colocava-se sob critérios étnicos. Dessa maneira, tivemos um modelo ecológico de equilíbrio entre a comunidade humana e o ambiente natural, para que houvesse um melhor balanceamento dos fenômenos sociais.” (Nascimento, 2003, p.71)

Kyvsgaard explica que na Dinamarca, de onde são os sujeitos de seu estudo, o termo *carreira* não foi utilizado em pesquisas de criminologia. No início da década de 1940, o criminólogo dinamarquês Karl O. Christiansen teria realizado análises de trajetórias criminosas individuais, mas utilizando um termo dinamarquês, que significa *histórias de vida criminosa* ou, em dinamarquês, *kriminelle levnedsløb*. Isto significaria, para Christiansen, os aspectos da vida de um indivíduo que envolvam ofensas e sanções, assuntos que são analisados com foco no desenvolvimento da criminalidade individual. Desta forma, completa a autora, a idéia de histórias de vida corresponde ao sentido criminológico dado ao termo *carreira* na atualidade. Lembra que, mais tarde, entretanto, Christiansen e Stephan Hurwitz utilizam o termo *carreira* para designar *avanço*, ou *profissionalismo*.

Continuando, Kyvsgaard anota que o sentido do termo *carreira* muda quando passa a ser utilizado pelos Interacionistas¹⁴. O foco deixa de ser a atividade e passa a ser a descrição da identidade ou da mudança de papel, “o que pode ser associado com ser rotulado como desviante”. (Kyvsgaard, 2003, p. 3), na linha do que havia sido colocado, ainda na década de 30, pelo sociólogo Everett G. Huges, também da Escola de Chicago, segundo o qual *carreira* deveria ser concebida pela “perspectiva de movimento pelo qual a própria pessoa vê sua vida como um todo e interpreta os significados de seus vários atributos, ações e das coisas que aconteceram com ela” (Huges, 1937 *apud* Kyvsgaard, 2003, p. 1).

Edwin Lemert, no início da década de 50, teria sido o primeiro a adotar claramente essa abordagem no campo das investigações em Criminologia,

¹⁴ Nascimento (2003) identifica o Interacionismo na Psicologia Social. Esta última “pode ser definida como as porções sobrepostas da psicologia e sociologia que são particularmente preocupadas em descrever como sujeitos são modificados através da interação com outros e como seu comportamento retributivo é direcionado de acordo”. (Foote, 1965)

descrevendo a transição do desvio primário para o desvio secundário¹⁵, bem como as mudanças acarretadas na identidade e no papel pessoal, focalizando, portanto, o aspecto subjetivo relacionado aos eventos de vida de um sujeito, ou seja, o modo como esse interpreta suas relações e seu lugar na sociedade.

Na década de 60, Howard S. Becker aplicou o conceito de carreira ocupacional (assunto que estudava na tradição de Hughes) à carreira desviante, levando em conta o processo, o movimento, e as ocorrências e influências presentes no desenvolvimento e formação deste último tipo de carreira.

Os Interacionistas considerariam, ainda, as relações de influência entre as mudanças individuais na posição social e na identidade pessoal. A carreira seria usada, então, “para descrever este processo, pelo qual um indivíduo entende seu novo papel (desviante)”. (Kyvsgaard, 2003, p. 3)

Nessa tradição, estaria ainda, segundo menciona a autora, Irving Goffman que, também na década de 60, introduz o conceito de “carreiras morais” em vez de carreiras desviantes, o qual referir-se-ia ao “curso psíquico de desenvolvimento, que significa a personalidade, identidade e percepção do indivíduo sobre si mesmo e sobre os outros”. (Kyvsgaard, 2003, p. 3)

Na década de 80, nos Estados Unidos, entretanto, percebe-se uma retomada do conceito de carreira numa abordagem quantitativa e longitudinal. Os expoentes dessa “nova onda”, como chamou Kyvsgaard esse momento, são Alfred

¹⁵ “Delinquência secundária se distingue da ‘deviance primária’ em sua etiologia, pois a ‘deviance secundária’ é traduzida através de uma defesa, ataque, adaptação aos problemas manifestos ou latentes envolvidos pela reação social à deviance primária; sendo que, por outro lado, esta é poligenética; os estereótipos que são sistemas de representações inconscientes e contraditórias; e, finalmente, a negociação, que é o aditamento de qualquer estigma de forma explícita ou larvada, uma questão de poder. Postula uma certa negociação, uma barganha plena do ponto de vista institucional, a manifestação mais expressiva.” (Nascimento, 2003, p. 95-95)

Blumstein e Jacqueline Cohen, que empreenderam a análises de frequências criminais individuais. (Kyvsgaard, 2003, p. 3)

Nessa linha, em 1982, Blumstein, Cohen e Paul Hsieh “descrevem a ‘carreira’ como uma trajetória da atividade criminosa individual da primeira à última ofensa”. (Kyvsgaard, 2003, p. 4), frisando, porém, que o emprego do termo *carreira*, do modo como estavam fazendo, não remeteria à noção de que os ofensores vivessem de seus crimes.

Esta caracterização de uma atividade individual como uma “carreira” não se destina a significar que os ofensores obtenham seu meio de vida exclusivamente ou mesmo predominantemente do crime. O conceito de “carreira criminosa” é destinado apenas como meio de estruturar a seqüência longitudinal de eventos criminosos associados a um indivíduo de uma forma sistemática. (Blumstein, Cohen & Hsieh *apud* Kyvsgaard, 2003, p. 4)

Para esse grupo haveria um volume grande de pesquisas sobre as causas e a prevenção do crime, mas pouca investigação sobre a prática criminal visando descrever o progresso de um indivíduo no tocante ao seu comportamento ilícito, com base na análise da relação existente entre a frequência de crimes cometidos por ele cometidos e sua idade; para tais autores, dispor desse conhecimento seria bastante importante para o desenvolvimento de uma política criminal.

Em trabalho coordenado por Blumstein e Cohen e publicado em 1986, em que realizam um painel sobre carreiras criminosas, a pedido do *National Institute of Justice*¹⁶, reitera-se a definição de carreira criminosa

(...) da mesma maneira como foi mencionado acima, como um estudo da trajetória das atividades criminosas individuais. Além disso, é argumentado que estudos sobre carreira criminosa deveriam focar em quatro medidas de importância primária:

¹⁶ Cf. *Criminal Careers and “Career Criminals”*, 2 volumes (Blumstein, Cohen, Roth, & Visher, 1986; Blumstein, Cohen, Roth, & Visher, 1986-A).

participação (ou prevalência), frequências individuais de crime (ou lambda), a duração da carreira, e padrões na gravidade da ofensa. (Kryvsgaard, 2003, p. 4)

Anos mais tarde, em 2003, Alex R. Piquero, David P. Farrington e Alfred Blumstein publicaram um longo ensaio intitulado *The Criminal Career Paradigm*, onde reuniram grande quantidade de informações relativas a trabalhos passados e recentes sobre o que chamam de *paradigma da carreira criminosa*, abrangendo resultados empíricos já alcançados, bem como questões metodológicas e relativas a implicações políticas (no sentido de ações adotadas). (Piquero, Farrington, & Blumstein, 2003, p. 363)

O mencionado trabalho é uma extensa revisão de literatura científica sobre o estudo da *carreira criminosa*. Revelam os autores a preocupação de definir o conceito de *carreira criminosa* e seus elementos principais (que serão tratados adiante), deixando claro que certas obras importantes do passado – como as já mencionadas *The Jack Roller*, de Shaw em 1930, e *The Professional Thief*, de Sutherland em 1937, entre outras –, embora apresentassem “observações inspiradoras sobre os mais sérios e mais interessantes criminosos”, seriam bastante “desinformativas sobre carreiras criminosas típicas”. (Piquero, Farrington, & Blumstein, 2003, p. 360)

Piquero, Farrington e Blumstein (2003) utilizam o termo *carreira criminosa* no sentido de sequência longitudinal de crimes, sendo esta sequência cometida por um infrator individual. Estes autores, em seu grande ensaio, reconhecem não muitos trabalhos como sendo de especial importância no estudo das carreiras criminosas. Destacam alguns autores e falam sobre suas obras conforme

segue: Glueck e Glueck, em *Unraveling Juvenile Delinquency*¹⁷, com 500 meninos não infratores e 500 infratores, com coleta de dados os mais variados (por exemplo, características sociais, psicológicas, biológicas, experiência profissional etc.); McCord, em *Cambridge-Somerville Project*¹⁸, cujo objetivo foi o de aprender sobre o desenvolvimento da delinquência, bem como testar a noção de que crianças poderiam ser tiradas da delinquência, usando-se para isso a orientação e a prevenção; Wolfgang, em *Philadelphia Birth Cohort Studies*¹⁹, onde se pesquisam carreiras criminosas de quase 10 mil indivíduos do sexo masculino, com idades entre 10 e 17 anos, com enfoque em dinâmicas de especialização em comportamento; Farrington, em *Cambridge Study in Delinquent Development*, estudo longitudinal prospectivo sobre desenvolvimento de delitos e de comportamento anti-social, com 411 indivíduos do sexo masculino do sul de Londres; Elliot, em *National Youth Survey*, também estudo longitudinal prospectivo, relativo a delinquência e uso de drogas; Le Blanc, em *Montreal Sample of Adjudicated Youths*, trabalhando com tipos de atos, idade de início em geral, idade de primeira prática de cada tipo de ato, frequência e idade final de cometimento do ato.

No mencionado ensaio de 2003, Piquero *et al.* atestam que muita pesquisa ainda se mostrava necessária para desvendar as carreiras criminosas, inclusive sobre circunstâncias as que influenciariam positiva ou negativamente.

O que chamam de *paradigma da carreira criminosa* envolveria um início de atividade delinqüente em determinada idade, com envolvimento nesta atividade

¹⁷ Sheldon Glueck e Eleanor Glueck, *Unraveling Juvenile Delinquency*, New York, Commonwealth Fund, 1950.

¹⁸ Joan McCord, *The Cambridge-Somerville Study: A Pioneering Longitudinal-Experimental Study of Delinquency Prevention*, em *Preventing Antisocial Behavior: Interventions from Birth through Adolescence* (editores Joan McCord e Richard E. Tremblay, New York, Guilford, 1992).

¹⁹ Marvin E. Wolfgang; Robert M. Figlio; e Thorsten Sellin, *Delinquency in a Birth Cohort*, Chicago, University of Chicago Press, 1972.

em determinado nível individual e contanto com uma mistura de crimes e, eventualmente, a cessação desta atividade.

Esse é um ensaio que busca ser muito abrangente, talvez com a intenção de canalizar os esforços subseqüentes para a respectiva linha de pesquisa. Os próprios autores reconhecem que o paradigma da carreira criminosa não era aceito por toda a comunidade científica.

Nos anos seguintes, a forma como o termo *carreira criminosa* é utilizado em diversos trabalhos científicos, mostra que ainda não se tem uma visão uniforme relativa a pesquisas que tratem de carreiras criminosas.

É possível que a produção do ensaio de Piquero *et al.*, tão detalhado, tenha influenciado outros autores a não se preocupar em esclarecer por que e de que modo empregam o termo *carreira criminosa* em suas pesquisas. Se seguem a linha daqueles três cientistas, não haveria motivo para explicar o emprego, já que trouxeram a construção de um *paradigma*. Se não seguem, parecem empregar o termo livremente, sem maiores preocupações em fazer entender seu sentido como termo técnico, sendo que em alguns estudos se percebe mais claramente a retomada da abordagem interacionista, pela qual enfatiza-se mais propriamente a construção de subjetividades que a descrição da prática criminal.

Assim, analisando algumas publicações na área, desde então, destaca-se a orientação teórica subjacente. Ainda em 2003, Corrado, Cohen, Glackman e Odgers (2003) apontam o estilo de vida do delinqüente crônico como base de um dos modelos de tomada de decisão direcionada a jovens delinqüentes, em estudo sobre a relação desses modelos com a decisão dos jovens delinqüentes em reincidir. Dentro do modelo decisório baseado no estilo de vida do delinqüente crônico, a palavra

carreira é tomada em sua relação com o nível de envolvimento na delinquência, onde o jovem escolhe o crime como carreira e, embora não expressamente falado, o termo *carreira* se aproxima da noção de profissão. Mas, também, os autores acrescentam a hipótese de o delinqüente ver a delinquência apenas como parte de seu ser, e o estilo de vida delinqüente se relacionaria ainda com uma quantidade grande de delitos. Bushway, Thornberry e Krohn (2003) mencionam a carreira criminosa sem defini-la quando estudam a desistência. E Farrington *et al.* (2003) preferem o termo *carreira de delinquência*, sem deixar de utilizar *carreira criminosa*, remetendo a Blumstein, Cohen, Roth e Visher (1986) e Piquero *et al.* (2003). Para Sampson e Laub (2003) o modelo de carreira criminosa justifica-se enquanto “paradigma de estudo de trajetórias intra-individuais” (p.585).

Em Soothill, Ackerley e Francis (2004) aparece o termo *carreira criminosa “oficial”*, onde a primeira condenação teria papel importante, representando um momento definidor (quando então o delinqüente receberia um rótulo e passaria a ser tratado de forma diferente na sociedade). Francis, Soothill e Fligelstone (2004) propõem uma análise de tipologias delinqüentes em períodos menores e fixos de tempo, correspondentes a 5 anos cada período, defendendo ser uma técnica mais viável do que a análise da vida toda dos sujeitos, em termos de utilidade prática. Esses não definem *carreira criminosa*, mas o sentido fica próximo da seqüência de delitos, dentro do período de vida ou de períodos menores de tempo. Nestas últimas duas obras mencionadas nota-se a preocupação em delimitar campos de observação – em um caso, a carreira “oficial” e, no outro caso, períodos menores de tempo em relação ao período completo de vida de um indivíduo – possibilitando-se estudar partes da carreira criminosa.

Em 2005, é possível notar uma tendência a se estudarem aspectos da carreira criminosa ou, se não, partir para estudos sobre trajetórias de crimes. Quanto aos aspectos da carreira, temos Kazemian e Farrington (2005) que se centram no início da carreira, enquanto comparam fontes de dados (oficiais e auto-relatos). Deane, Fleson e Armstrong (2005) estudam a especialização, entre delitos violentos e não violentos. A idéia de que, entre delinquentes, deve existir uma técnica ou perícia em desenvolvimento (Topalli, 2005), lança o olhar para a dinâmica da carreira. Como em Sampson e Laub (2003), em Blokland, Nagin e Nieuwbeerta (2005) a carreira criminosa aparece como base sobre a qual são feitas análises a respeito de trajetórias. Estes três autores também discutem fatores relativos a dados, quando enfatizam que informações sobre encarceramento e mortalidade, mais do que simples problemas a serem enfrentados no tratamento de dados, são fatores importantes tanto como resultados quanto como influenciadores do potencial de comportamento delinquente. Nota-se, portanto, que há também, em alguns trabalhos, uma preocupação em discutir tipos de dados a serem utilizados em pesquisas.

O avanço de estudos relacionados a carreiras criminosas não se mostra suficiente para unificar a forma de se empregar o termo *carreira criminosa*. Os enfoques dos trabalhos continuam variados. Massoglia (2006) concentra-se no estudo da desistência e daquilo que chama de *deslocamento* (mudanças na qualidade do comportamento ao longo do tempo)²⁰. Kirk (2006) tem estudo dedicado a comparar fontes de dados (registros oficiais e auto-relatos), e utiliza o termo *carreira criminosa* fazendo referência a Piquero *et al.* (2003). Mesma referência aparece em Delisi e Scherer (2006). Tais autores, assim como Hodgson e Costello (2006) tomam a carreira criminosa em relação ao crime ao longo do tempo. Os mencionados

²⁰ *Deslocamento* é um assunto que será abordado novamente ao se tratar de “desistência”.

Hodgson e Costello concentram-se no estudo da co-delinquência²¹ entre praticantes de roubo, e como esta co-delinquência se relaciona com a carreira em sua extensão. O enfoque de Clark (2006) é centrado no papel do sistema de justiça criminal (polícia, judiciário, prisão) sobre o compromisso perante o crime. Aqui, a carreira criminosa aparece como objeto daquele comportamento, ou seja, algo sobre o qual o delinquente se empenhe. Escrevendo sobre a Criminologia na Holanda, Swaaningen (2006) revela o estudo das carreiras criminosas como uma das vertentes naquele país, onde se notam enfoques variados (como a identificação da carreira com o conceito de reincidência, mas também a preocupação com contextos e com variáveis relativas à personalidade, sendo citados, por exemplo, Jan Hendriks e Catrien Bijleveld, no estudo *Recidive van jeugdige zedendelinquenten na residentiële zehandeling, de 2005*). Em 2006, desta forma, a variedade de enfoques se faz presente, havendo estudos sobre aspectos da carreira, sobre fontes de dados e sobre envolvimento no crime.

Em 2007 há vários estudos que abordam a carreira criminosa como um modelo sobre o qual se fazem inferências e análises, retomando com mais força o trabalho de Piquero *et al.* (2003), bem como o de Blumstein *et al.* (1986). Nessa linha, então, há enfoques sobre aspectos da carreira, como a sua extensão ou duração (Ezell, 2007; Francis, Soothill, & Piquero, 2007; Haarpen, Britton, & Croisdale, 2007). Os próprios Piquero e Blumstein (2007-A) publicam novamente dentro do tema, em assunto específico (a incapacitação), e trazem a público o livro *Key Issues in Criminal Career Research*, o que parece ser mais um esforço de sistematizar o estudo das carreiras criminosas e canalizar os empenhos científicos a esse respeito. Trata-se de um livro que traz novas análises a partir do *Estudo de Cambridge sobre*

²¹ Co-delinquência refere-se à prática de delito por mais de uma pessoa, em conjunto.

Desenvolvimento do Delinqüente.²² O segundo capítulo, onde apresentam uma visão geral sobre carreiras criminosas, é composto, segundo os próprios autores, em grande parte por informações de seu ensaio de 2003, o que reforça a idéia de consolidação de um posicionamento sobre a carreira criminosa e seus aspectos, neste cenário. Destoando um pouco do conjunto, Davis (2007) utiliza o termo carreira, sem definir, mas apenas como parâmetro, e com foco em outras questões – no caso, estuda o papel dos pais frente aos contatos dos filhos com o sistema de justiça criminal, com ênfase em questões referentes à autoridade dos pais sobre os filhos e sobre os órgãos oficiais como recurso do pais no exercício dessa autoridade.

Piquero, Piquero, Terry, Youstin e Nobles (2008) continuam estudando assuntos específicos dentro da carreira criminosa, enfocando neste artigo em particular os criminosos religiosos acusados de abuso sexual. Já Kleemans e Poot (2008) estudam carreiras criminosas dentro do crime organizado, enfatizando a importância das conexões entre atividades legais e ilegais, e as oportunidades de transição entre elas.

Observa-se, em um período de pouco mais de 5 anos, nos periódicos consultados, o emprego do termo *carreira criminosa* de diversas maneiras, embora prepondere sua utilização como equivalendo à análise dos crimes ao longo do tempo, base para estudo de trajetórias, paradigma para o estudo de seus aspectos.

²² O *Cambridge Study in Delinquent Development*, como explicam Piquero, Farrington e Blumstein (2003) foi realizado por Farrington, tendo início em 1961, e tratando-se de pesquisa longitudinal prospectiva do desenvolvimento de ofensas e de comportamento anti-social, tendo como sujeitos 411 homens do sul de Londres, nascidos entre setembro de 1952 e agosto de 1954.

2.3 – Carreira criminosa: uma problematização necessária dos sentidos atribuídos ao termo

Na revisão dos estudos internacionais, a utilização, por diversas vezes, do termo *carreira criminosa* sem sua definição é indício de que não há tanta preocupação em esclarecer seu significado. Mas, o fato de ser o termo, ainda hoje, empregado de diversas formas, conforme os enfoques que os autores desenvolvem, mostra que ainda se enfrenta o mesmo problema que Kyvsgaard (2003) teve ao fazer seu histórico, ou seja, uma certa difusão conceitual que dificulta a reunião dos esforços de pesquisa sob um conceito unificado.

De todo modo, pode-se afirmar que o conceito de *carreira criminosa* para os estudos contemporâneos é delineado em 1986, na obra organizada por Blumstein *et al.* (1986, p. 12): “Uma carreira criminosa é a caracterização de uma seqüência longitudinal de crimes praticados por um ofensor individual”.

As carreiras criminosas podem apresentar grandes variações conforme o ofensor, havendo dois extremos: a carreira criminosa em que o indivíduo pratica um só crime em toda a sua carreira e a carreira criminosa em que o delinquente é um “criminoso de carreira”, sendo o criminoso de carreira também caracterizado como perigoso, habitual ou ofensor crônico. (Blumstein *et al.*, 1986) Desta forma, nota-se o caráter objetivo do termo *carreira criminosa*, ao mesmo tempo em que subjaz uma referência ao papel do sujeito na configuração de uma carreira criminosa. De acordo com os autores:

Ambos os tipos extremos de carreira são de interesse político. Ofensores com carreiras curtas que cometem muito poucas ofensas são de interesse para a identificação de fatores externos que encorajem o término precoce de carreiras e podem ser afetados pela política pública. Tal conhecimento será especialmente útil no planejamento de políticas de controle do crime, incluindo a prevenção alcançada por meio da imposição de sanções para propósitos de

desencorajamento ou reabilitativos. Criminosos de carreira são de interesse para a formulação de políticas que possam identificar ofensores no início de suas carreiras e seletivamente direcionar os recursos da justiça criminal para a prevenção de seus crimes, primariamente através do encarceramento. (Blumstein *et al.*, 1986, p. 14)

Na citação acima fala-se em *fatores externos que encorajem o término precoce de carreiras*. O *encorajamento* é uma influência que se dá sobre um sujeito. Observa-se, neste caso, um exemplo que demonstra ligar o estudo das *carreiras criminosas* – inobstante o conceito objetivo do termo *carreira criminosa* – tanto à configuração descritiva da atividade criminosa de um indivíduo, quanto aos processos e relações que insiram, mantenham ou excluam o indivíduo nesta ou desta mesma atividade criminosa.

Piquero, Farrington e Blumstein (2007) afirmam que:

O paradigma da carreira criminosa reconhece que indivíduos começam suas atividades criminosas em alguma idade, dedicam-se ao crime em alguma taxa individual de crime, cometem uma mistura de crimes, e finalmente param. (p. 9)

Logo em seguida, no mesmo parágrafo, quando oferecem os elementos que se observam na carreira criminosa – como o início da carreira, por exemplo – procuram deixar claro que a abordagem das carreiras criminosas envolve não apenas o *quando* relativo à atividade delinqüente, mas também ao seu *porquê*. Dizem:

Desta forma, a abordagem da carreira criminosa enfatiza a necessidade de investigar questões relativas a por que e quando pessoas começam a ofender (início), por que e como eles continuam ofendendo (persistência), por que e se as ofensas tornam-se mais freqüentes ou graves (escalação) ou especializadas, e por que e quando pessoas param de ofender (desistência). (Piquero *et al.*, 2003, p. 9)

Assim como fez Kyvsgaard (2003), Piquero *et al.* (2007) se lembram do que o próprio Blumstein, juntamente com Cohen e Hsieh diziam, em 1982, e afirmam:

O estudo das carreiras criminosas não implica que ofensores necessariamente derivem seu sustento exclusivamente ou mesmo predominantemente do crime; em vez disso, o conceito de carreira é voltado apenas como um meio de estruturar a sequência longitudinal de eventos criminosos associados a um indivíduo, de maneira sistemática. (p. 9)

A autora dinamarquesa não se ilude:

A pesquisa americana recente vigorosamente enfatiza que o termo carreira não é sinônimo de meio de vida ou profissão. Entretanto, algumas características conceituais da pesquisa sobre carreira criminosa correspondem a aspectos de carreiras ocupacionais. Por exemplo, a pesquisa sobre carreira criminosa examina se ocorre a especialização, isto é, uma tendência a repetir o mesmo tipo de crime, e sugere que habilidades necessárias para cometer ofensas mais refinadas e com maior sucesso se desenvolverão através da repetição. Aqui está um óbvio paralelo com as carreiras ocupacionais ordinárias. Um paralelo similar é encontrado em mudanças na gravidade do crime ao longo do tempo. Escalação na carreira criminosa corresponde ao avanço na carreira ocupacional: alguém escala em posição ou em gravidade. A analogia entre carreiras ocupacionais e carreiras criminosas é provavelmente inevitável, uma vez que ambos dizem respeito ao desenvolvimento de habilidades e técnicas, e atêm-se à suposição de que “a prática faz a perfeição”. (Kyvsgaard, 2003, p. 4)

De fato, parece ser inevitável pensar em carreiras profissionais quando se fala em carreiras criminosas. Talvez o uso cotidiano do termo carreira, nas atividades lícitas, para designar algo pelo que uma pessoa luta a vida toda, force a sua entrada nas considerações e interpretações, sempre que aparece como termo designativo de alguma outra coisa. Por outro lado, o fascínio originado pelas histórias, reais ou fictícias, de célebres criminosos “de carreira” e suas organizações criminosas, pode erigir o termo carreira como designativo de um empenho de todos os esforços de um indivíduo na vida do crime.

Na própria elaboração do projeto da presente pesquisa houve, de início, essa mesma tendência. Vale lembrar o que foi dito, no projeto²³:

Se a palavra *carreira* for isolada, desconectada de qualquer adjetivo, poderá ter diversos significados: um caminho, uma fileira de objetos etc. Quando se trata de indivíduos, normalmente a carreira será relacionada a uma profissão. A carreira profissional, num sentido popular, está relacionada com a vida profissional de uma pessoa, trazendo a idéia de um alto grau de estabilidade no trabalho (CAREER, 1965:73). Nota-se que, neste sentido popular, já é possível extrair um sentido de continuidade no tempo e de estabilidade no decorrer dos fatos que compõem a carreira. Então, um primeiro aspecto da carreira seria o *tempo*, e um segundo aspecto seria a *estabilidade* no desenrolar dos fatos que compõem a carreira.

Ainda relacionada ao trabalho, há uma definição mais detalhada de carreira e há um termo utilizado, que é o *padrão de carreira*. Neste caso, temos uma série de ajustamentos feitos a instituições, organizações formais e relações sociais informais, envolvidas na ocupação, ou seqüência de ocupações, que faz a história profissional da pessoa ou grupo de pessoas (CAREER, 1965). Há literatura científica que diferencia entre aspectos verticais e horizontais de um padrão de carreira (Becker *apud* CAREER, 1965), sendo que em ambos os aspectos há um movimento, que pode ser vertical, se houver mudança de hierarquia, ou horizontal, quando a mudança ocorre dentro de uma mesma hierarquia. Aqui, mais um aspecto pode ser observado: o *movimento* entre ocupações dentro de um padrão de carreira. Há quem defina carreira como uma seqüência de empregos que sigam um desenvolvimento ordenado (Miller e Form *apud* CAREER, 1965), ou como uma seqüência de ocupações na vida de um indivíduo ou grupos de indivíduos (Super *apud* CAREER, 1965). Mais dois aspectos surgem: a *seqüência* e o *desenvolvimento*, o que mostra que um padrão de carreira se compõe de ocupações que, dispostas em seqüência, umas se interligam às outras, numa linha contínua e sucessiva.

(...) Se transpusermos estas noções, substituindo as ocupações profissionais, pelo cometimento de crimes, temos uma *seqüência* de crimes, com certa ligação entre si, cometidos por uma pessoa ao longo do *tempo*, sendo possível observar um *desenvolvimento* mais ou menos *estável*, conforme o indivíduo se *movimente horizontalmente* (tipos de crimes) ou *verticalmente* (gravidade dos crimes) entre seus atos criminosos.

Num nível de análise macro-social, Gilinskiy (2006), ao abordar o crime organizado na Rússia, embora não utilize o termo *carreira criminosa*, fala claramente sobre a existência do crime como negócio, e do crime organizado como “fenômeno social complexo”. Relata, então:

²³ A referência bibliográfica que aparece diversas vezes no trecho citado é de um verbete elaborado por H. J. Friedsam para *A Dictionary of Social Sciences*, publicado em 1965 por The Free Press, de Nova York. O verbete está na lista de referências, no final do presente trabalho.

O desenvolvimento da estrutura organizacional na atividade criminosa é um processo natural que ladeia o desenvolvimento estrutural dos sistemas e sub-sistemas legitimados, incluindo a política e corporações de negócios. (p.279)

Defende ser este processo um fenômeno global, e que pelos diversos países são similares os fatores presentes na formação do crime organizado. Então, apresenta algumas condições importantes para o fenômeno:

O negócio criminoso surge, existe e se desenvolve sob certas condições, tais como: demanda por produtos ilegais (e.g. drogas, armas) e serviços (e.g. sexuais); demandas não satisfeitas por mercadorias e serviços; desemprego e outras fontes de exclusão social proporcionando uma base social para o desvio, incluindo criminalidade; defeitos no regime regulatório estatal, especialmente nos campos da tributação e alfândegas. (Gilinskiy, 2006, p. 279)

Essa aproximação entre carreira ocupacional e carreira criminosa pode resultar em um afastamento da imparcialidade, necessária tanto à pesquisa quanto aos procedimentos penais que tramitam ou venham a tramitar pelos órgãos estatais. Se o mesmo empenho psicológico e mental aplicado por um profissional for encontrado nas atividades e intenções do “criminoso de carreira”, facilmente este será considerado como “problema a ser solucionado”. Isto porque a base dessa consideração é a prática do crime. Há, contudo, que se considerar que o envolvimento persistente com a prática criminosa é certamente determinada por uma gama complexa de fatores, em meio aos quais há o engajamento pessoal, mas figura também a própria reação social ao crime e, dentro disso, as práticas institucionais realizadas com os infratores da lei. Ademais, é preciso se perguntar se o crime seria

sempre um mal.²⁴ Dizendo de outra forma, o empenho pessoal na prática de delitos não parece ser uma fonte segura para qualificar um criminoso, se tal empenho não for considerado em conjunto com outras questões como o entendimento do agente sobre o caráter de seus atos, o desenvolvimento de técnica ou perícia entre delinquentes – que Topalli (2005) defende existir – e a própria estrutura da criminalidade (considerando-se, por exemplo, o crime organizado).

Carra (2001), por exemplo, utiliza o conceito de “Carreira”, em sua obra sobre o desenvolvimento de trajetórias delinquentiais, em adolescentes franceses, como sendo os fatos apreendidos em sua evolução, etapa após etapa. Nas palavras da própria autora,

um conceito útil para construir modelos sequenciais de diversos tipos é o de *carreira*, que remete, na Sociologia do Trabalho, à passagem de uma posição a outra por parte de um trabalhador em um sistema profissional que engloba a idéia de eventos e circunstâncias afetando a carreira.(p.54-55)

Mas, segundo ela:

O conceito designa os fatores dos quais depende a mobilidade de uma posição à outra, fatores tão objetivos, como a estrutura social, que subjetivos, como motivações e desejos de um indivíduo. Se o conceito é genericamente utilizado para distinguir aqueles que têm sucesso daqueles que não têm, pode-se, entretanto, baseado no que diz Becker, utilizá-lo para distinguir diversos tipos de resultados de carreiras, independentemente do aspecto de sucesso (p.54-55).

²⁴ Lembre-se da clássica distinção entre *malum in se* e *malum ad prohibitum*. O primeiro – o mal em si – refere-se a fatos que são considerados naturalmente condenáveis, por exemplo o homicídio (Gifis, 2003); no Direito Penal corresponde ao chamado *crime natural*, a tipos penais que “refletem diretamente imantações dos valores éticos e universais (*mala per se*)”. (Führer, 2005, p.114) Já o *malum ad prohibitum* significa “errado porque é proibido; feito ilegal por estatuto de bem-estar público, mas não inerentemente mal e não envolvendo torpeza moral” (Gifis, 2003-A, p.308), ou seja, tipos penais que “não contam com essa escora ética natural, embora estejam inseridos na lei penal (*mala ad prohibita*)”. (Führer, 2005, p.114) Este autor, Führer, refere-se aos *mala ad prohibita* como os chamados *crimes de plástico*.

A autora afirma que o interesse pelos modelos sequenciais liga-se à perspectiva interacionista²⁵, pela qual enfatiza-se o caráter dinâmico das interações sociais, o que conduziu à proposição de teorias sequenciais do desvio, em oposição às teorias simultâneas ou às explicações concomitantes, das abordagens clássicas e, devido à sua maior afinidade com as abordagens de natureza qualitativa, enfatiza a importância de se conhecer os aspectos subjetivos na construção de carreiras criminosas, lembrando que os primeiros estudos se situaram no contexto das investigações que se apoiavam na noção de biografia, que se fez muito presente nos trabalhos sociológicos desde os primórdios da Escola de Chicago, sob a forma de *histórias de vida*, com o uso de documentos auto-biográficos, com base na produção de Thomas e Znaniecki (1918), que viam a biografia como método sociológico por excelência para conhecer a sociedade²⁶.

Nesse mesmo sentido, uma crítica aberta é feita por Gadd e Farrall (2004) aos pesquisadores das carreiras criminosas, que procuram atrair as atenções à perspectiva criminológica psicossocial. Entendem que a pesquisa de carreiras criminosas deve considerar as próprias experiências dos indivíduos que tentam justificar suas expectativas sociais para que, então, seja possível oferecer “um entendimento significativo e crítico dos caminhos para dentro e para fora do crime”. (p. 145)

Na mencionada referência, Gadd e Farrall exploram o assunto relativo a “causas” do comportamento, nas narrativas de dois sujeitos. Buscam uma explicação

²⁵ É importante notar que a autora, para a transposição do conceito de carreira do campo da Sociologia do Trabalho para o da Criminologia apóia-se em H.S. Becker, e suas obras *Outsiders – Studies in the Sociology of Deviance*, livro publicado pela primeira vez em 1963, e o artigo *Biographie et Mosaïque Scientifique*, de 1986, publicado nas *Actes de la recherche en sciences sociales*.

²⁶ Thomas, W.; Znaniecki, F., *The polish peasant in Europe and America*, Boston, Badger, 1918.

a respeito das carreiras criminosas destes sujeitos, voltando-se ao tema *desistência* (isto é, a cessação da delinquência).

O que se pode inferir, neste ponto, é que o termo *carreira criminosa* é ambíguo. É necessário distinguir entre a carreira como sequência de crimes, a ser observada de maneira objetiva e descritiva, de um lado; e, de outro lado, a carreira como desvio de conduta socialmente relevante, que envolve processos cognitivos, subjetivos, sociais, culturais, desenvolvimentais etc.; entendendo que ambas as dimensões do fenômeno são relevantes.

A abordagem da temática pela Criminologia Desenvolvimental tenta resolver essa ambigüidade que muitas vezes se revela como oposição, propondo o estudo da carreira como parâmetro inicial para conhecer as diferentes *trajetórias desenvolvimentais*, conceito pelo qual busca-se os fatores objetivos e subjetivos que convergem para determinado desenvolvimento da conduta criminosa.

2.4 – As trajetórias desenvolvimentais de crimes

A análise de carreiras criminosas permite compreender algumas características da atividade delinqüente de indivíduos envolvidos em atos infracionais ou em crimes ou contravenções penais. Entretanto, a descrição de carreiras apenas se mostra como um indicativo de uma necessária perspectiva, mais profunda, que busca compreender a dinâmica causal da atividade delinqüente e os motivos intra ou extra-individuais que levam determinada carreira criminosa a ter determinada configuração.

As atividades de um indivíduo estão presentes, sempre, em algum contexto espaço-temporal, de modo que haja inter-relações entre os elementos contextuais. Se um sujeito é influenciado pelos seus pais, ele também exerce influência sobre eles. A interação entre elementos, ao longo da vida de um indivíduo, é estudada pela Psicologia do Desenvolvimento, que tem como característica metodológica a pesquisa longitudinal. É neste sentido o pensamento de Mota (2005), que atesta ser mais comum nas pesquisas em desenvolvimento humano os estudos longitudinais e considera o contexto sócio-histórico e variáveis internas e externas ao indivíduo ao definir o campo da Psicologia do Desenvolvimento.

Dentro dessa perspectiva, a Criminologia pode adquirir um papel importante, apropriando-se de pontos de vista que promovam o estudo da atividade infracional de um indivíduo em sua interação com os acontecimentos de sua vida, e buscando identificar tipos de comportamento criminoso que se prolonguem pelo tempo, bem como identificar os momentos em que tais tipos de comportamento cessam e, diante de dados obtidos em pesquisa longitudinal, explicar os processos e causas dessa configuração, de modo mais profundo.

É neste quadro que aparece a noção de trajetórias desenvolvimentais. A palavra trajetória transmite a idéia de caminho e direção, mas, aplicado à criminalidade, diferencia-se do conceito de carreira criminosa porque este, embora trate de seqüências de crimes, apresenta informações não muito profundas sobre direções, e não apresenta perspectiva causal.

Trajetórias desenvolvimentais de crime devem andar junto da carreira criminosa, pois esta provê os dados sobre os quais serão aplicados modelos estatísticos que descrevam e expliquem o desenvolvimento do comportamento

delinqüente. Neste sentido, para Sampson e Laub (2003), o modelo de carreira criminosa justifica-se enquanto “paradigma de estudo de trajetórias intra-individuais”. (p. 585) Piquero *et al.* (2007) dedicam, em um livro sobre carreiras criminosas, um capítulo inteiro ao que chamam de trajetórias de delinquência. Trata-se de um exemplo de como a carreira criminosa e a trajetória desenvolvimental caminham juntas, servindo como subsídio para o avanço da Criminologia Desenvolvimental.

Quando se reflete sobre as causas da delinquência, torna-se necessário frisar que o desenvolvimento do comportamento delinqüente se refere a um indivíduo contextualizado.

Kubrin e Stewart (2006) frisam a importância do contexto no estudo da reincidência, incluindo o entorno concreto, aquele dos bairros de residência dos indivíduos, e fazem uma crítica à falta, nas investigações, da consideração de variáveis que permitam conhecer como vivem ex-presidiários. Segundo tais autores:

A falta de atenção ao contexto do bairro é devida, em parte, à crença de que o risco de re-ofender é determinado individualmente. Embora fatores em nível individual desempenhem um papel importante na predição de quem irá reincidir e de quem não irá, o ambiente imediato de alguém também provavelmente influencia a reincidência. (p. 166)

E adiante, continuam:

O contexto do bairro é fundamental para nossa compreensão do porquê indivíduos cometem delitos, e potencialmente ainda mais importante para entender por que ex-ofensores cometem delitos novamente. (p. 167)

A idéia de contextualidade exige que o pesquisador encare o fato de que estudar o desenvolvimento humano exige uma visão multidimensional da realidade

que se estuda ou que se pretenda estudar. Grosso modo, um indivíduo infrator pode viver com sua família, em um bairro de uma cidade, em determinado momento histórico, ter contato com determinadas pessoas, freqüentar determinada escola ou trabalhar em determinado lugar. São apenas alguns exemplos de elementos que colocam um indivíduo dentro de um contexto. Outros elementos existem. A própria decoração do quarto de um adolescente pode indicar o tipo de contexto em que ele está inserido, sem contar que existe um ambiente vasto de relacionamento social, incluindo, atualmente, o virtual, o espaço cibernético, a internet.

O estudo de trajetórias desenvolvimentais procura identificar os caminhos percorridos pelos indivíduos ou grupos de indivíduos através da observação de mudanças e constâncias factuais. Mas importa também a consideração de mudanças e constâncias subjetivas, como a mudança de crença religiosa, bem como mudanças e constâncias orgânicas, como o desenvolvimento de habilidades intelectuais.

A Criminologia Desenvolvimental tem a capacidade de identificar este "mapa" de pontos importantes do curso da vida do infrator, conhecendo as formas como o comportamento muda ou se mantém, e as relações entre a dinâmica do comportamento e os demais fatos e atos que cercam o indivíduo em sua trajetória criminosa. Sampson e Laub (2005) afirmam:

A crescente tendência em perspectivas desenvolvimentais sobre o crime, freqüentemente chamadas de "criminologia desenvolvimental", é a de subdividir a população infratora e assumir diferentes influências causais em diferentes estágios da "carreira criminosa". (p. 13)

Esta vertente da Criminologia esforça-se por encontrar causas da delinquência. Conhecendo a realidade contextualizada da vida de um sujeito

delinqüente, e encontrando padrões de relacionamentos causais entre o comportamento delinqüente e os elementos do contexto, as pesquisas desenvolvimentais sobre a criminalidade poderão, cada vez mais, sugerir medidas eficazes de configuração de contextos para a prevenção da delinqüência.

Farrington (2003) publica artigo sobre criminologia desenvolvimental e do curso-da-vida, onde define bem o que entende por esta área e qual a sua relação com o paradigma da carreira criminosa:

Criminologia desenvolvimental e do curso-da-vida (DLC)²⁷ está preocupada com três questões principais: o desenvolvimento do comportamento delinqüente e anti-social, fatores de risco em diferentes idades, e os efeitos de eventos da vida no curso do desenvolvimento. DLC está especialmente preocupada em documentar e explicar mudanças intra-individuais na delinqüência durante toda a vida. É uma elaboração adicional do paradigma da carreira criminosa que se tornou muito proeminente nos anos 1980 (Blumstein et al., 1986)²⁸ adicionando o estudo de fatores de risco e eventos da vida. (p.221)

Para o autor, a criminologia desenvolvimental e do curso-da-vida, em vista dos assuntos a ela referentes, incorporaria quatro paradigmas: o da prevenção assentada na noção de redução de fatores de risco; o da criminologia desenvolvimental; o da criminologia do curso-da-vida; e o da carreira criminosa.

Destaca, ainda, cinco obras importantes para a criminologia desenvolvimental e do curso-da-vida, sendo elas as de (ver p.239-244): Catalano e Hawkins²⁹, em 1996 (com o modelo de desenvolvimento social); Sampson e Laub³⁰,

²⁷ DLC é a sigla para *Developmental and Life-Course Criminology*.

²⁸ Refere-se ao *Criminal Careers and "Career Criminals"* (ver referência bibliográfica a Blumstein et al., 1986).

²⁹ Richard F. Catalano e J. David Hawkins, *The Social Development Model: A theory of antisocial behavior*, em *Delinquency and crime: Current Theories* (editor J. David Hawkins), Cambridge, Cambridge University Press, 1996.

³⁰ Robert J. Sampson e John H. Laub, *Crime in the Making: Pathways and Turning Points Through Life*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1993.

em 1993 (controle social informal baseado na idade); Moffitt³¹, em 1993 (como o déficit neuropsicológico e as duas categorias de pessoas anti-sociais – as persistentes pelo curso-da-vida e os limitados à adolescência); LeBlanc³², em 1997 (com três tópicos: o desenvolvimento da delinquência; a ocorrência de eventos criminosos; e taxas de crime na comunidade); e Thornberry e Krohn³³, em 2001 (dependência do desenvolvimento da delinquência face ao desenvolvimento de outras trajetórias no curso da vida – por exemplo, aquelas relativas à família, trabalho, escola).

A multidisciplinaridade mostra-se de patente importância para a Criminologia Desenvolvimental, porquanto a identificação de elementos contextuais que tenham impacto forte sobre o comportamento exigirá conhecimentos aprofundados sobre tais elementos, o que poderá requerer conhecimentos especializados em áreas diversas da ciência. É assim que o Urbanismo, a Educação, os ramos da Psicologia, o Direito, a Neurologia, a Biogenética, a Sociologia, a Antropologia, a Ciência Política, entre outras tantas áreas, podem e devem servir como fonte de conhecimento para a Psicologia do Desenvolvimento e, em particular, para a Criminologia Desenvolvimental.

Maughan (2005) remonta à aplicação, no início da década de 1990, por Nagin e Land, de um modelo estatístico particular para a análise de trajetórias desenvolvimentais, em uma abordagem baseada em grupos, o que teria produzido um impacto importante nos estudos da Criminologia Desenvolvimental. O modelo de Nagin e Land, chamado de *group-based trajectory model*, ou modelo de trajetória

³¹ Terrie E. Moffitt, *Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy*, Psychological Review 100, p. 674-701, 1993.

³² Marc LeBlanc, *A generic control theory of the criminal phenomenon: The structural and dynamic statements of an integrative multilayered control theory*, em *Development Theorist of Crime and Delinquency (Advances in Criminology Theory, volume 7)* (editor Terence P. Thornberry, New Brunswick, N.J., Transaction, 1997).

³³ Terence P. Thornberry e Marvin O. Krohn, *The development of delinquency: An interactional perspective*, em *Handbook of Youth and Justice* (editor Susan O. White), New York, Plenum, 2001.

baseada em grupos, é explicada de maneira sintética por Weisburd , Bushway, Lum, e Yang (2004), da seguinte forma:

Formalmente, o modelo especifica que a população é formada por um número finito de grupos de indivíduos que seguem distintas trajetórias desenvolvimentais. Cada um desses grupos pode ter sua própria trajetória delinqüente (um mapa de taxas de delinqüência através do período de tempo) descrita por um conjunto de parâmetros que podem variar livremente através dos grupos. (p.296)

É preciso sublinhar que, em 1990, Loeber e Le Blanc (1990) já apresentavam as direções da Criminologia Desenvolvimental. Alertam para as limitações do uso apenas de registros oficiais em pesquisas sobre delinqüência e para a importância de observar as mudanças individuais no ato de delinqüir, enquanto muitos pesquisadores enfatizariam as mudanças grupais. Eles utilizam o termo criminologia desenvolvimental como referência a "mudanças intra-individuais na delinqüência", e continuam:

Criminologia desenvolvimental é o estudo, primeiro, do desenvolvimento e da dinâmica de comportamentos problemáticos e da delinqüência com a idade; esta abordagem é amplamente descritiva e se preocupa com processos de desenvolvimento comportamental. O segundo foco da criminologia desenvolvimental é a identificação de fatores explicativos ou causais que antecedam, ou ocorram concomitantemente com, o desenvolvimento comportamental e tenham um impacto em seu curso. Estes dois focos tornam possível esclarecer sobre as causas da iniciação individual na delinqüência, como seu padrão de delinqüência pode tornar-se mais freqüente e mais grave ao longo do tempo, e como este pode cessar. Tal investigação também pode tentar explicar diferenças individuais entre delinqüentes nesses pontos. (1990, p. 377)

A trajetória pode ser entendida como um caminho de desenvolvimento ao longo da extensão da vida. Trajetórias referem-se a padrões de longa duração de tipos específicos de comportamentos (Piquero *et al.*, 2003). Um tipo de comportamento possível de ser assim analisado é o comportamento criminoso.

Segundo Nagin e Tremblay (2005) “o termo trajetória desenvolvimental descreve mudança em um indivíduo através de um período relativamente longo”. (p. 875)

Ademais, é importante que se estudem as causas que levam ou poderiam levar à configuração de determinado comportamento criminoso. Intimamente ligadas à consideração de motivações para o crime, são as palavras de Soothill, Ackerley e Francis (2003, p. 406): “Podem haver mudanças estruturais na sociedade que podem fazer o crime parecer uma opção atrativa ou, talvez com o desemprego crescente, a única opção.”

Quando se usa a palavra inglesa *pathway*, que significa caminho, mas também trilha, exsurge a perspectiva que diferencia nitidamente a trajetória desenvolvimental de crime, a colocando a salvo de qualquer confusão com o conceito de carreira criminosa. A trilha a ser "mapeada" no estudo das trajetórias é um caminho que sempre leva a algum lugar, e este "lugar" é o comportamento criminoso. Enquanto a carreira criminosa só começa a se configurar quando um primeiro crime é cometido, e somente continua se mais um ou vários crimes são cometidos na seqüência, demonstrando que o quê separa os atos criminosos é, quando muito, o tempo; as trajetórias desenvolvimentais de crime, em seu turno, servem para tornar possível o conhecimento de como se chega a determinado crime, e de que forma e em que direção se parte de tal crime e, em tese, no caminho entre um crime e outro, e antes e depois dos crimes, se encontra tudo o que o indivíduo possa viver.

A Criminologia Desenvolvimental poderá extrair conclusões a partir da análise de mudanças mais marcantes na atividade delinqüente, se a "trilha" fosse

continuamente percorrida, levando, todavia, a transições comportamentais e contextuais mais sensíveis. Como afirmam Loeber e Le Blanc (1990):

Transições maiores no ciclo da vida, tais como mudanças nos relacionamentos de jovens dos pais para os pares, a transição da escola para o trabalho, e transições dos pares do mesmo sexo para pares do sexo oposto, são de interesse particular. Nestes períodos, a delinquência pode ser utilmente examinada em contraste com o pano de fundo de outras mudanças na vida, tais como o desenvolvimento da personalidade e a maturação física. (p. 377)

As mudanças maiores, mais sensíveis, é que devem receber maior atenção do pesquisador da Criminologia Desenvolvidora que se empenhe em desvendar padrões de trajetórias, no intuito de prover do conhecimento necessário à tomada de atitudes no sentido da prevenção. Normalmente, os eventos e áreas mais nítidos da vida de um indivíduo já vêm com algum nome que as identifique, como é o caso da família.

Trajetórias são caminhos de desenvolvimento ao longo da extensão da vida dentro de vários domínios sociais tais como a família, a escola, e o emprego. Quando um indivíduo experimenta um evento da vida, ou transição, trajetórias de desenvolvimento podem ser alteradas. Frequentemente, transições envolvem uma mudança em papéis sociais, tais como tornar-se cônjuge ou pai, que tem ramificações ao longo de trajetórias em múltiplos domínios e afeta a ligação que se tem com outros indivíduos. (D'Unger, Land, & McCall, 2002, p. 353)

Maume, Ousey e Beaver (2005) falam também de transições:

Transições são eventos chave no curso da vida (e.g., casamento, ter um filho) que alteram o auto-conceito, os papéis sociais, os laços sociais, as atitudes e o comportamento de um indivíduo. De um ponto de vista criminológico, a significância destas transições é que elas podem se tornar pontos de virada cruciais que alteram padrões de longo prazo ou trajetórias de ofensas criminosas. (p.29)

A pesquisa em trajetórias desenvolvimentais pode, assim, trabalhar com agrupamentos de circunstâncias, sendo procurados padrões de comportamento, transições e pontos de virada na vida de um indivíduo. Se um indivíduo passa determinado período de sua vida praticando apenas furtos, a trajetória poderá - dependendo de diversos outros fatores contextuais - indicar uma constância naquele ponto. É igualmente importante conhecer a carreira criminosa do indivíduo, sabendo-se quantos foram aqueles furtos e quando foram praticados, e conhecer os processos que culminaram na dedicação daquele indivíduo à atividade delinqüente concentrada em furtos, naquele período determinado.

Pridemore (2007) defende que fenômenos como a modernização, industrialização, democratização e mercantilização, que representam transformações ao longo da História, podem originar mudanças na configuração das características do crime em determinado lugar. Nestas mudanças, o autor inclui as relativas às características do delinqüente e da vítima, bem como dos próprios incidentes criminosos. Para designar essas mudanças, Pridemore sugere um termo novo: *transição criminológica*.

Carra (2001), em seu turno, afirma que um dos eventos com maior impacto na trajetória desenvolvimental da conduta delituosa de um indivíduo é a judicialização de seus comportamentos.

Interessante a forma como Nagin e Tremblay (2005) ilustram a dinâmica que está por trás das trajetórias desenvolvimentais, dizendo:

O desafio de estudar trajetórias desenvolvimentais é particularmente grande porque requer que se descreva e se explique o comportamento através do tempo. A diferença entre fotografia e cinema proporciona perspectiva na natureza da importância deste desafio. Uma fotografia de uma pessoa registra o indivíduo e suas circunstâncias em um ponto no tempo.

Geralmente, uma única fotografia não pode nos contar como aquela pessoa chegou nesta situação ou onde ele ou ela é destinada a ir. Entretanto, ao colar juntas muitas fotos tiradas em seqüência, o cinema proporciona a oportunidade de observar o desdobramento da história de uma pessoa e assim as conexões que unem as fotografias individuais. Em um contexto estatístico, fotografias são o equivalente da análise *cross-sectional* de diferenças individuais em um ponto no tempo (o produto de análises fatoriais nos anos 1940). A análise longitudinal de trajetórias desenvolvimentais é o equivalente do cinema. (p. 875-876)

Continuam, explicando que, uma vez que o cinema captura movimentos, em vez de momentos, a lição é que tanto no cinema quanto nas trajetórias desenvolvimentais, são as conexões ao longo do tempo que terão maior importância, enquanto não se tem um quadro muito detalhado dos momentos específicos.

O estudo das trajetórias desenvolvimentais de crimes é de fundamental importância para a compreensão da dinâmica da delinquência, não apenas para o fim de evitá-la por meio de iniciativas que criem as circunstâncias adequadas para o desenvolvimento de comportamentos ajustados ao que é aceito pela sociedade, mas também com a finalidade de calibrar as regras, métodos e técnicas de responsabilização judicial, penal.

O sistema de dosimetria de pena, baseado em grande parte em circunstâncias judiciais, na letra fria da lei, considera a importância de análises, pelo juiz de Direito, a respeito do movimento do condenado em sua vida social, com ênfase na identificação de comportamentos anteriores, julgados ou não, juridicamente incorretos ou moralmente inaceitáveis, de modo a ser a quantidade de pena aumentada ou diminuída conforme essas informações. Observe-se, porém, que a lei determina a consideração de tais fatores de forma mais contundente no momento de dosar a pena, quando é certo que são circunstâncias importantes também

para a forma como a pena é aplicada, bem como para a criação de condições contextuais propícias para a cessação da atividade delinqüente.

As trajetórias desenvolvimentais de crimes têm o potencial de identificar os eventos mais importantes e determinantes na vida de um indivíduo, que o façam ou induzam a inserir-se em condutas delinqüentes. Fatores individuais e características ambientais agem de forma integrada sobre o comportamento (Turner, Hartman, & Bishop, 2007). Os contextos em que o indivíduo se insere não surgem do nada. Uma escola, por exemplo, foi construída segundo algum projeto, ligado a alguma política educacional. Se o estudo das trajetórias desenvolvimentais identifica a escola como influência forte sobre o comportamento delinqüente de um indivíduo - seja incentivando, seja dissuadindo - será interessante perquirir sobre a adequação ou inadequação da escola, e segue-se um caminho que sempre desaguará em questões jurídico-políticas. O lado jurídico diz respeito às leis, às normas que regem um país, de modo que algumas medidas necessárias sejam contra a lei, ou exijam alguma lei nova para poderem ser tomadas; o lado político relaciona-se com as atitudes da Administração pública, no sentido de acatar, dentro da sua competência legal, as descobertas da ciência e rearranjar os contextos para a prevenção do crime.

Fala-se, dentro do assunto relativo às trajetórias desenvolvimentais, em fatores de risco e/ou fatores de proteção, relacionados aos comportamentos observados no desenvolvimento do indivíduo. Aber, Brown e Jones (2003), por exemplo, em estudo sobre trajetórias desenvolvimentais rumo à violência, na metade da infância, afirmam que

a maioria das intervenções preventivas visam diminuir fatores de risco e/ou aumentar fatores de proteção em vários níveis das ecologias de crianças com o objetivo de alterar suas trajetórias em

direção a resultados positivos e para longe de resultados negativos.
(p. 3)

Por outro lado, Loeber e Le Blanc (1990) alertavam para a diferenciação entre fatores de risco, de um lado, e fatores causais, de outro. A ferramenta principal na Criminologia Desenvolvimental, segundo estes autores, seriam os "estudos longitudinais com medida repetidas" (Loeber & Le Blanc, 1990, p. 377). Eles afirmam que os fatores causais devem ser estudados através de uma série de questões, que explanariam o seu potencial. Exemplos de tais questões seriam:

Que fatores estão correlacionados com a delinquência? Que correlações predatam ou predizem delinquência posterior, e fazem isso independentemente de terceiros fatores? Que eventos discretos da vida predizem uma mudança na delinquência? Que preditores (que podem variar em frequência ou duração) co-variam com mudanças intra-individuais ao longo do tempo na delinquência? e, Que seqüências de preditores melhor explicam incrementos no desvio comportamental? (Loeber & Le Blanc, 1990, p. 377)

Interessa também ao estudo das trajetórias desenvolvimentais de crimes a compreensão do ponto de vista do delinquente a respeito de seus atos delinquentes e da delinquência de modo geral. Por exemplo, adquirir a identidade de delinquente perante a sociedade e o balanço entre vantagens e desvantagens do estilo de vida criminoso se destacam no ponto de vista dos sujeitos da pesquisa de Clark (2006), quando se fala em compromisso com a criminalidade.

Mas, de fato, o estudo das trajetórias desenvolvimentais de crimes, por envolver a questão da prevenção do comportamento delinquente, requer que se considere o que seja o comportamento delinquente e o que seja o comportamento alinhado ao que se considere desejável e bom para o indivíduo e para o contexto em que ele se insere. Se de um ponto de vista é necessário conhecer os padrões de comportamento delinquente para, em algum momento, procurar "desviar" o

indivíduo de sua trajetória rumo ao comportamento alinhado, é necessário também conhecer qual seria a trajetória convencional e que eventos a compõem. Nota-se, mais uma vez, a profundidade da noção de trajetórias desenvolvimentais, denotando a ampla necessidade da pesquisa se enveredar por caminhos multidisciplinares.

2.5 – O paradigma de carreira criminosa numa perspectiva descritiva: dimensões e elementos

Na presente investigação, em vista das propriedades dos dados empíricos com os quais decidiu-se trabalhar e, por consequência, do alcance das reflexões que se pode fazer a partir dos resultados com eles obtidos, restringir-se-á ao estudo de carreiras em seu sentido mais objetivo, ou descritivo. Portanto, apresenta-se, a seguir, com maior detalhe essa noção, em seus elementos e dimensões, pois tal é a perspectiva requerida para a segunda parte desse estudo.

A literatura científica sobre carreiras criminosas fala em *dimensões* da carreira criminosa. (Blumstein *et al.*, 1986; Piquero *et al.*, 2007) Essas seriam aspectos que permitem caracterizar uma carreira.

Serão abordadas as dimensões encontradas nas principais obras sobre carreiras criminosas.

Participação e frequência são duas medidas em que a abordagem das carreiras criminosas dividiu as taxas criminais agregadas (Blumstein *et al.*, 1986; Piquero *et al.*, 2007).

Participação é a “distinção entre aqueles que cometem crime e aqueles que não cometem”. (Blumstein *et al.*, 1986, p. 12) Numa visão mais detalhada, a

“participação é medida pela fração da população alguma vez cometendo pelo menos um crime antes de determinada idade ou atualmente ativa durante determinado período de observação”. (Piquero *et al.*, 2007, p. 10)

Da forma que é expressa, a participação envolve a consideração de informações sobre parcela da população que não praticou nenhum crime, em determinado período. No presente trabalho, a participação será considerada em uma escala mais restrita ao grupo de sujeitos da pesquisa. Considerando a dicotomia prática/não prática de crime, a participação se define, aqui, como a proporção em que os sujeitos praticaram crimes, por idade, ou seja, o cometimento de pelo menos uma infração em determinada idade.

A *freqüência* é indicada pelo letra grega *lâmbda* (λ), representando a “taxa de atividade dos delinquentes ativos” (Blumstein *et al.*, 1986, p. 12). A freqüência pode ser qualificada conforme outras variáveis disponíveis no grupo pesquisado. Por exemplo, a freqüência geral pode ser decomposta em freqüências por tipo de crime, por idade, ou por sexo, etc., inclusive combinando essas divisões. Desta forma, pode-se descobrir quais são os crimes mais praticados por mulheres de determinada idade, ou em quais idades os homens praticam menos crimes, e assim por diante.

A *duração* é o período de tempo entre o início e o fim da carreira criminosa. (Piquero *et al.*, 2007) A cessação da carreira criminosa é identificada com o termo *desistência* (Piquero *et al.*, 2003). Bushway *et al.* (2003) enfatizam a desistência como um processo, que pode ser abrupto ou gradual, o que levaria a poder ser estudada a desistência em diversos momentos, dentro da carreira criminosa e do curso da vida de um indivíduo.

Em trabalho de Massoglia (2006) aparece a interessante noção de *deslocamento*, quando o assunto são as mudanças de comportamento ao longo do tempo. O deslocamento é colocado em contraposição à desistência, sendo que o estudo trata de mudanças considerando o tempo da adolescência até a vida adulta. Diferente de mudanças na forma de agir, o deslocamento indicaria mudanças na qualidade do próprio comportamento à medida em que a idade avança (por exemplo, mudar de um comportamento violento para um comportamento não violento).

Ao longo de sua carreira criminosa, o infrator pode praticar um ou mais tipos de crime diferentes. A *combinação de tipos de crime* é uma dimensão que permite estudar, especialmente, as seguintes questões: *gravidade, escalação, especialização e mudança de tipo de crime*. (Piquero *et al.*, 2007)

Piquero *et al.* (2007), ao exporem as questões envolvidas na combinação de tipos de crimes na carreira criminosa, já apresentam o que se pode entender por cada questão. Nesse sentido, dizem:

A mistura de diferentes tipos de ofensa entre delinquentes ativos é outra importante dimensão da carreira criminosa. O estudo da mistura de tipos de crime inclui gravidade (a tendência para cometer crimes graves ao longo do curso da carreira criminosa de alguém), escalação (a tendência a mover em direção a crimes mais graves na medida em que a carreira de alguém progride), e a mudança de tipo de crime (o padrão de mudança entre vários tipos de ofensas em crimes sucessivos). (p. 14)

Osgood e Schreck (2007, p. 274) afirmam que a “especialização delituosa refere-se a diferenças individuais sistemáticas nos tipos de crimes que delinquentes cometem”.

Sullivan, McGloin, Pratt e Piquero (2006) fazem uma análise a respeito de como a metodologia utilizada em pesquisas pode influenciar as conclusões a

respeito da especialização. O uso de dados agregados e de períodos longos de tempo aparecem como questões que limitam a observância mais detalhada sobre a especialização. O período de tempo tomado como base poderá influenciar na medida em que alguém se especializa em determinados tipos de delitos. Assim, focando em períodos menores de tempo, a especialização torna-se mais aparente, o que, segundo os autores, contraria as afirmações de que a especialização seria algo improvável, tomando o curso da vida como base. Dessses pensamentos vem, então, o que chamam de *especialização de curto-prazo*, uma vez que sugerem que sejam empreendidos esforços para explicar resultados diversos a respeito da especialização/versatilidade, conforme a perspectiva. O espírito conciliador entra também no campo teórico, quando então sugerem sejam procuradas formas de integrar teorias, estando, de um lado, aquelas focadas na oportunidade e em contextos situacionais, e, de outro lado, as teorias focadas na motivação.

O foco de Lussier, Leclerc, Cale e Proulx (2007) é sobre antecedentes comportamentais relacionados à delinquência sexual repetitiva. Fazem referência a três modelos que poderiam contribuir nos estudos sobre delinquência sexual, sendo eles o da *externalização* de comportamentos, o da *internalização* de sentimento negativos e o da *sexualização*, este último referente a problemas especificamente relacionados ao comportamento sexual. Os autores concluem que há relações entre aqueles modelos e o tipo de delito sexual e, também, entre a frequência da delinquência sexual na vida adulta e os modelos da externalização e da sexualização, embora não como causas. Embora o assunto central deste trabalho de Lussier *et al.* não seja explorado na presente pesquisa, a abordagem dos autores pode indicar uma direção interessante, que é a de verificar vários modelos desenvolvimentais em suas possíveis relações com a delinquência (no caso, a delinquência sexual), além de ficar

claro que, ainda que não se descubram as causas diretas de determinados comportamentos, os acontecimentos externos e internos ao indivíduo são de importância para a compreensão de seu comportamento delinquente posterior.

Piquero *et al.* (2007) se lembram, ainda, que um aspecto importante a ser observado nas carreiras criminosas, os padrões de co-delinquência, ou seja, se o infrator pratica crimes junto com outras pessoas, ou sozinhas.

Quando se analisam dados sobre carreiras criminosas, é possível notar que as dimensões da carreira criminosa poderiam ser medidas a partir de dois *elementos* básicos: o delito e a idade do agente do delito. O delito, ou crime, representaria o aspecto factual da carreira criminosa, enquanto a idade do indivíduo representa o seu aspecto temporal.

Normalmente, estudam-se as dimensões da carreira criminosa manuseando-se os seus elementos de forma intuitiva, ou seja, os autores, em geral, parecem se concentrar na explicação das dimensões da carreira, nas quais estaria implícita a presença daqueles elementos, que as formam.

Não obstante, não deve ser menosprezado o potencial contido no conjunto fato-tempo, no que diz respeito ao avanço nos estudos da delinquência. Fato e tempo – no caso, delito e idade – formam a estrutura básica longitudinal da atividade criminosa de um indivíduo. É uma estrutura rica porque simples. Ela permitiria não apenas determinar as dimensões da carreira criminosa, em seu aspecto objetivo, mas também se oferece como objeto de estudo genérico, sobre o qual pesquisadores das ciências humanas, sociais, e mesmo biogenéticas, interessados em estudar a delinquência, possam imprimir seus esforços no sentido descritivo e interpretativo.

Visualmente, a superposição entre crime e idade poderia ser representada por uma linha reta, indicando o tempo, e pontos indicando delitos. Desde que um indivíduo pratique pelo menos um crime, o primeiro deles será indicado por um ponto sobre o local, na linha, que represente a idade de prática deste primeiro delito. Este local coincide com o início da linha. E a idade em que o primeiro crime foi praticado é chamada de *idade de início* na carreira criminosa. Na linha, haverá um número determinado de crimes, podendo ser apenas um, ou mais de um. O último ponto, ou crime, indica a idade em que o indivíduo parou de infracionar. E esta idade é chamada de *idade de fim* da carreira criminosa. Se o indivíduo praticou apenas um crime, a idade de início e a idade de fim serão, evidentemente, as mesmas.³⁴

A partir desta linha simples, os pesquisadores poderiam trabalhar suas informações e construir as chamadas *dimensões* da carreira criminosa. Poderiam se aprofundar, desta forma, nas características e posições dos mencionados *elementos*, para então dar forma à carreira criminosa.

2.6 – O conceito de carreira criminosa no panorama das investigações nacionais

Por ser importante o estudo da *carreira criminosa* no que tange às orientações demandadas pela Política Criminal repressiva e preventiva, cabe trazer à nossa realidade elementos que permitam canalizar esforços para estudar e compreender a delinquência sob tal perspectiva desenvolvimental.

³⁴ Falar em “primeiro crime praticado” e em “último crime praticado” é sempre uma tarefa delicada. Como se pode ter certeza de que determinado crime é, realmente, o primeiro ou o último, dentre os praticados pelo indivíduo? Impõe-se considerar que podem existir crimes consumados dos quais não se tem conhecimento. Este assunto será abordado mais detidamente quando se falar, neste trabalho, a respeito das fontes de dados sobre atividade delinquente.

Tendo por base os subsídios que ajudaram a delimitar o conceito de *carreira criminosa*, seus elementos, bem como a noção de *trajetória desenvolvimental* e a forma como ela integra o estudo da carreira criminosa, a partir da revisão da literatura internacional na área, procurou-se nas obras nacionais elementos que permitissem verificar a forma como o tema é estudado no Brasil.

Tem-se, no âmbito da Criminologia estrangeira, um conjunto de obras e de autores, bem como linhas de trabalho definidas, relacionado ao estudo da carreira criminosa. No que se refere à realidade nacional, pode-se afirmar que os estudos são em pequena quantidade e, sobretudo os empíricos, “sofrem de extrema limitação derivada da inexistência quase que absoluta de dados minimamente confiáveis, com cobertura nacional e reproduzidos temporalmente”, conforme afirmam Cerqueira e Lobão (2004, p.253).

Ademais, a disposição cronológica – por ano – dos trabalhos nacionais encontrados mostrará que os estudos relativos às *carreiras criminosas* e/ou *trajetórias desenvolvimentais* oferecem grande diversidade de enfoques teóricos e abordagens, a ponto de nenhum deles se identificar plenamente com a conceituação que é adotada para o desenvolvimento da parte empírica do presente trabalho.

2.6.1 – A literatura científica nacional

Um dos trabalhos nacionais que mais se destaca no sentido de denotar a importância de se fazer pesquisas longitudinais sobre a criminalidade e, ao mesmo tempo, revelar a dificuldade prática na realização dessas a partir de registros oficiais, encontra-se relatado num artigo proposto por Sérgio Adorno e Eliana Bordini (1989), publicado há quase de 20 anos. Trata-se da primeira fase de uma pesquisa mais

ampla denominada *Homens Persistentes, Instituições Obstinadas: A Reincidência na Penitenciária de São Paulo*, iniciada no Instituto de Medicina Social e de Criminologia de São Paulo. As atenções desta fase inicial voltavam-se para dois assuntos: a magnitude da reincidência penitenciária e o perfil social dos reincidentes penitenciários, comparando-os com os não reincidentes. Os autores indagavam sobre os efeitos do modelo de desenvolvimento capitalista e dos aparelhos repressivos sobre a reincidência, bem como sobre a identidade social dos reincidentes, a socialização conflituosa, postulando ser a reincidência a única alternativa.

Os dados coletados pelos autores referiam-se a três conjuntos de variáveis, sendo o primeiro conjunto o as biográficas/pessoais - idade, instrução, naturalidade, instituição penal de procedência do sentenciado, cor e estado civil; o segundo conjunto o das variáveis biográficas/jurídico-processuais - crimes e contravenções penais (em termos de quantidade, natureza e determinação no tempo), extensão da pena imposta, tempo de cumprimento de pena e periculosidade; e, finalmente, o terceiro, o da carreira institucional - entradas anteriores na Penitenciária do Estado, idade da primeira entrada na prisão e idade da primeira entrada na penitenciária do Estado, comportamento disciplinar, instrução e profissionalização adquiridas, circunstâncias da liberdade, reincidência.

Com base nos dados encontrados, Adorno e Bordini (1989) relacionam o termo *carreira criminosa* à reincidência, de forma que se aproxime à questão da repetição e da habitualidade (afastando-se um pouco da noção objetiva de sequência de crimes), e argumentam sobre a oposição geralmente estabelecida entre trabalho e *carreira criminosa* (e, dentro disso, que a condição de trabalhador de baixa qualificação não orienta necessariamente à opção por uma *carreira criminosa*).

Em relação à *carreira criminosa*, os autores empregam também o termo *carreira institucional* para designar o conjunto de eventos e condições vivenciados pelo apenado durante a sua prisão que concorrem para consolidar a *carreira criminosa* e alertam para possibilidade de continuidade dessa, durante o cumprimento de pena, para a contribuição que a própria instituição dá nesse sentido.

Os tipos de dados relativos à carreira institucional revelam que a privação da liberdade imposta pelo Estado não se constitui, como esperado, como "tempo fora das ruas", que influiria e explicaria eventuais quedas em taxas individuais de criminalidade. A prisão seria mais um meio de socialização do preso, e:

a figura do reincidente penitenciário é produzida no interior de relações sociais estabelecidas entre diferentes agentes institucionais, posicionados de modo diferente na divisão de trabalho interno aos institutos prisionais e perseguindo fins socialmente diversos, quais sejam: a pura vigilância da população carcerária, a recuperação dos sentenciados, ou o mero acompanhamento do cumprimento da pena. (Adorno & Bordini, 1989, p. 71)

Afirmam também que a identidade social do reincidente é a materialização de sua figura. A prisão deveria ser vista, assim, como um ambiente repleto de eventos que, de formas diversas, atua na configuração da carreira criminosa individual³⁵.

³⁵ Em seu *Escolas do Crime* (em Retrato do Brasil, 2º/331, Ed. Política, 1984), Paulo Sérgio Pinheiro (1984 *apud* Cintra Júnior, 1993, p. 106) ensina: “As prisões, as penitenciárias, no Brasil se transformaram em escolas formadoras do crime. Ainda que as pesquisas oscilem quanto aos números precisos, seria realista dizer que mais da metade dos condenados egressos das prisões voltam ao crime. E seria de se espantar se assim não fosse. Não se pode esperar que cidadãos sejam reconstruídos dentro de um espaço de puro arbítrio, de esvaziamento de quaisquer direitos fundamentais, ou submetidos às imposições dos guardas de presídio, afinal os executantes da pena. A pena dada pelo juiz nada ou pouco tem a ver com o seu cumprimento. Os prisioneiros estão ao bel dispor de pequenas autoridades administrativas, um tribunal interno das penitenciárias, sem regras fixas, sem defesa, que por um sim ou por um não ‘condena’ os internos a isolamentos e castigos físicos. As humilhações são estendidas às famílias dos criminosos, submetidas a vexações que contribuem para agravar o isolamento do preso, objetivo máximo do sistema penitenciário.” Oliveira e Assis (1999), afirmam que “pode-se ainda perceber que a vivência na instituição configura-se como uma etapa de aprendizado do crime, e jamais como uma etapa de ressocialização. (p.843)

Em suma, os autores defendem a perspectiva de uma construção social da *carreira criminosa*, defendendo a compreensão do fenômeno em seu duplo aspecto: objetivo e subjetivo.

O aspecto objetivo é o que se refere ao fato criminoso que, se for conhecido, pode ser contabilizado na seqüência de crimes praticados pelo indivíduo. O subjetivo refere-se aos processos, motivos e causas que levam o sujeito ao comportamento e à sua persistência.

A seguinte pergunta é expressa por Adorno e Bordini (1989):

em que medida a identidade social dos reincidentes constitui materialização de um processo de socialização conflituosa, resultante de contradições que atravessam a estrutura social, elegem aparelhos repressivos de Estado como *locus* privilegiado do controle da criminalidade e se cristalizam no comportamento de sentenciados que, impossibilitados de assumir sua condição de liberdade civil, em toda sua plenitude, não dispõem de outra alternativa senão reincidir? (p. 71)

Em outras palavras, os mesmos autores citam Campos, em trabalho de 1980³⁶, para sublinhar que:

[É] preciso desvendar os processos pelos quais respostas institucionais e comportamentos desviantes resultam na elaboração de identidades e carreiras criminosas. (Campos, 1980 *apud* Adorno & Bordini, 1989, p. 76)

Pesquisadores estrangeiros já produziram trabalhos sobre a chamada *carreira criminosa residual*³⁷, quer dizer, sobre a projeção do tempo restante de

³⁶ Trata-se do *Sobre sociólogos, pobreza e crime* (em Dados. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 23 (3), p. 377-83).

³⁷ Ver, a título de exemplo: Lila Kazemian e David P. Farrington, *Exploring Residual Career Length and Residual Number of Offenses for Two Generations of Repeat Offenders*, Journal of Research in Crime and Delinquency, 43 (1), p. 89-113, 2006; Lila Kazemian, Marc LeBlanc, David P. Farrington e Ken Pease, *Patterns Of Residual Criminal Careers Among A Sample Of Adjudicated French-*

atividade criminosa, para um determinado indivíduo envolvido com a prática persistente. Se as evidências empíricas e estatísticas sugerissem uma extensão futura determinada da carreira criminosa, estaria justificada uma decisão mais pesada ou mais leve, conforme o caso, em termos de tempo de cumprimento de pena, na medida da extensão restante, servindo a prisão como exclusão de novas oportunidades de delinquência. Este argumento, no entanto, fica prejudicado se o Estado propuser como ambiente prisional contingências que favoreçam a sustentação de tais condutas, ou seja, se as condições prisionais contribuem para que o delinqüente se envolva mais com a delinquência, um tempo maior de pena já não significará um tempo maior de afastamento da criminalidade e sim sua consolidação.

Torna-se claro que qualquer tentativa de se abordar a carreira criminosa de um ponto de vista subjetivo exige o estudo de eventos, contextos e características que se encontrem ligadas à carreira criminosa. Nessa linha, Siqueira (1996) estudou a trajetória de vida de meninos institucionalizados, dividindo suas observações em quatro estudos. Os três primeiros (caracterização dos meninos, estudos de caso sobre a vida dos meninos de rua e aspectos de sua subjetividade) foram sistematizados em uma dissertação de mestrado. Dez anos depois, foi feita a conclusão dos três primeiros estudos (quarto estudo), observando-se a trajetória de vida percorrida pelos sujeitos, confirmando a ineficácia de programas de ressocialização, denotando também a base social da construção das trajetórias, sejam elas ligadas ou não ao cometimento de crimes.

Assis e Souza (1999) também se propuseram investigar *histórias de vida* de jovens que praticaram atos infracionais e de seus irmãos/primos sem histórico de

prática de delitos, visando comparar os diferentes fatores que poderiam associar-se diferentemente a essas diferentes trajetórias, mesmo em se considerando que, grosso modo, os dois grupos haviam sido submetidos a condições macro-sociais semelhantes. As autoras utilizam a palavra *caminho*, expressando a dinâmica que impulsionaria os jovens em meio à realidade familiar, comunitária e social.

As diferenças identificadas entre os dois grupos se deram em termos de presença no que as autoras chamam de universo infracional, utilização de drogas, noção dos próprios direitos, visão crítica da comunidade, frequência escolar, tipos de lazer e vivência de violência dos pais. Tais variáveis foram identificadas como *fatores de risco*, conceito esse ligado à perspectiva desenvolvimental, abordagem que, *per si*, impõe que se integre na pesquisa os aspectos objetivos e subjetivos associados à trajetória.

Constantino (2001), em seu turno, defende sua dissertação de mestrado sobre a inserção de meninas no tráfico de drogas no Rio de Janeiro, com o objetivo de compreender a percepção dessas adolescentes sobre os riscos que vivenciam.

Nas falas das adolescentes, que revelam sua visão sobre a participação no tráfico, é possível perceber características objetivas relativas à estrutura e ao funcionamento do crime organizado, sendo esse referido como “trabalho”, para o qual são necessárias determinadas habilidades como não se amedrontar, ‘ter disposição para entrar e ficar na vida do crime’, ‘saber fazer conta’, mencionado-se inclusive os pré-requisitos para essa atuação, tal como ‘ter muita habilidade pra correr, pra fugir (...) tem que saber dá pinote, passar por cima do muro, atravessar cerca, se jogar no valão, saber nadar... ter muita disposição pra apanhar quase até

morrer, acabando o fôlego e ficar de boca fechada só falar: não sei, não sei, não sei’.
(ver p. 138-139)

Segundo a autora:

tráfico de drogas é considerado por essas jovens como uma rotina de trabalho, pois se não o fizerem, não ganham. É cansativo, “sujo”, exige muita disciplina e acordar cedo. A hierarquia e as normas típicas de um trabalho formal são assimiladas, incorporando-se termos como acidente de trabalho e licença, para justificar o afastamento quando presas. (p.151)

A responsabilidade frente à atividade aparece na defesa que as adolescentes fazem de sua presença no tráfico, havendo, inclusive referências aos “cargos” que ocupam.

Essa relação entre crime e trabalho, embora defendida mais especificamente para o caso do tráfico de drogas, remete a prática infracional à noção de *carreira* em seu sentido *profissional*, ao menos do ponto de vista das próprias adolescentes.

Fandiño Mariño (2002) estuda a reincidência criminal e busca identificar e quantificar as variáveis associadas, relativas a três dimensões que considera causais: variáveis biográficas e sócio-econômicas; tipo de crime; e condições de prisão. O autor se serve de dados oficiais prisionais, o cadastro geral de apenados do Estado do Rio Grande do Sul, numa abordagem longitudinal retrospectiva (englobando o período de 1989 a 1997).

O uso do termo *carreiras criminais* que faz é ligado à reincidência, tendo esta, no seu estudo, caráter diverso da reincidência em seu conceito jurídico. Considera, no caso, a reincidência com base em entradas no sistema prisional, mas

esclarece que, em seu trabalho, a reincidência tem aspecto dicotômico, ou seja, de um lado, uma só entrada não indica reincidência e, de outro lado, mais de uma entrada indica reincidência, não importando o número de entradas entre os reincidentes. A dicotomia (*uma entrada/mais de uma entrada*), segundo o autor, serve para analisar se as condições prisionais podem desencadear carreiras criminais, não importando para a análise se tais carreiras são longas ou curtas.

Percebe-se com isso, a adoção de uma perspectiva interacionista para o entendimento da *carreira criminosa*, destacando variáveis associadas à sua construção, em meio às quais se destaca o próprio processo de institucionalização.

Silva e Rossetti-Ferreira (2002) concentram seus esforços num estudo qualitativo sobre a continuidade e a descontinuidade da conduta criminosa em homens com histórico infracional, adotando, portanto, uma perspectiva compreensiva para a análise das trajetórias desenvolvimentais percorridas por esses.

Para a realização das análises que implementam, pode-se dizer que as autoras partem também de uma visão interacionista, na qual situam um modelo denominado *Redes de Significações*, explicando que a continuidade ou a descontinuidade da conduta infracional deve ser compreendida:

No processo interativo ..., o conjunto das ações possíveis de serem realizadas e o fluxo dos comportamentos são delimitados, estruturados, recortados e interpretados pela ação do outro e também, por um conjunto de elementos orgânicos, físicos, interacionais, sociais, econômicos e ideológicos. Todos eles interagem dinâmica e dialeticamente, compondo uma rede, a qual contempla condições macro e micro-individuais e estrutura um universo semiótico, constituindo o que vimos denominando de Rede de Significações. Essa possibilita não só o processo de construção de sentido em uma dada situação interativa, como os

processos de desenvolvimento.(Rossetti-Ferreira, Amorim, & Silva, 2000³⁸ *apud* Silva & Rossetti-Ferreira, 2002, p. 579)

Azevedo (2003) tem trabalho sobre modelos de policiamento e concepções sobre a criminalidade, falando de “carreira desviante”, com referência a Becker³⁹, e enfatiza a questão da *rotulação* pública a respeito de um indivíduo desviante como fator preponderante no desenvolvimento da *carreira*, e também das oportunidades que se lhes apresenta. Não há aprofundamento maior concernindo ao conceito, embora haja um claro ancoramento teórico na criminologia crítica, sublinhando a relação entre a carreira criminosa e uma construção social da delinquência.

Nessa mesma direção, Fraga teceu sua tese de doutorado (intitulada *Vida bandida: socialização e processos de subjetivação na construção de carreiras criminais*, de 2004) sob orientação de Adorno. Segundo o autor⁴⁰, deve-se diferenciar o infrator (o praticante de ilegalidades) e o delinqüente, sendo este último resultante de um processo de socialização que o produz, uma socialização na vida criminal. Frisa-se o papel das instituições repressivas na construção da biografia de práticas ilícitas, conforme posicionamento de Foucault (em seu livro *Vigiar e Punir*). Fraga discorre sobre contextos sociais, de modo que, segundo ele, as biografias possuem aspectos únicos, mas também se inserem em uma dada realidade cujas contingências concorrem para que o ato de tornar-se delinqüente não seja fruto de uma simples escolha.

³⁸ *Uma perspectiva teórico-metodológica para a análise do desenvolvimento humano e do processo de investigação, Psicologia: Reflexão e Crítica, 13(2), 279-291.*

³⁹ *Uma teoria da ação coletiva, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1997.*

⁴⁰ Informação fornecida por Fraga, por *email*, de Porto Alegre em 2008.

Também é importante dizer que Fraga se refere ao que é chamado de territorialização/desterritorialização, onde o indivíduo seria tirado (desterritorializado) de instituições como a família, a escola e o trabalho, para ser reterritorializado na vida criminal.

Falando de trajetórias criminais, Fraga faz referência a Adorno (em *A experiência precoce da punição*, de 1991, publicado em *O massacre dos inocentes: A criança sem infância no Brasil*, organizado por J. S. Martins), que postula que trajetórias de carreiras que possam sintetizar a conversão para a vida delinquente não são passíveis de identificação. As trajetórias biográficas funcionariam não como rompimento radical perante a ordem social dominante, mas haveria um processo de oposição e abandono frente à ordem tradicional e o registro em campos diversos, afeitos à trajetória criminosa; processo esse apresentando muitas variações, conforme a biografia de cada indivíduo.

Dell'Aglio, Santos e Borges (2004), por sua vez, sem fazer apelo ao conceito de carreira, investigam *trajetórias de vida* de 50 meninas infratoras, com ênfase nos fatores de risco – “abandonos, rejeições, descontinuidade das relações familiares, maus-tratos e exposição à violência” (p.195) – que poderiam influenciar o aparecimento e a manutenção da conduta delituosa. Esse estudo também pode ser considerado como uma contribuição à criminologia desenvolvimental, no plano nacional, seja por tratar da questão da delinquência juvenil feminina (que, segundo as autoras, é assunto pouco estudado), seja por tratar da questão da entrada e da persistência na delinquência, a partir de uma longitudinal.

Como principais resultados, destacam que “em alguma medida a violência esteve presente nas relações iniciais destas adolescentes” (p.195) e o fato

de virem a perpetrar, elas mesmas, a violência contra a sociedade completaria um ciclo de violência. Denotam também a presença da *multigeracionalidade* do problema, pois “os filhos de algumas destas adolescentes estão sob os cuidados de outras pessoas, deixando de ter o contato necessário com suas mães e, portanto, repetindo as rupturas de vínculos por elas vivenciadas”. (p.195)

Dell’Aglío e colaboradores novamente estudam o assunto da delinquência juvenil feminina no ano seguinte (Dell’Aglío, Benetti, Deretti, D’Incao, & Leon, 2005), com foco em eventos estressores, na relação entre trajetória desenvolvimental, fatores de risco e comportamento infracional, tomando por base diferentes contextos de desenvolvimento.. Descobrem eventos estressores em diversos domínios como a família (por exemplo, morte de familiar, briga com irmãos), escola (por exemplo, expulsão da sala de aula), domínio judicial ou institucional (por exemplo, internação na Febem), entre outros. Enfatizam a multiplicidade de influências, onde fatores de risco presentes, falta de fatores protetivos e a própria reação das meninas face às dificuldades, acabam compondo sua trajetória desenvolvimental.

Spagnol (2005), em seu turno, estuda jovens que se envolveram com infrações graves na cidade de São Paulo, com foco na forma de atuação desses jovens e na crueldade de seus atos, bem como na configuração das relações sociais que se estabelecem no contexto que estuda. Faz menção ao conceito de *carreiras desviantes* assinalando que o primeiro passo na maioria dessas carreiras remete à omissão de um ato conformista por parte dos adolescentes, sugerindo apoiar-se num paradigma interacionista para a compreensão dos dados a que tem acesso.

O trabalho de Pacheco, Alvarenga, Reppold, Piccinini e Hutz (2005), embora tenha enfoque no comportamento anti-social, e não na delinquência, é uma referência que reúne bibliografias sobre aquele comportamento, colocando o leitor diante de noções como continuidade, escalção (agravamento) e trajetória, embora não as aprofunde suficientemente.

Quando discute o comportamento delituoso, o fazem com base em algumas referências, como a idade de início e a persistência dos atos infracionais, aproximando-se do modelo subjacente ao das *carreiras*, tal como o adotado no presente estudo.

Adorno e Salla (2007) dissertam sobre o crime organizado. Elementos como organização, estrutura e trabalho mostram-se presentes quando abordam o assunto que, embora não seja diretamente relacionado ao presente estudo, dá pistas de que a inserção nessa forma de criminalidade, talvez, crie contingências para que a *carreira criminal* se desenvolva de maneira particular nesse contexto de socialização criminal, demandando abordagens e políticas também particulares.

Ainda sobre crime organizado, Coelho (2007) explana sobre a seqüência e a natureza de crimes cometidos por Marcos Willians Herbas Camacho (o Marcola), contando um pouco de sua história de vida. Denotando assumir uma abordagem de natureza interacionista, o artigo caracteriza-se por ser mais propriamente descritivo, não se lançando em análises ou considerações teóricas mais aprofundadas.

Diante da diversidade de enfoques e abordagens encontrados na literatura nacional, pode-se afirmar que não se encontra com igual clareza o tema *carreira criminal*, e tão pouco a conceituação adotada, o que resulta numa dispersão de

conhecimentos que poderiam servir a um mesmo propósito: desvendar o fenômeno do cometimento de delitos/crimes em seu aspecto longitudinal e desenvolvimental.

De todo modo é possível perceber nas publicações estudadas o emprego mais ou menos explícito da noção de *carreira criminal* e/ou de *trajetória*, ora enfatizando-se seu aspecto objetivo, aquele relativo à prática de crimes a contar no histórico de um indivíduo, ora seu aspecto subjetivo, relativo às causas, aos fatores influenciadores e aos contextos ou contingências relacionadas.

Há também que se considerar que em alguns dos estudos, percebe-se a aproximação do conceito àquele de trabalho, parecendo esses estarem ancorados mais diretamente no referencial teórico da “escolha racional”, em que a prática de crimes persistentes poderia representar uma “opção” pelo crime, devidos aos rendimentos com ele obtidos, e frente às (im)possibilidades relacionadas à legalidade.

Em alguns momentos o conceito parece identificado ao de reincidência, evidenciando seu caráter de seqüência de crimes praticados. Reincidência, no entanto, tem um conceito jurídico específico e legal, e geralmente está ligado a condenações e não a práticas delituosas.

Nos estudos que parecem buscar mais propriamente o entendimento da *carreira criminosa* em seu aspecto subjetivo, que são a maioria, percebe-se a preponderância de uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, ancorada numa perspectiva teórica que leva em conta as circunstâncias e os processos de entrada e de permanência na criminalidade, com a construção de uma identidade delinqüente por meio da subjetivação das vivências, com destaque àquelas

propiciadas pela própria reação social ao crime, por meio de suas instituições de controle.

De todo modo, para o presente estudo defende-se, com base no que colocam Cerqueira e Lobão (2004), com referência a Cressey em 1968⁴¹, que as investigações visando à explicação e a compreensão de comportamentos sociais, “em particular as ações criminosas”, deveriam “levar em conta pelo menos dois aspectos: a) a compreensão das motivações e do comportamento individual; e b) a epidemiologia associada, ou como tais comportamentos se distribuem e se deslocam espacial e temporalmente” (p. 236). Em outras palavras, considera-se que a *carreira criminosa* objetiva (tomada a partir de dos elementos descritivos, relativos à seqüência de crimes no tempo) deva servir como base para o estudo dos aspectos da delinquência, em estudos longitudinais afeitos à Psicologia e à Criminologia Desenvolvimentais, porque assim se tem os fatos e sobre eles se pode tecer as inferências sobre causas, influências, pontos de vista etc.; e que sejam empreendidos esforços para que a *carreira criminosa* seja não apenas definida e estudada, mas utilizada criteriosamente na realidade político-criminal.⁴²

⁴¹ D. P. Cressey, *Crime: Causes of Crime in International Encyclopedia of the Social Sciences*, The Macmillan Company/The Free Press Ed., 1968.

⁴² Esta segunda consideração se faz tendo em mente o fato de que, um dos artigos mencionados (ver Coelho, 2007) estava acompanhado de uma foto em que Marcos Willians Herbas Camacho (Marcola) está algemado, vestindo uniforme da prisão, e sendo escoltado por dois policiais, sendo a foto atribuída à agência Associated Press. Uma foto da mídia construindo a imagem de um criminoso, inserida em uma revista de estudos sobre a criminalidade, *não* deve valer mais do que palavras com base científica.

PARTE 2 – PESQUISA EMPÍRICA

1 – Objetivos

O objetivo geral proposto para esta segunda parte da pesquisa, de natureza empírica, foi, conforme o mencionado anteriormente, o de descrever as atividades infracionais de um grupo de indivíduos jurisdicionados com idade entre 12 e 18 anos incompletos, investigando-se a existência ou inexistência de padrões de comportamento criminoso entre os indivíduos, sob o enfoque das carreiras criminosas.

Como objetivos específicos, teve-se os seguintes:

1 – Descrever a atividade infracional registrada de adolescentes jurisdicionados (com idades entre 12 e 18 anos incompletos), do sexo masculino, conforme: a) as dimensões da participação de tais indivíduos em processos infracionais em Ribeirão Preto-SP (a frequência; a variedade de atos infracionais processados; a gravidade dos atos infracionais processados; a participação por idade;); b) as variáveis relativas às idades (idade na data do boletim de ocorrência; e, em especial, idades nas datas do primeiro e do último boletins de ocorrência; a amplitude entre as idades nas datas do primeiro e do último BOs).

2 – Realizar cruzamentos e verificar a existência de associações entre as diferentes variáveis estudadas (idades, frequências, variedade entre os tipos de infração processadas, gravidade do ato infracional, amplitude entre as idades nas datas do primeiro e do último BOs).

2 – Método

A pesquisa aqui apresentada valeu-se de fonte documental oficial, representada por processos judiciais infracionais. Por investigar históricos infracionais registrados, tem-se um delineamento longitudinal retrospectivo.

Levando em conta a fonte e a natureza dos dados para a realização da pesquisa, fazem-se as considerações que se seguem.

2.1 – Registros oficiais como fontes de dados: desafios

Os dados oficiais sobre criminalidade certamente não traduzem a totalidade das situações criminosas ocorridas em uma sociedade e, também, para muitos dos indivíduos jurisdicionados nem sempre refletem o histórico completo de suas atividades, especialmente se a polícia não soluciona nem registra a todos os crimes a que tem conhecimento, e tão pouco tem conhecimento de todos os crimes que ocorrem. A habilidade do autor de crimes e o silêncio das vítimas podem ser fatores que contribuem para o desconhecimento dos fatos criminosos por parte das autoridades responsáveis pela segurança e o julgamento dos mesmos.

De todo modo, a consideração das questões conceituais no campo das carreiras criminosas leva à necessidade de se abordar a questão da importância dos dados provenientes de registros oficiais, bem como dos desafios em se trabalhar com eles. Quando se trata de criminalidade (não apenas a juvenil), o Estado se vê na situação de "processador" de informação de interesse especial relacionado a bens jurídicos penalmente protegidos (a vida, a propriedade etc.). O Estado, desde que

tenha conhecimento do fato criminoso, em geral deve agir no sentido de cumprir as exigências legais e, com isso, reprimir o crime. A ferramenta de trabalho dos órgãos penais é, principalmente, o registro. Registram-se fatos, testemunhos, argumentos, procedimentos, entradas e saídas da prisão, interrogatórios etc. Os registros criminais oficiais são, em tese, material rico em informações sobre o fenômeno na sociedade e o modo de agir do Estado. Entretanto, os dados oficiais serão mais úteis na medida em que sejam mais zelosamente preenchidos e administrados.

Sobre a fidedignidade de dados oficiais, Adorno e Bordini (1989) trazem algumas questões importantes, enfrentadas em sua pesquisa sobre reincidência penitenciária:

Verificou-se que os recorrentes problemas de fidedignidade inerentes aos registros policiais e judiciais, além de penitenciários, se manifestavam, no caso dos prontuários criminais, de modo mais saliente sem qualquer possibilidade de saneamento ou controle por parte dos coordenadores da pesquisa. (p. 72)

Os autores mencionados utilizaram, então, fichas cadastrais disponíveis nos setores de Cadastro Criminal, de Educação e de Profissionalização. A coleta de dados foi realizada em 1985.

Hoje, mais de 20 anos depois, ainda se encontram problemas relacionados à precisão e completude dos dados criminais policiais e processuais, embora a tecnologia disponível hoje seja muito mais avançada do que há 20 anos, de modo a tornar viável a organização eletrônica dos dados disponíveis, não apenas transformando informações que estão no papel em informações digitalizadas, mas também centralizando as informações por meio da interligação de todos os órgão

públicos que proverão dados para uma espécie de "cadastro único". A dúvida é se algo assim virá a acontecer de fato.

Brame, Fagan, Piquero, Schuber e Steinberg (2004) afirmam que as informações presentes em registros oficiais podem proporcionar um conhecimento sobre a criminalidade, mas os registros oficiais são cheios de falhas. Segundo tais autores:

(...) pesquisadores modernos aceitam o fato de que registros oficiais representam apenas a “ponta do iceberg” da atividade criminosa. (p. 257)

Apontam que essa conclusão encontra base em pesquisas de *auto-relato* e estudos do comportamento policial. Há também a questão da filtragem de crimes nos registros oficiais e, neste caso, considera-se o comportamento da vítima no sentido de reportar (“dar queixa”), bem como o comportamento decisório policial. Mas não se esquecem que pesquisas baseadas em auto-relato também têm seus problemas, entre os quais estão os de memória sobre o envolvimento criminoso, ou mesmo deturpações intencionais sobre aquele envolvimento. Assim:

À luz dos pontos fortes e fracos complementares das fontes de dados de registro oficial e de auto-relato, a maioria dos pesquisadores contemporâneos toma como axiomático que ambos são importantes no avanço do conhecimento sobre o comportamento criminoso. Assim, fontes de dados de auto-relato e de registro oficial não deveriam ser vistos como veículos em competição, pelos quais avaliar o envolvimento na criminalidade. Em vez disso, ambas metodologias exploram o mesmo comportamento subjacente – eles apenas são diferentes indicadores daquele comportamento. (Brame *et al.*, 2004, p. 258)

Francis, Soothill e Ackerley (2004) também exploram as vantagens e desvantagens das fontes de pesquisa sobre delinquência e afirmam que os auto-

relatos e os registros oficiais são fontes alternativas entre si; tais fontes não se excluem: antes, se completam.

As desvantagens do registro oficial, segundo Francis *et al.* (2004) relacionam-se ao possível advento de novas leis que venham a criar ou abolir crimes, podendo resultar em aumento ou diminuição em taxas de criminalidade; e, ainda, há a desvantagem presente nas mudanças que venham a ocorrer na política da justiça criminal. Entretanto, segundo eles, não fica menor a importância de se utilizar dados oficiais em pesquisas sobre a criminalidade

Cusson (1990) traz considerações importantes sobre estatísticas oficiais, valendo citar suas palavras. Sob o tópico *Censo, amostragem ou seleção?*, afirma que:

Se observarmos atentamente o modo pelo qual se constituem as estatísticas criminais, parecerá evidente que elas não estão assentadas diretamente na criminalidade real e que elas não seriam capazes de medir a totalidade das infrações efetivamente perpetradas. Mas o interesse científico de uma enumeração exata dos delitos cometidos é limitado; em criminologia como em inúmeras outras disciplinas o pesquisador geralmente está pouco interessado em conhecer o número exato de unidades que compõem o fenômeno estudado. (Bem poucos astrônomos desejam saber quantas estrelas há no céu e o naturalista se propõe questões muito mais interessantes do que aquelas referentes ao número de plantas da floresta). Os criminólogos, por exemplo, que querem saber se variáveis como urbanização, idade ou sexo estão relacionadas com o crime não precisarão de cifras absolutas, eles podem muito bem se contentar com valores relativos.

As estatísticas da criminalidade não podem também ser consideradas como amostras representativas da criminalidade real. Os cidadãos que prestam queixas evidentemente não são representativos. O termo “seletividade” caracteriza melhor a sua atitude. Isto surge claramente das enquêtes de vitimização, quer dizer das sondagens que consistem em interrogar amostras muito grandes de cidadãos sobre os crimes dos quais eles foram vítimas. Entre as questões que são então colocadas pergunta-se aos cidadãos se eles relataram à polícia os crimes dos quais foram vítimas. De acordo com as categorias de infração a porcentagem de crimes relatados varia consideravelmente [indo por exemplo de

roubo de automóvel, a maior porcentagem, a delitos sexuais, a menor]. (pp. 18-19)

Essas palavras de Cusson traduzem muito bem o que deve esperar o pesquisador que pretenda estudar a criminalidade a partir de registros oficiais, além de servirem especialmente no momento da interpretação dos resultados assim obtidos. Mais adiante, conclui que “o crime não é desconhecível” (p. 25). Se o crime real por vezes não se conhece diretamente, indícios (pistas, comentários, reações etc.) podem levar a este conhecimento, sendo nestes casos muito importante a multiplicidade e combinação dos meios de obtenção de informações criminais, vez que “as vias de acesso ao seu conhecimento [do crime] são numerosas e diversificadas” (p.25).

Os dados provenientes de registros oficiais têm sua importância para os estudos da criminalidade, mesmo diante das dificuldades encontradas.

Sem dúvida, a interpretação da criminalidade, sob a ótica do funcionamento do complexo polícia-justiça-prisão, carrega em si, de modo implícito, a suposição de uma certa eficácia política, que não pode ser medida tão somente pelo comportamento ou resultado das estatísticas oficiais. Se estas têm alguma utilidade - e certamente têm - é porque expressam muito mais o sentido e a direção adotados, em conjunturas determinadas, pelas políticas públicas penais do que expressam o movimento geral da delinquência, aspecto aliás anteriormente ressaltado nos estudos de Coelho (1978), Paixão (1983) e Fausto (1984). No entanto, se isto é verdade, torna-se imprescindível explicar porque segmentos da população urbana - quais? - respondem aos apelos dos aparelhos de Estado, mantendo contato permanente e cotidiano com a polícia e com a justiça (Castro *et alii*, 1984). (Adorno e Bordini, p. 75-76)

E completam:

É indispensável completar a história das punições com uma história da construção de carreiras criminosas. Neste sentido, o exame do aumento ou da diminuição de taxas e coeficientes

relativos à delinquência passa a expressar tanto o modo pelo qual a ação repressiva privilegia certas modalidades de comportamento tipificadas como crime ou contravenção penal quanto o modo pelo qual determinados segmentos da população constroem estratégias particulares de vida, respondendo ao funcionamento desses aparelhos de contenção da criminalidade. (Adorno & Bordini, 1989, p. 76)

Portanto, pode-se afirmar que os registros oficiais, apesar dos desafios impostos enquanto reflexos imperfeitos da realidade criminal, têm valor para pesquisas sobre criminalidade, desde que sua interpretação considere justamente até que ponto eles se relacionam com os delitos realmente praticados. Além desses desafios, próprios dos registros oficiais como um todo, dificuldades podem se apresentar relativamente à administração daqueles dados pelo Estado.

No tópico seguinte serão explicitados os problemas específicos da fonte oficial utilizada na presente pesquisa.

2.1.1 - Algumas considerações sobre a fonte e os desafios para a organização dos dados utilizados no presente estudo

Os dados da pesquisa foram coletados no Cartório da Vara da Infância e da Juventude de Ribeirão Preto-SP⁴³. Foram consultados processos em papel (autos de processos) e processos em formato eletrônico (terminal eletrônico).

Assunto de importância crucial para a presente pesquisa refere-se às dificuldades para a coleta dos dados, levando em conta as características da fonte. Pode-se afirmar que a forma de registro oficial de fatos criminais, pelo Estado,

⁴³ No final de 2007 ampliou-se a competência da Vara da Infância e da Juventude de Ribeirão Preto, sendo hoje correto fazer referência ao órgão como Vara da Infância, da Juventude e do Idoso. Para facilitar a indicação do cartório da mencionada vara, no texto será utilizada a abreviatura CIJI (Cartório da Infância, da Juventude e do Idoso).

tomando-se como referência o CJIJ, não se encontra orientada para ser utilizada em análises científicas.

Basicamente um indivíduo que comete um ato infracional passará pelas mãos da polícia, sendo a situação registrada geralmente em um boletim de ocorrência. Na maior parte das vezes, um membro do Ministério Público (ou seja, um promotor de justiça) analisará o caso, originando-se aí um processo. A decisão final do processo ficará a cargo de um magistrado, que se baseará nas provas que constem dos autos do processo, bem como no posicionamento do Ministério Público e, às vezes, no posicionamento da defesa promovida por um advogado.⁴⁴

Um dos problemas a serem discutidos se refere justamente à decisão final – ou *sentença* – referente ao fato e ao sujeito processados na justiça juvenil. Parte dos processos são encerrados com uma sentença de *remissão*. A remissão – que significa perdão – é uma possibilidade prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e pode ter lugar antes mesmo de iniciado o procedimento judicial para a apuração de ato infracional (neste caso, concedida por um representante do Ministério Público, como está no ECA 126, *caput*). Se o procedimento já se iniciou, a autoridade judiciária é quem concede a remissão (ECA 126, parágrafo único). É comum que processos por atos infracionais, especialmente aqueles que terminam com uma remissão, não tenham a defesa do adolescente por um advogado ou defensor público. Entretanto, pelo ECA 127, nota-se que a “remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes (...)”. O resultado é que, para fins de pesquisa,

⁴⁴ É importante frisar que, no presente trabalho, se considerou, em geral, o processo judicial em sua faceta empírica. Em outras palavras, considerou-se aqui a forma como um processo judicial (referente a ato infracional) se desenvolve de fato. Esta observação é necessária para que se compreenda que são alheias aos objetivos deste trabalho discussões acerca do direito processual em si.

o registro de um processo infracional com sentença de remissão não permite saber se o adolescente processado foi responsável pelo fato a ele atribuído. Mesmo nos autos dos processos (o processo físico, em papel), a ausência de defesa implicaria na decisão parcial, pelo judiciário, a respeito do fato e de sua autoria.

Além disso, a remissão não impede a aplicação de alguns tipos de medida sócio-educativa (ver ECA 127).

Desta forma, um adolescente, sem que tenha uma defesa no processo, pode receber uma decisão parcial, com medida sócio-educativa e, ainda assim, permanecer ignorada a sua real participação no fato processado. O problema se torna mais sério quando se nota que, segundo os dados coletados para a presente pesquisa, de um total de 514 infrações processadas (referentes apenas ao sexo masculino), 241 delas (46,9%) receberam sentença de remissão (tabela 1). Além disso, na tabela 1 também se percebe que 71 sentenças (13,8%) são ignoradas, o que, com as remissões, totalizam 312 (60,7%) casos em que fica a dúvida sobre a real participação do adolescente no fato processado. Esses casos, especialmente se tomados os registros do terminal eletrônico como fonte de dados, representam muitos fatos que podem não ter sido praticados pelos adolescentes a quem são atribuídos.

Outro aspecto a se notar é que cada *situação infracional*⁴⁵ acaba, na maior parte das vezes, originando um processo específico. Disso surgem duas considerações: a) um sujeito pode estar presente como infrator principal em mais de um processo, conforme a situação infracional na qual tenha se envolvido; b) e mais

⁴⁵ Por *situação infracional* deve-se entender o conjunto de fatos que dá origem a um processo judicial por ato infracional perante a jurisdição competente. Criou-se este termo, para esta pesquisa, para que sirva como uma contraposição ao ato infracional específico. A contraposição se justifica porque um dado processo judicial pode envolver mais de um ato infracional (por exemplo, Ameaça e também Lesão Corporal), enquanto este mesmo processo geralmente abrange uma só situação em termos de espaço e tempo.

comumente, encontram-se processos rotulados com um único ato infracional, ainda que a situação infracional abranja vários deles, sendo que a análise dos fatos – através do conteúdo do boletim de ocorrência presente nos autos processuais, por exemplo – pode conter informações mais detalhadas sobre a situação infracional.

Tabela 1 – Frequência de fatos processados quanto à sentença que lhe foi imposta (n=514)

Sentença	Frequência	Percentual
Processo não concluído	1	0,2
Procedência (condenação)	113	22,0
Improcedência (absolvição)	24	4,7
Remissão	241	46,9
Parcialmente procedente	12	2,3
Arquivamento	43	8,4
Outra solução	9	1,8
Sentença ignorada	71	13,8
Total	514	100,0

Nota-se ainda que, em diversos casos, um mesmo sujeito apresentava informações pessoais conflitantes, mormente na data de nascimento. Dos 219 sujeitos (dos sexos masculino e feminino) nascidos até 1988, apenas 174 apresentaram data de nascimento única. Isso significa que 45 (25,86%) deles remetiam à existência de algum conflito concernindo a suas datas de nascimento. Os conflitos mencionados (na data de nascimento) apareceram de formas diferentes, concorrendo para a necessidade de tratá-los também de formas diferentes, conforme se lista a seguir:

1 – havia datas conflitantes, porém uma delas prevalecia devido ao número de vezes que aparecia, optando-se, portanto, por privilegiá-la por ocasião da compilação da informação no banco de dados;

2 – havia datas conflitantes, mas estava claro ter havido erro de digitação na data que difere das demais, sendo então feita a correção (por exemplo, quando dia e mês de nascimento são trocados, possuindo vários casos com dia x e mês y , e um com dia y e mês x);

3 – havia datas conflitantes, mas tomando como base a data do registro policial, privilegiou-se a data de nascimento que não leve à maioridade, por ser a mais provável de estar correta;

4 – havia datas conflitantes, mas com diferenças que não acarretavam conseqüências sobre a idade final referente à data do registro policial, mantendo-se, neste caso, as datas inalteradas;

5 – não havia datas conflitantes, mas havia lacunas (ou seja, situações infracionais com datas de nascimento ignoradas), sendo tais lacunas preenchidas com a data de nascimento conhecida;

6 – havia datas conflitantes, mas a escolha foi impossível (não se vislumbrava uma data que prevalecesse), não sendo feita qualquer alteração.

Considerando alguns desses conflitos de informação e a dificuldade em resolvê-los de modo aceitável, como, por exemplo, no caso de um sujeito que apresentou datas de nascimento diversas, sem que fosse possível escolher uma delas, contabilizou-se uma perda de 37 sujeitos da amostra inicialmente composta (considerando os sexos masculino e feminino), já que alguma variáveis dependem da

data de nascimento (por exemplo, a idade na data do primeiro boletim de ocorrência de um sujeito).

Alguns casos se referiam a sujeitos com idades fora da adolescência, um sujeito com 11 anos e outros dois, maiores de idade, com 24 e 27 anos, na data de seus primeiros boletins de ocorrência, e quatro sujeitos com 18 anos na data de seus últimos boletins de ocorrência.

Os sujeitos de 24 e 27 anos, contando com apenas uma infração cada um, por terem, desta forma, apenas um boletim de ocorrência, este é, ao mesmo tempo, o primeiro e o último. Esses casos talvez remetam a erros de registro.

Já os casos de 11 e de 18 anos completos, talvez possam ser erros também, ou talvez possam refletir atitude política das autoridades, seja antecipando a colocação da criança em processo infracional (aos 11 anos), seja mantendo o jovem-adulto na justiça juvenil, impedindo a sua entrada na justiça criminal comum (casos de 18 anos), não obstante ser esta uma prática ilegal.

Outra dificuldade encontrada refere-se ao sistema de arquivamento de processos adotado pelo Poder Judiciário do Estado de São Paulo, como já mencionado. Ocorre que conforme os processos chegam ao *status* de “arquivados”, eles são organizados em caixas. Estas caixas são tomadas por uma empresa contratada pelo Estado e levadas a um arquivo geral, que concentra os processos arquivados do Estado de São Paulo inteiro. Tal arquivo geral se localiza na cidade de Jundiaí-SP.

Os processos dos quais se levantaram dados a partir do terminal eletrônico foram aqueles que já não se encontravam presentes, em Ribeirão Preto-SP,

na forma de autos em papel, ao se finalizar o levantamento dos processos arquivados disponíveis em papel.

É importante salientar que o terminal eletrônico não possui a data em que a infração foi praticada. Assim, de 514 fatos processados (referentes apenas ao sexo masculino), somente foi possível saber as datas de 220 deles. Ou seja, 294 (57,2%) fatos têm data ignorada. Mas, a diferença de tempo entre a data da infração e a data do boletim de ocorrência é, geralmente, muito pequena. Dentre as 220 datas de infração conhecida, 207 delas (94,1%) estão a até 1 dia da data do boletim de ocorrência.

Mais uma dificuldade também enfrentada na coleta/compilação dos dados referia-se às formas de registrar os tipos penais. Na totalidade dos casos observados (sexos masculino e feminino), constatou-se a presença de uma variedade de tipos penais, correspondentes a atos infracionais atribuídos aos adolescentes presentes como agentes principais dos processos consultados. Essa variedade de tipos penais foi dividida em duas classes, tendo como critério a forma como se encontrava registrada a conduta, no CIIJ: a) tipos específicos; e b) tipos genéricos. Esta classificação foi estabelecida para esta pesquisa, para diferenciar, de um lado, os casos em que o ato infracional fora registrado em processo com base na sua específica referência típica no campo penal (e.g., o *ato infracional de Furto*), correspondendo tais casos à classificação *tipos específicos*; de outro lado, havia casos em que o ato infracional fora registrado conforme uma categoria mais geral de crimes (e.g., as *infrações contra a honra*), correspondendo aos *tipos genéricos*.

Tem-se uma diferença, portanto, entre o número de fatos registrados e o número de fatos conhecidos, por causa da forma de registro no órgão do judiciário e

também por causa de ausências de informação. Dos 514 fatos processados (relativos aos adolescentes do sexo masculino), 27 deles (5,4%) são de classificação específica desconhecida, ou seja, não se sabe qual foi o fato processado. E quatro deles, embora fatos conhecidos, não são infrações, mas fatos atípicos. Estes se referem a fatos que não são crimes nem contravenções penais, e por isso também não podem ser classificados como atos infracionais. Estes fatos (*fuga da Febem e outro fato atípico*) entram na lista de fatos processados por se tratarem de condutas que foram praticadas, e pelas quais houve processo judicial, embora não se tratem de atos infracionais (e, assim, também não sealaria em *tipos* específicos para tais casos).

De modo geral, os títulos dos tipos específicos não oferecem dificuldades, mas é necessário fazer algumas considerações para alguns deles. Desta forma:

1 - *Tráfico* apareceu com duas referências legais, tal qual ocorreu com o *Porte de Droga*. Isto ocorreu por um simples motivo: em 8.10.2006 foi publicada a L 11.343/06, a nova lei penal sobre drogas (chamada de Lei Antidrogas). A lei penal sobre drogas anterior era a L 6.368/76, que foi revogada pela nova. Ocorre que tanto o Tráfico quanto o Porte de Droga, tiveram suas penas alteradas pela nova lei, sendo que o Porte de Droga, especificamente, não se pune mais com pena privativa de liberdade⁴⁶;

2 - *Porte e Posse de Arma de Fogo* apareceram em diversas ocasiões. Grosso modo, o Porte de Arma significa que o sujeito mantém uma arma consigo,

⁴⁶ Há quem entenda que o Porte de Droga não se configura mais como um crime, depois que a nova lei (a Lei Antidrogas, de 2006) deixou de cominar pena privativa de liberdade a tal conduta. Não cabe nesta oportunidade debater sobre a diversidade de correntes em torno do assunto. Independentemente das correntes que porventura existam sobre o assunto, é certo que o Porte de Droga, mesmo depois da Lei Antidrogas, aparece como ato infracional que pode gerar um processo judicial, como demonstram inclusive vários dos processos, dentre os observados nesta pesquisa.

enquanto a Posse de Arma significa que o sujeito possui uma arma, mas não a carrega consigo (pode, por exemplo, possuir uma arma em sua residência). Ocorre que antes da publicação do Estatuto do Desarmamento (L 10.826/03), a L 9.437/97 previa, em seu art. 10, ambas as condutas (porte e posse) em apenas um tipo penal. O Estatuto do Desarmamento desmembrou esses tipos em Porte Ilegal de Arma de Fogo (art. 14) e Posse Irregular de Arma de Fogo (art. 12). Ou seja, um tipo penal se desmembrou em dois outros, diferentemente do que ocorreu com o Tráfico e o Porte de Droga, que tiveram novos tipos penais substituindo cada um deles.

Foi encontrado um tipo relativo a arma de fogo de uso restrito, presente no Estatuto do Desarmamento (art. 16). Neste caso, porém, a nova lei tem no mesmo tipo, as condutas de porte e de posse de arma. Deve-se lembrar, ainda, que os mencionados artigos do Estatuto do Desarmamento referem-se a *arma de fogo, acessório ou munição*. Consequência disso é que eventual conduta (praticada após a entrada em vigor do referido Estatuto) de portar ou possuir munição, por exemplo, foi definida com nome de referência que foi utilizado, nesta pesquisa, para quando se tratou de arma de fogo. Desta forma, como exemplo, tanto o porte de arma de fogo de uso permitido, quanto o porte de munição de uso permitido (praticados depois da entrada em vigor do Estatuto do Desarmamento) são referentes ao mesmo tipo *porte ilegal de arma*.

A *gravidade* das infrações apresentou-se, também, como uma variável complexa, já que podem haver muitos elementos a serem considerados para a sua gradação, inclusive a condição de quem pratica um delito ou as características locais ou históricas em determinado momento. Todavia, pode-se notar que quase todos os crimes previstos na legislação penal brasileira cominam uma pena abstrata, que apresenta um valor mínimo e um valor máximo. Para efeito de gradação da

gravidade de um crime, decidiu-se por utilizar a soma das penas mínima e máxima, previstas para o tipo penal *simples*, ou seja, o crime desprovido de agravantes, causas de aumento de pena ou qualificadoras, bem como de atenuantes, causas de diminuição de pena ou privilegiadoras. Esta forma de se atribuir a determinado crime uma gravidade, com base em sua pena, vem da consideração de que o Código Penal atribui penas aos crimes conforme a importância do bem jurídico lesado pela sua prática. O homicídio (CP 121), por exemplo, é um crime de penas altas (6 a 20 anos de reclusão), dada a importância do bem jurídico penalmente protegido (no caso, a vida). Não se considerou, para a gradação da gravidade, a qualidade da pena privativa de liberdade (reclusão, detenção, prisão simples).

Embora alguns casos, de fato, tenham aparecido com uma tipificação mais elaborada (e.g., um *Homicídio culposo*), tendo alterada a sua pena⁴⁷, o que se considerou foram os crimes em si, desprovidos das circunstâncias que lhe possam alterar a pena, no caso concreto. Ocorre que, um Homicídio, por exemplo, permanece sendo um Homicídio, independentemente da intenção do autor do crime. Por isso, considerando o bem jurídico atingido (a vida, no caso do homicídio), as penas (a mínima e máxima) abstratamente cominadas para a forma simples de determinado crime são as que pareceram mais adequadas para estabelecer uma gravidade (ao menos relativa) de cada crime, a que corresponde à gravidade do ato infracional.

Em alguns casos não se utilizou a forma simples, propriamente dita, de um crime. É o que ocorreu no caso do Latrocínio. Este crime, no Código Penal, aparece na forma de Roubo qualificado pela violência resultando a morte (CP 157, §3º, segunda parte). Entretanto, o Latrocínio representa tão caracteristicamente um

⁴⁷ Enquanto a pena abstratamente cominada ao Homicídio simples é a de reclusão de 6 a 20 anos, a do culposo é de detenção de 1 a 3 anos.

fato (ordinariamente referido como “matar para roubar”), que seguramente pode ser considerado como mais um tipo específico, para fins de pesquisa. Lembrando que o Latrocínio, pelo fato de ser, na verdade, um crime de Roubo qualificado, possui penas mínima e máxima próprias, o que permitiu medir também a sua gravidade relativa.

Note-se ainda que as penas abstratamente cominadas foram tomadas em meses. Quando apareceram na forma de anos, foram convertidas na base de 12 meses para 1 ano. Quando apareceram na forma de dias, foram convertidas na base de 30 dias para 1 mês. Como se disse, penas mínima e máxima serão somadas, considerando os valores em meses.⁴⁸

Havia a possibilidade de, após somar, extrair a média, mas tal possibilidade foi descartada por dois motivos: primeiro, quer-se evitar ao máximo utilizar casas decimais ao se estabelecer gravidades relativas para os crimes, para melhor visualização de cada valor; e segundo, a média pode aproximar nominalmente os valores (embora as proporções permaneçam inalteradas), o que prejudica a visualização em contraste.

Outra variável, a princípio focada, *escolaridade*, também denotou as imprecisões dos registros. O *nível de escolaridade*, quando registrado, é anotado com

⁴⁸ Havia a possibilidade de, após somar, extrair a média, mas tal possibilidade foi descartada por dois motivos: primeiro, quer-se evitar ao máximo utilizar casas decimais ao se estabelecer gravidades relativas para os crimes, para melhor visualização de cada valor; e segundo, a média pode aproximar nominalmente os valores (embora as proporções permaneçam inalteradas), o que prejudica a visualização em contraste. Houve, também, sugestão da banca de qualificação no sentido de utilizar apenas as penas máximas de cada crime, servindo a pena mínima apenas como critério de desempate entre aqueles crimes com mesma pena máxima. Observou-se, no entanto, que a consideração apenas da pena máxima modificava a ordem dos crimes, em termos de gravidade. A título de exemplo, o crime de moeda falsa pela soma das penas, em meses, se posicionaria como um crime mais leve do que o atentado violento ao pudor (penas somadas de 180 e 214 meses, respectivamente); mas o atentado violento ao pudor se torna mais leve do que o crime de moeda falsa, se considerada apenas a pena máxima de cada um (10 e 12 anos, respectivamente). Assim, se a pena mínima servir apenas como critério de desempate, ela fará diferença apenas entre crimes com penas máximas iguais, enquanto que, pelo critério da soma, a pena mínima se torna relevante em todos os crimes.

critérios diversos no boletim de ocorrência e no terminal eletrônico do judiciário. A título de exemplo, no boletim de ocorrência o nível correspondente ao primeiro grau escolar pode ser anotado como primeiro grau completo ou incompleto. Este detalhamento não existe no terminal eletrônico, sendo o primeiro grau anotado simplesmente com um código correspondente a “primeiro grau”. Normalmente, os processos não são acompanhados de documentação relativa a escolaridade, nem de informações sobre eventual consulta, pela autoridade policial, da informação respectiva em algum documento apresentado pelo adolescente ou sua família, ou apresentado pelas redes pública ou privada de ensino.

Assim, tentou-se contabilizar somente se o adolescente estudava ou não estudava, ao tempo do fato. Assim, procurou-se contabilizar a informação referente ao status de ser ou não *estudante*, que foi considerado como indicativo de que o adolescente freqüentava a escola. Mas, em 514 fatos (referentes apenas ao sexo masculino) em apenas um foi possível obter a informação correspondente a *não estuda* ao tempo do fato. Os demais casos apresentam ou o “*sim, estuda*” (155 casos, ou 30,2%) ou a informação foi ignorada (358 casos, ou 69,6%).

2.1.2 – A coleta de dados propriamente dita

O primeiro passo na delimitação dos processos foi determinar que, dos processos em papel disponíveis em Ribeirão Preto, apenas os arquivados (ou seja, processos já concluídos) fossem consultados.

O segundo passo foi listar os adolescentes presentes nos processos em papel e levantar dados de outros processos eventualmente existentes contra eles, através da consulta ao terminal eletrônico.

Para o levantamento dos dados foi utilizado um formulário de coleta (reproduzido no anexo I), elaborado e aperfeiçoado após um contato inicial com o material da fonte e o seu teste em um piloto com aproximadamente 20 processos.

As variáveis em torno das quais se coletaram os dados são: nome, sexo, data de nascimento, número de documento de identidade, nome do pai, nome da mãe, endereço, estado civil, cor e escolaridade (quanto aos sujeitos); fonte dos processos, número da caixa de arquivo, número e data do processo, infração cometida, data da infração, data do boletim de ocorrência, local da infração, tipo de vítima, elemento subjetivo da infração e tentativa, uso de arma, co-autoria com menores e maiores de 18 anos, presença de violência, existência de representação pelo Ministério Público, sentença, medida sócio-educativa aplicada, período de internação.

É preciso salientar que um formulário (uma cópia desse) foi utilizado para a coleta dos dados constantes em um processo. Dentro disso, um mesmo adolescente pode possuir vários processos, cujos dados foram, portanto, coletados com um formulário cada (uma cópia cada).

É fundamental esclarecer que a disponibilidade de processos em Ribeirão Preto é limitada no tempo, por causa da política de arquivamento implantada, devido à qual os processos arquivados são armazenados em caixas em uma sala, e lá ficam aguardando que uma equipe do arquivo central, localizado em Jundiaí-SP, busque tais caixas, não havendo uma periodicidade regular em relação a isso. Não há, segundo informação levantada no CIJI, um critério para selecionar quais e quantas caixas deixam por vez o arquivo da Comarca, e são transportadas para o central. Essa decisão, bem como o momento em que acontece depende da disponibilidade dos funcionários do arquivo central.

Devido a essa mobilidade de processos arquivados, decidiu-se por levantar dados sobre todos os processos disponíveis em arquivo e, após a compilação dos dados em computador, fazer-se a delimitação dos dados a serem utilizados na pesquisa, com base no critério de que os adolescentes representados na amostra deveriam todos já ter completado 18 anos no momento da coleta, tendo eles todos nascidos, portanto, até de 1988, ou seja, todos os sujeitos ali representados deveriam ter completado 18 anos até 31 de dezembro de 2006. Essa delimitação se deve a necessidade de estudar a prática infracional jurisdicionada de sujeitos que, a partir de 2007, já tivessem completado a adolescência.

Desta forma, primeiro foram levantados dados referentes aos processos em papel. Resultaram 797 formulários (igual número de processos estudados). Esses se referiam a 657 adolescentes. Desses adolescentes, 289 tinham outros processos no terminal eletrônico.

Depois, foram levantados dados referentes a processos com informações disponíveis em formato eletrônico, tendo-se, nesse momento, encontrado e estudado 907 processos. Assim, pode-se afirmar que o total de processos investigados fez o número de 1.704. Alguns processos remetem a mais de um ato infracional, sendo que a contabilidade para essa unidade de análise é de 1.811 atos infracionais.

Após a compilação de todos os dados referentes aos processos arquivados disponíveis em papel e aos disponíveis no terminal eletrônico, fez-se a delimitação dos dados, conforme o explicado, com vistas à consecução dos objetivos desta pesquisa.

Inicialmente, no projeto, tinha-se decidido trabalhar com processos datados de 2000 a 2006. Após o levantamento, decidiu-se por considerar todos os

casos de adolescentes que completassem 18 anos até 2006, levando em conta aqueles com datas de nascimento em 1988 ou anteriores. Isto fez com que fossem incluídas outras datas de processos, agora indo de 1998 a 2006.

Com isso, o número de processos utilizados para essa pesquisa, após a mencionada delimitação, foi de 521, correspondendo a 178 sujeitos e 560 infrações. Considerando a existência de um número reduzido de casos envolvendo adolescentes do sexo feminino, os resultados e as considerações concentrar-se-ão sobre adolescentes do sexo masculino⁴⁹. Restam, assim, dados sobre 479 processos, referentes a 157 sujeitos e 514 infrações.

É importante frisar que o tamanho do banco de dados, face ao número total de processos existentes nos anos pesquisados, não foi uma opção, mas sim determinado pela dinâmica de arquivamento descrita. Como o relatado, os processos arquivados disponíveis em Ribeirão Preto é que condicionaram o número e o conjunto de sujeitos que compuseram o banco, sendo que foram levantados os dados de todos os processos disponíveis em arquivo, segundo lista preparada no início do levantamento.

Abaixo o número total de processos por ano e o número de processos pesquisados por ano (para os sexos masculino e feminino).

O número total de processos utilizados nesta pesquisa, antes da qualificação, correspondia a 1,76% (521 processos) do total de processos registrados entre os anos de 1998 e 2006, no CIJI. Agora, concentrando-se nos dados relativos a adolescentes do sexo masculino, são 479 processos, correspondendo a 1,62% daquele total.

⁴⁹ Seguindo as sugestões da banca examinadora, após o exame de qualificação.

Tabela 2 – Número total de processos e número de processos pesquisados, por ano, na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, Comarca de Ribeirão Preto-SP

ANO	NÚMERO TOTAL DE PROCESSOS	NÚMERO DE PROCESSOS PESQUISADOS
1998	3.706	1
1999	3.562	8
2000	3.212	10
2001	3.542	39
2002	3.173	50
2003	3.353	90
2004	2.837	105
2005	3.338	130
2006	2.835	88
TOTAL	29.558	521

2.2 – Abordagem das variáveis

A abordagem das variáveis é descritiva, apresentando-se frequências gerais das variáveis e apresentando cruzamentos entre variáveis, seguidos dos comentários pertinentes e adequados à qualidade da fonte e, por conseguinte, do banco de dados. Primeiramente, os dados presentes nos formulários foram compilados utilizando-se planilha do programa *Excel 2007*⁵⁰.

Consideram-se os fatos processados, atribuídos aos adolescentes do sexo masculino, sem considerar a sentença e, portanto, sem a consideração da real responsabilidade do sujeito a quem se atribui a prática de um ato infracional. Desta forma, tendo-se presentes as críticas à fonte dos dados, pode-se ter uma noção melhor de como os registros infracionais são administrados pelo Estado.

⁵⁰ Para a criação, a partir da planilha, de banco de dados e análise contou-se com o auxílio de profissionais da estatística.

Para alguns comentários, foi utilizado o coeficiente de correlação não paramétrico de Spearman entre algumas variáveis.

As variáveis utilizadas são: *infração processada (ou registrada)*, *subcategoria da infração processada*, *categoria da infração processada*, *reincidência*⁵¹, *data de nascimento*, *data do boletim de ocorrência*, *data da infração*, *sentença*.

A partir destas variáveis puderam ser obtidas outras (como, por exemplo, o *número de infrações processadas por sujeito, no CIIJ de Ribeirão Preto*), a fim compor os resultados, como se verá no tópico seguinte.

3 – Resultados

3.1 – Descrição das variáveis

Em primeiro lugar, descrevem-se as variáveis conforme a sua frequência.

As variáveis correspondem à atividade infracional processada, atribuída a adolescentes do sexo masculino. Deve-se ter presente que no banco de dados tinha-se um total de 514 *fatos* (registrados em relação a 157 sujeitos), mas nem todos são infrações, não obstante tenham sido processados judicialmente como tais.

a) Tipos de infrações

Dentro dos 514 fatos presentes no banco de dados, 27 (5,3%) são de natureza desconhecida, devido à ausência de informação correspondente na fonte, e 4 fatos (0,8%) dentre os conhecidos não são infrações, sendo eles duas fugas da Febem

⁵¹ O termo *reincidência* está sendo empregado aqui com o significado de mais de um processo por ato infracional, e não com o significado técnico presente no direito penal.

(atual Fundação Casa), que são fatos atípicos, e dois outros fatos atípicos. Os demais fatos, estes sim correspondentes realmente a atos infracionais, perfazem um total de 36 tipos de atos infracionais, sendo os mais freqüentes o furto (22,2%), o roubo (16,3%), o porte de droga (10,9%), o tráfico (9,9%) e a lesão corporal (8,2%). As freqüências de cada fato processado estão na tabela 3. Os fatos de classificação ignorada (indicados na tabela como “*perdas*”, com freqüência igual a 27) ou não constavam na fonte ou estava registrado como *outras infrações penais*, *infrações contra a honra* ou *roubo/extorsão*, impossibilitando o conhecimento específico de como o fato foi processado.

Na tabela 3, podem ser vistas as infrações processadas (dentro de subcategorias e categorias mais adiante explicadas), suas freqüências, penas mínima e máxima, bem como suas gravidades, em meses.

As infrações processadas foram agrupadas em categorias e, dentro destas, em subcategorias, de modo que infrações que possam se identificar entre si fiquem em um mesmo grupo de infrações. Desta forma tem-se:

- a categoria *infrações com vítima indeterminada*, contendo as subcategorias: *infrações com veículos* (falta de habilitação, direção veloz perigosa)⁵²; *infrações de armas/artefatos* (porte ilegal de arma, posse irregular de arma, porte de arma (1997), posse/porte ilegal de arma de fogo, disparo de arma de fogo, explosão, posse de munição (antes de 2003))⁵³; *infrações de drogas* (porte de droga, tráfico,

⁵² Referências legais das infrações com veículos: falta de habilitação, DL 3.688/41 32; direção veloz perigosa, CTB 311.

⁵³ Referências legais das infrações de armas/artefatos: porte ilegal de arma, L 10.826/03 14; posse irregular de arma, L 10.826/03 12; porte de arma (1997), L 9.427/97 10; posse/porte ilegal de arma de fogo, L 10.826/03 16; disparo de arma de fogo, L 10.826/03 15; explosão, CP 251; posse de munição (antes de 2003), DL 3.688/41 18.

associação para o tráfico)⁵⁴; *infrações de falsidade* (moeda falsa, auto-acusação falsa, uso de documento alheio como próprio, adulteração de sinal identificativo de veículo automotor)⁵⁵; *outras infrações contra vítima indeterminada* (posse de instrumento para prática de furto/roubo, resistência, violação de domicílio, abuso de animais, desobediência)⁵⁶;

- a categoria *infrações contra a integridade física ou moral da pessoa*, contendo as subcategorias: *infrações contra o pudor* (atentado violento ao pudor)⁵⁷; *infrações de constrangimento* (constrangimento ilegal)⁵⁸; *infrações de homicídio* (homicídio)⁵⁹; *infrações de lesão/vias de fato* (lesão corporal, vias de fato)⁶⁰; *infrações morais*⁶¹ (ameaça, desacato, injúria)⁶²;

- a categoria *infrações contra o patrimônio*, contendo as subcategorias: *infrações de dano* (dano)⁶³; *infrações de estelionato* (estelionato)⁶⁴; *infrações de furto/receptação* (furto, receptação)⁶⁵; *infrações de roubo/extorsão/latrocínio*⁶⁶ (roubo, extorsão, latrocínio)⁶⁷.

⁵⁴ Referências legais das infrações de drogas: porte de droga, L 6.368/76 16 (antigo) e L 11.343 28 (novo); tráfico, L 6.368/76 12 (antigo) e L 11.343/06 33; associação para o tráfico, L 6.368/76 14.

⁵⁵ Referências legais das infrações de falsidade: moeda falsa, CP 289 *caput* e §1º; auto-acusação falsa, CP 341; uso de documento alheio como próprio, CP 308; adulteração de sinal identificativo de veículo automotor, CP 311.

⁵⁶ Referências legais das outras infrações com vítima indeterminada: posse de instrumento para prática de furto/roubo, DL 3.688/41 25; resistência, CP 329; violação de domicílio, CP 150; abuso de animais, L 9.605/98 32; desobediência, CP 330.

⁵⁷ Referência legal da infração de atentado violento ao pudor: CP 214.

⁵⁸ Referência legal da infração de constrangimento ilegal: CP 146.

⁵⁹ Referência legal da infração de homicídio: CP 121.

⁶⁰ Referências legais das infrações de lesão/vias de fato: lesão corporal, CP 129; vias de fato, CP DL 3.688/41 21.

⁶¹ Dentre as infrações morais também foram incluídos os fatos registrados como sendo *infrações contra a honra*, segundo categoria utilizada pelo próprio CIJI.

⁶² Referências legais das infrações morais: ameaça, CP 147; desacato, CP 331; injúria, CP 140.

⁶³ Referência legal da infração de dano: CP, 163.

⁶⁴ Referência legal da infração de estelionato: CP, 171.

⁶⁵ Referências legais das infrações de furto/receptação: furto, CP 155; receptação, CP 180.

⁶⁶ Dentre as infrações de roubo/extorsão/latrocínio também foram incluídos os fatos registrados como sendo *infrações de roubo/extorsão*, segundo categoria utilizada pelo próprio CIJI.

⁶⁷ Referências legais das infrações de roubo/extorsão/latrocínio: roubo, CP 157; extorsão, CP 158; latrocínio, CP 157, §3º, segunda parte.

Tabela 3 – Frequência de infrações processadas, divididas por categorias e subcategorias e suas penas mínima, máxima e gravidade em meses (n=514)

Infrações	Frequência	Percentual	Pena mínima	Pena máxima	Gravidade**
INFRAÇÕES COM VÍTIMA INDETERMINADA					
INFRAÇÕES COM VEÍCULOS					
FALTA DE HABILITAÇÃO	14	2,7	-	-	-
DIREÇÃO VELOZ PERIGOSA	1	0,2	6	12	18
INFRAÇÕES DE ARMAS /ARTEFATOS					
PORTE ILEGAL DE ARMA	13	2,5	24	48	72
POSSE IRREGULAR DE ARMA	5	1,0	12	36	48
PORTE DE ARMA (1997)	14	2,7	12	24	36
POSSE/PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO	2	0,4	36	72	108
DISPARO DE ARMA DE FOGO	1	0,2	24	48	72
EXPLOÇÃO	1	0,2	36	72	108
POSSE DE MUNIÇÃO (ANTES DE 2003)	1	0,2	3	12	15
INFRAÇÕES DE DROGAS*					
PORTE DE DROGA	56	10,9	6 (0)	24 (0)	30 (0)
TRAFICO	51	9,9	36 (60)	180 (180)	216 (240)
ASSOCIAÇÃO PARA O TRAFICO	2	0,4	36	120	156
INFRAÇÕES DE FALSIDADE					
MOEDA FALSA	3	0,6	36	144	180
AUTO-ACUSAÇÃO FALSA	3	0,6	3	24	27
USO DE DOCUMENTO ALHEIO COMO PROPRIO	1	0,2	4	24	28
ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENT. DE VEÍCULO AUTOMOTOR	1	0,2	36	72	108
OUTRAS INFRAÇÕES COM VÍTIMA INDETERMINADAS					
POSSE DE INSTRUMENTO PARA PRATICA DE FURTO/ROUBO	3	0,6	2	12	14
RESISTENCIA	2	0,4	2	24	26
VIOLACAO DE DOMICILIO	2	0,4	1	3	4
ABUSO DE ANIMAIS	1	0,2	3	12	15
DESOBEDIÊNCIA	1	0,2	0,5	6	6,5
INFRAÇÕES CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA OU MORAL DA PESSOA					
INFRAÇÕES CONTRA O PUDOR					
ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	3	0,6	72	120	192
INFRAÇÕES DE CONSTRANGIMENTO					
CONSTRANGIMENTO ILEGAL	2	0,4	3	12	15
INFRAÇÕES DE HOMICÍDIO					

Infrações	Frequência	Percentual	Pena mínima	Pena máxima	Gravidade**
HOMICÍDIO	10	1,9	72	240	312
INFRAÇÕES DE LESÃO CORPORAL/VIAS DE FATO					
LESÃO CORPORAL	42	8,2	3	12	15
VIAS DE FATO	2	0,4	0,5	3	3,5
INFRAÇÕES MORAIS					
AMEACA	17	3,3	1	6	7
DESACATO	2	0,4	6	36	42
INJURIA	2	0,4	1	6	7
INFRAÇÕES CONTRA O PATRIMÔNIO					
INFRAÇÕES DE DANO					
DANO	10	1,9	1	6	7
INFRAÇÕES DE ESTELIONATO					
ESTELIONATO	5	1,0	12	60	72
INFRAÇÕES DE FURTO/ RECEPTAÇÃO					
FURTO	114	22,2	12	48	60
RECEPTACAO	10	1,9	12	48	60
INFRAÇÕES DE ROUBO/ EXTORSÃO/ LATROCÍNIO					
ROUBO	84	16,3	48	120	168
EXTORSÃO	1	0,2	48	120	168
LATROCÍNIO	1	0,2	240	360	600
FATOS ATÍPICOS					
FUGA DA FEBEM	2	0,4	-	-	-
OUTRO FATO ATÍPICO	2	0,4	-	-	-
PERDAS (FATOS DE CLASSIFICAÇÃO IGNORADA)	27	5,3	-	-	-
TOTAL	514	100,0	-	-	-

* Nas infrações de drogas, o porte de droga e o tráfico apresentam duas penas mínimas e duas penas máximas diversas, em razão da mudança de legislação referente aos crimes respectivos, em 2006, com a nova Lei Antitóxicos.

** Pelo critério adotado nesta pesquisa, a gravidade de um crime é a soma de suas penas mínima e máxima, em meses.

Dentre os sujeitos da pesquisa há os que foram processados por um só fato e os que foram processados por mais de um fato. Do total de 157 sujeitos, são, respectivamente, 54 (34,4%) não reincidentes e 103 (65,6) reincidentes. O número de infrações registradas para cada reincidente varia de 2 a 27 infrações (tabela 4), sendo

possível afirmar que é maior o número de sujeitos reincidentes que praticaram menos infrações. Dos 103 sujeitos reincidentes, 92 (89,3%) deles foram processados por 2 a 7 infrações, e apenas 11 (10,7%) foram processados por mais de 7 (até o máximo de 27) infrações. O número máximo de 27 infrações processadas é atingido por apenas um sujeito, e o penúltimo número máximo de reincidências é 15, fazendo do último (27) um caso isolado. Na tabela 4, os casos correspondentes a zero infração processada se referem a sujeitos que foram processados apenas uma vez e por fatos atípicos.

Tabela 4 – Frequência de sujeitos quanto ao número de infrações processadas (n=157)

Número de infrações	Frequência	Percentual
0	2	1,3
1	52	33,1
2	30	19,1
3	22	14,0
4	17	10,8
5	9	5,7
6	8	5,1
7	6	3,8
8	3	1,9
9	2	1,3
10	1	0,6
11	2	1,3
13	1	0,6
15	1	0,6
27	1	0,6
Total	157	100,0

Em vários processos, especialmente aqueles cujas informações foram coletadas no terminal eletrônico, não é possível saber especificamente qual foi o fato atribuído ao adolescente processado. A título de exemplo, um fato pode ser registrado como sendo uma infração contra a honra, sem indicar qual foi a infração

contra a honra processada (injúria, calúnia etc.), assunto este já tratado ao se falar em *tipos específicos* e *tipos genéricos*. Nesse passo, para saber-se quantos tipos de infrações foram atribuídas aos adolescentes processados, somente podem ser considerada as infrações sobre as quais se conhecem, a partir do registro oficial, as tipificações específicas.

O número de infrações conhecidas diferentes processadas (tabela 5) pode variar de 0 a 8, para cada sujeito. A variedade de infrações processadas é nula ou pequena (de 1 a 3) para a maioria (133, ou 84,7%) dos sujeitos. Apenas 22 (14%) sujeitos foram processados por mais de 3 (até o máximo de 8) infrações diferentes, contando as passíveis de serem conhecidas através dos registros pesquisados.

Tabela 5 – Frequência de sujeitos quanto ao número de infrações conhecidas diferentes processadas (n=157)

Número de infrações conhecidas	Frequência	Percentual
0	2	1,3
1	66	42,0
2	42	26,8
3	25	15,9
4	9	5,7
5	8	5,1
6	3	1,9
7	1	0,6
8	1	0,6
Total	157	100,0

Agrupando as infrações em subcategorias, tem-se que os sujeitos foram processados por infrações pertencentes a até 6 subcategorias diferentes (tabela 6). E, agrupando as subcategorias, formam-se 3 categorias, sendo que o número de categorias diferentes relativas às infrações processadas varia de 0 a 3 entre os sujeitos

(tabela 7). Tanto para subcategorias como para categorias, os resultados repetem o que acontece com o número de infrações conhecidas diferentes processadas, ou seja, um número maior de sujeitos foi processado por uma variedade menor de subcategorias ou de categorias. A maioria dos sujeitos (136, ou 86,6%) foi processada por 1 a 3 subcategorias, e também a maioria (86, ou 54,8%) foi processada por apenas uma categoria de infração. Em síntese, pode-se afirmar que a maior parte dos sujeitos da pesquisa reincidiram, mas um número reduzido desses sujeitos atinge os valores mais altos de infrações processadas. Além disso, a maioria dos sujeitos tem variação menor quanto aos tipos de infração, quanto às subcategorias e quanto às categorias, e apenas um número reduzido de sujeitos atinge os máximos de “versatilidade” infracional.

As tabelas abaixo sintetizam estes resultados.

Tabela 6 – Frequência de sujeitos quanto ao número de subcategorias diferentes com base nas infrações processadas

Número de subcategorias	Frequência	Percentual
0	2	1,3
1	69	43,9
2	47	29,9
3	20	12,7
4	8	5,1
5	8	5,1
6	3	1,9
Total	157	100,0

Tabela 7 - Frequência de sujeitos quanto ao número de categorias diferentes com base nas infrações processadas

Número de Categorias	Frequência	Percentual
0	2	1,3
1	86	54,8
2	48	30,6
3	21	13,4
Total	157	100,0

b) Idades

Duas idades são tomadas como principais e mais importantes: a idade na data do primeiro boletim de ocorrência e a idade na data do último boletim de ocorrência, boletins estes que tenham originado processo judicial infracional no CIJI. Com as devidas cautelas, a diferença (amplitude) entre tais idades pode ser chamada de *duração*. Esta duração não se confunde com a duração real da atividade infracional de um indivíduo, mas traduz o tempo decorrente entre o primeiro e o último boletins de ocorrência que tenham originado processos, ou seja, por quanto tempo o adolescente foi alvo de novos processos no CIJI. As idades médias no primeiro e no último BOs são, respectivamente, 14,80 e 16,93 anos, e a amplitude média entre eles é de pouco mais de 2 anos. As medianas repetem, aproximadamente, os valores das idades (15 e 17 anos, respectivamente), repetindo também a amplitude média, aproximadamente (em 2 anos). Em outras palavras, os adolescentes do sexo masculino permanecem durante cerca de 2 anos, em média, sendo alvo de processos infracionais.

A idade dos sujeitos na data do primeiro boletim de ocorrência registrado, que tenha originado um processo judicial no CIJI, varia de 11 a 27 anos (tabela 8). A variação deveria ser de 12 a 17 anos, por causa da competência da justiça da infância e da juventude de processar por ato infracional apenas adolescentes (indivíduos de 12 a 18 anos incompletos). Mas três casos estão fora desse período, provavelmente, por motivos que já foram discutidos. Os três casos correspondem às idades de 11, 24 e 27 anos. Com exceção dos casos de 24 e de 27 anos, o número de sujeitos é maior se a idade de registro do primeiro boletim de ocorrência também é maior.

Tabela 8 – Frequência de sujeitos quanto à idade no primeiro boletim de ocorrência (n=157)

Idade	Frequência	Percentual
11	1	0,6
12	4	2,5
13	12	7,6
14	17	10,8
15	24	15,3
16	36	22,9
17	61	38,9
24	1	0,6
27	1	0,6
Total	157	100,0

A idade dos sujeitos na data do último boletim de ocorrência que tenha originado um processo no CIJI varia de 15 a 27 anos (tabela 9). Os casos de 24 e 27 anos são os mesmos referidos acima, vez que cada um deles corresponde a apenas uma infração processada. E quatro sujeitos tiveram seu último boletim de ocorrência registrado aos 18 anos, embora esta idade já seja da competência da justiça criminal comum. A idade no primeiro BO, em que há mais sujeitos (61, ou 38,9%) é a de 17 anos, e a idade no último BO em que há mais sujeitos (121, ou 77,1%) é, também a de 17 anos. Apenas 30 (19,1%) sujeitos tiveram o último boletim de ocorrência registrado até os 16 anos.

Tabela 9 - Frequência de sujeitos quanto à idade no último boletim de ocorrência (n=157)

Idade	Frequência	Percentual
15	2	1,3
16	28	17,8
17	121	77,1
18	4	2,5
24	1	0,6
27	1	0,6
Total	157	100,0

Os adolescentes com idades, no primeiro boletim de ocorrência, variando entre 13 e 17 anos, foram processados pela maior parte das ocorrências (481 fatos, ou 93,6%), mas nenhuma dessas idades se destaca em frequência de ocorrências (tabela 10). Com exceção dos 6 casos fora da competência da justiça juvenil (aqueles com idades de 18, 24 e 27 anos no último boletim de ocorrência), são 121 (77,1%) casos de idade igual a 17 anos (ver tabela 9), no último boletim de ocorrência, e estes 121 sujeitos foram processados pela maioria das ocorrências, ou seja, 382 (74,3%), como se observa na tabela 11.

Tabela 10 – Frequência de infrações processadas relativamente à idade dos sujeitos na data do primeiro boletim de ocorrência (n=514)

Idade	Frequência	Percentual
11	13	2,5
12	18	3,5
13	98	19,1
14	103	20,0
15	89	17,3
16	99	19,3
17	92	17,9
24	1	0,2
27	1	0,2
Total	514	100,0

Tabela 11 - Frequência de infrações processadas relativamente à idade dos sujeitos na data do último boletim de ocorrência (n=514)

Idade	Frequência	Percentual
15	8	1,6
16	80	15,6
17	382	74,3
18	42	8,2
24	1	0,2
27	1	0,2
Total	514	100,0

A existência de apenas um boletim de ocorrência (e respectivo processo) para determinado sujeito resulta em que as variáveis *idade no primeiro boletim de ocorrência* e *idade no último boletim de ocorrência* refiram-se ao mesmo boletim de ocorrência (sendo ele, ao mesmo tempo, o primeiro e o último). Assim, para não reincidentes, a idade no primeiro boletim de ocorrência será a mesma daquela no último boletim de ocorrência. Observa-se, na tabela das idades no último boletim de ocorrência, que a menor idade é a de 15 anos. Isto significa que todos os adolescentes (totalizando 34 sujeitos, ou 21,5%) que tiveram o primeiro boletim de ocorrência entre 11 e 14 anos, reincidiram.

Aos 15 anos, apenas um sujeito (0,6%) não reincidiu, e 23 (14,6%) reincidiram. Aos 16 e 17 anos, reincidência e não reincidência se equilibram mais, sendo que aos 16 a maioria (22, ou 14% do total de sujeitos) é reincidente (contra 14, ou 8,9% de não reincidentes) e, aos 17 anos, a maioria (37, ou 23,6%) é não reincidente (contra 24, ou 15,4%, do total de sujeitos). Os casos de 24 e 27 anos são de não reincidentes.

Abaixo, está a tabela 12, da participação por idade (sendo a participação igual ao número de sujeitos tendo boletins de ocorrência registrados, e que tenham originado processos no CIJI, em determinada idade). Observe-se que nesta tabela não é possível verificar *n*, ou número total, de sujeitos, uma vez que o mesmo sujeito pode contar como participante em mais de uma idade. A título de exemplo, se um sujeito teve registrado dois boletins de ocorrência, um aos 12 e um aos 14 anos, este sujeito contará como participante nestas suas idades. Considerando as idades legalmente consideradas como sendo da adolescência, para fins de processo infracional, que são as de 12 a 17 anos, observa-se que a participação sempre aumenta conforme a idade, mas não de forma gradual, aumentando expressivamente

aos 16 e, principalmente, aos 17 anos. Nesta última idade, 124 (79%) sujeitos apresentam participação, o que torna esta idade a mais intensa em número de sujeitos sendo alvos de boletins de ocorrência que originem processos infracionais no CIJI.

Tabela 12 – Número de sujeitos do sexo masculino que tiveram boletins de ocorrência registrados, por idade

IDADES	PARTICIPAÇÃO
11	1
12	5
13	15
14	26
15	45
16	74
17	124
18	4
24	1
27	1

Conforme o critério utilizado nesta pesquisa para aferição das gravidades das infrações processadas, tem-se a possibilidade de saber a frequência em que infrações de determinadas gravidade foram processadas. Na tabela 13 podem ser observadas estas frequências. Algumas gravidades se destacam em frequência, mas não se pode observar uma graduação entre as frequências conforme a graduação da gravidade.

Considerando os dados descritivos em conjunto, pode-se dizer que dentro de uma diversidade de tipos de infrações, são relativamente poucas as que se destacam em frequência e que, embora os reincidentes sejam a maioria, não são muitos os sujeitos que apresentam as mais altas frequências de participação em processos infracionais, e também poucos são mais “versáteis” em tipos de infrações processadas. A maioria das ocorrências está entre os adolescentes com 17 anos na data de seu último boletim de ocorrência. Aos 17 anos, também, se observa o maior número de sujeitos participando de processos. As gravidades se observam

distribuídas de maneira não gradual, em termos de frequência. Têm-se, assim, em geral, muitos sujeitos reincidentes, sendo processados por algumas infrações, correspondentes a alguns poucos tipos diversos, especialmente no final da adolescência.

Tabela 13 – Frequência de infrações processadas segundo a sua gravidade

Gravidade	Frequência	Percentual
600	1	0,2
312	10	1,9
240	1	0,2
216	50	9,7
192	3	0,6
180	3	0,6
168	86	16,7
156	2	0,4
108	4	0,8
72	19	3,7
60	124	24,1
48	5	1,0
36	14	2,7
30	57	11,1
28	1	0,2
27	3	0,6
26	2	0,4
18	1	0,2
15	46	8,9
14	3	0,6
7	29	5,6
6,5	1	0,2
4	2	0,4
3,5	2	0,4
0	15	2,9
Gravidade indeterminada	30	5,8
Total	514	100,0

3.2 – Cruzamentos entre variáveis

Cruzando-se a idade de cada sujeito no primeiro boletim de ocorrência, que tenha gerado um processo infracional no CIJI de Ribeirão Preto, com as

infrações processadas, é possível verificar a frequência em que aos sujeitos foi atribuído cada tipo de infração, dependendo daquela idade. Em outras palavras, sabe-se por quais infrações e quantas vezes os sujeitos que tiveram seus primeiros boletins de ocorrência em determinada idade foram processados. O mesmo tipo de cruzamento pode ser feito considerando-se as subcategorias de infrações ou as categorias de infrações.

Entre as idades de 11 a 17 anos, na data do primeiro boletim de ocorrência, apenas duas infrações se destacam como as mais frequentes, sendo elas o *roubo* (sendo a processada por mais vezes para as idades de primeiro boletim de ocorrência em 11, 12, 14 e 15 anos) e o *furto* (sendo esta processada por mais vezes para as idades de primeiro boletim de ocorrência em 12, 13, 16 e 17 anos). Note-se que para a idade de primeiro boletim de ocorrência igual a 12 anos, a quantidade de furtos e roubos é a mesma (5). Já nos 16 anos, a frequência é quase igual, sendo o furto superior em uma ocorrência. Outras infrações se destacam, em alguns casos, o porte de droga, para idade de primeiro BO aos 13 anos; o tráfico nos 13, 15 e 17 anos; e a lesão corporal, nos 14 anos. Apresenta-se tabela com frequências das infrações mais destacadas (tabela 14).

Os resultados se confirmam nas subcategorias, onde as mais frequentes são as infrações de furto/receptação, de roubo/extorsão/latrocínio, e de drogas. Particularmente para a idade de primeiro BO aos 14 anos, as infrações de lesão/vias de fato também se destacam. Na divisão por categorias, as infrações contra o patrimônio se destacam em quase todas as idades de primeiro BO (12 a 16 anos). Nos 11 e nos 17 anos são as infrações com vítima indeterminada (da qual fazem parte as infrações de drogas) que se destacam. Novamente confirmando os resultados, as infrações contra a integridade física ou moral da pessoa (da qual fazem

parte as infrações de lesão/vias de fato) se igualam à infrações com vítima indeterminada aos 14 anos de idade no primeiro BO.

Tabela 14 – Frequências de fatos processados conforme a idade na data do primeiro boletim de ocorrência (n=514)

Idade \ Infração	11	12	13	14	15	16	17	24	27	Total
FURTO	0	5	39	12	17	23	18	0	0	114
ROUBO	4	5	9	19	19	22	6	0	0	84
PORTE DE DROGA	1	1	13	11	11	10	9	0	0	56
TRÁFICO	3	2	12	4	12	6	12	0	0	51
LESÃO CORPORAL	1	0	7	16	4	11	2	0	1	42
FATO ATÍPICO	0	0	0	2	0	0	2	0	0	4
OUTRAS INFRAÇÕES	4	2	14	29	20	24	42	1	0	136
PERDAS (INFRAÇÕES DESCONHECIDAS)	0	3	4	10	6	3	1	0	0	27
TOTAL	13	18	98	103	89	99	92	1	1	514

Importante também verificar as frequências de processamento de infrações segundo a idade que tinha o adolescente no momento do fato a ele atribuído. Este tipo de cruzamento também pode ser feito considerando as subcategorias e categorias de infrações. Grande parte dos fatos foram processados quando os adolescentes a quem eles foram atribuídos tinham de 13 a 17 anos. Desde os 11 até os 17 anos, na data do BO, a frequência de infrações sempre aumenta, apresentando valores destacados aos 16 e 17 anos. Enquanto entre 11 e 12 há apenas 8 infrações, entre 16 e 17 anos há 364, ou seja, mais da metade dos 514 fatos processados estão nas idades finais da adolescência. *Furto, roubo, porte de droga e tráfico*, novamente se destacam, sendo o *furto* o mais frequente aos 13, 14, 16 e 17 anos, e o *roubo* aos 14 (empatando com *furto*) e 15 anos. O *tráfico* aparece como

mais freqüente aos 12 anos, apesar de nesta idade haverem apenas 7 infrações e sendo apenas 2 de *tráfico*. O *tráfico* também se destaca aos 15 e aos 17 anos. Já o porte de droga se destaca aos 17 anos. A idade de 11 anos apresenta somente uma infração, a de *porte de arma* (1997).

Apresenta-se a seguir tabela com freqüências das infrações mais destacadas (tabela 15).

Tabela 15 - Freqüências de fatos processados conforme a idade na data do boletim de ocorrência respectivo (n=514)

Infração	Idade	IDADE IGNORADA*	11	12	13	14	15	16	17	18	24	27	Total
FURTO		0	0	1	5	8	11	44	44	1	0	0	114
ROUBO		0	0	1	4	8	16	25	30	0	0	0	84
PORTE DE DROGA		0	0	0	4	5	7	15	25	0	0	0	56
TRÁFICO		0	0	2	2	1	11	7	27	1	0	0	51
LESÃO CORPORAL		0	0	0	2	4	6	10	18	1	0	1	42
FATO ATÍPICO		0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	4
OUTRAS INFRAÇÕES		5	1	1	6	8	9	34	70	1	1	0	136
PERDAS (INFRAÇÕES DESCONHECIDAS)		0	0	2	2	6	6	7	4	0	0	0	27
TOTAL		5	1	7	25	40	66	142	222	4	1	1	514

* A presença de idades ignoradas se justifica pela ausência de algumas datas de boletim de ocorrência.

Nas subcategorias, as infrações de drogas dominam aos 12, 13 e 15 anos, mas a partir dos 13 anos, se destacam também as infrações de furto/receptação (aos 13), sendo as mais freqüentes aos 14, 16 e 17, além das infrações de roubo/extorsão/latrocínio, sendo as mais freqüentes aos 14 anos (juntamente com as de furto/receptação) e se destacando também aos 15, 16 e 17 anos. Atenção deve ser dispensada nos 16 e 17 anos, por aparecerem juntas as três subcategorias (drogas, furto/receptação, roubo/extorsão/latrocínio) como as mais destacadas.

Já nas categorias, confirmando os resultados, as infrações com vítima indeterminada (incluídas as de drogas) e as contra o patrimônio se destacam. Deve-se observar, no entanto, que, aos 14 e aos 16 anos, as infrações contra o patrimônio parecem se destacar de forma mais veemente frente às demais categorias.

Como visto, dos 157 sujeitos do sexo masculino, desta pesquisa, 54 não são reincidentes, ou seja, a eles foi atribuído no máximo 1 fato. Na tabela 16, pode-se notar que entre os reincidentes, o máximo de infrações processadas e atribuídas a um mesmo sujeito totaliza 27. Mas a maior parte dos sujeitos reincidentes (92, de um total de 103 reincidentes) foi processada por de 2 a 7 infrações. Ou seja, apenas 10 sujeitos chegaram a ser processados por mais de 7 infrações, até um máximo de 15. E apenas um sujeito chegou a ser processado por 27 infrações.

Tabela 16 – Frequência de fatos processados conforme a idade na data do primeiro boletim de ocorrência (n=157)

Idade	Núm. de infrações															
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	13	15	27	Total
11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
12	0	0	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	4
13	0	0	1	1	1	0	3	1	2	0	1	1	0	0	1	12
14	0	0	0	3	5	4	0	0	1	2	0	1	0	1	0	17
15	0	1	4	10	3	1	2	3	0	0	0	0	0	0	0	24
16	0	14	5	4	7	2	3	1	0	0	0	0	0	0	0	36
17	2	35	19	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61
24	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
27	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	2	52	30	22	17	9	8	6	3	2	1	2	1	1	1	157

Pelas subcategorias e pelas categorias de infrações (tabelas 17 e 18), nota-se que um número maior de sujeitos é processado por um número reduzido de subcategorias e categorias diferentes. Isto não apenas confirma os resultados quanto ao número de infrações processadas, como permite notar que menos sujeitos

apresentam maior variação em subcategorias e categorias de infrações a eles atribuídas. A mais da metade dos sujeitos (116) foram atribuídas infrações pertencentes a apenas duas subcategorias de infrações. E também a mais da metade (86) foram atribuídas infrações pertencentes a apenas uma categoria de infração. Este é um resultado que pode corroborar com os destaques verificados nas frequências de infrações por idade na data do BO.

Tabela 17 - Frequência de subcategorias de infrações processadas conforme a idade na data do primeiro boletim de ocorrência (n=157)

Idade	Núm. de subcat.	0	1	2	3	4	5	6	Total
11		0	0	0	0	0	0	1	1
12		0	2	0	2	0	0	0	4
13		0	1	2	3	4	2	0	12
14		0	1	9	2	0	4	1	17
15		0	4	8	8	1	2	1	24
16		0	17	13	3	3	0	0	36
17		2	42	15	2	0	0	0	61
24		0	1	0	0	0	0	0	1
27		0	1	0	0	0	0	0	1
Total		2	69	47	20	8	8	3	157

Tabela 18 - Frequência de categorias de infrações processadas conforme a idade na data do primeiro boletim de ocorrência (n=157)

Idade	Núm. de categ.	0	1	2	3	Total
11		0	0	0	1	1
12		0	2	2	0	4
13		0	1	8	3	12
14		0	5	7	5	17
15		0	7	11	6	24
16		0	21	10	5	36
17		2	48	10	1	61
24		0	1	0	0	1
27		0	1	0	0	1
Total		2	86	48	21	157

Considerando os cruzamentos das variáveis em conjunto, pode-se dizer que as infrações mais frequentes podem se destacar umas sobre as outras conforme a idade do sujeito na data do seu primeiro BO e também na data do BO relativo a cada infração processada. A maioria dos reincidentes chegou até 7 infrações processadas e, novamente, a “versatilidade” se mostra reduzida. Observando subcategorias e categorias de infrações, a “versatilidade” também se mostra reduzida, mesmo nas idades (no primeiro BO) de mais frequência de infrações processadas.

3.3 – Correlações entre algumas variáveis

Seguindo o passo dos resultados apresentados, convém apresentar os coeficientes de correlação não paramétricos do Spearman, quanto às variáveis mais importantes na medida em que se destacaram, conforme apresentado.

Assim, para os adolescentes do sexo masculino, a idade no primeiro boletim de ocorrência apresenta correlação negativa forte ($r = -0,72$; $p < 0,001$) com o número de fatos processados, de modo a poder-se afirmar que um início de contatos policiais e judiciais precoce (mais cedo) indica um número maior de processos na adolescência. A idade no primeiro boletim de ocorrência tem correlação negativa forte ($r = -0,87$; $p < 0,001$) com a amplitude entre as idades no primeiro e no último boletins de ocorrência, o que significa que aquele início mais cedo pode indicar que o adolescente seria processado por mais tempo, na adolescência.

Dada a correlação positiva forte entre a amplitude entre as idades no primeiro e no último boletins de ocorrência e o número de fatos processados ($r = 0,85$; $p < 0,001$), então a maior amplitude não só indica mais tempo participando de processos, como indica também um número maior de processos.

Em síntese, um início (de participação em processos) mais cedo na adolescência dos meninos processados, pode corresponder a mais tempo participando de processos e a um número maior de processos, durante a adolescência.

Tomando-se a amplitude entre as gravidades da primeira e da última infrações processadas, esta amplitude não apresenta correlação com a idade de início ($r = 0,04$; $p = 0,61$), a não ser um fraca tendência – praticamente nula – de abrandamento, na medida em que o início se observe como sendo mais precoce. Se este dado for unido ao fato de que a participação dos sujeitos em processos infracionais se refere a uma variedade de fatos, dentre os quais se destacam poucos tipos de infrações e, além disso, que a variedade de fatos atribuídos aos adolescentes é, em geral, reduzida, então pode-se perceber um certo equilíbrio, ou mesmo uma constância no processamento de fatos no tempo da adolescência, sendo mais difícil, portanto, vislumbrar alguma escala ou abrandamento de gravidade entre a infração constante do primeiro boletim de ocorrência e aquela constante do último, devendo-se alertar, no entanto, que não se têm presentes análises relativas às mudanças intermediárias nas gravidades das infrações processadas.

4 – Discussão

Das descrições, cruzamentos feitos e verificação de associações existentes entre variáveis, destaca-se alguns resultados. Observou-se que um número reduzido de tipos de infrações se sobressai dentre o rol dos atos pelos quais os adolescentes estudados são processados, sendo elas: *furto*, *roubo*, *tráfico de drogas*, *porte de droga* e *lesão corporal*. São duas infrações relativas a patrimônio, sendo a diferença entre elas a presença de violência; duas infrações relativas a drogas; e uma

relativa à integridade física da vítima. Isto que dizer que apenas três conjuntos de tipos infrações se destacam perante os demais tipos.

A discussão que se pode fazer, a partir disso, remete a alguns questionamentos anteriores: seriam essas as infrações mais comuns, praticadas mais vezes pelos adolescentes? Ou seriam essas as infrações mais reportadas e sobre as quais a polícia está mais apta a conhecer e contra as quais está mais equipada a combater?

Não é possível saber, aqui, qual ou quais desses significados são verdadeiros. Mas é possível notar que as infrações que se destacam são aquelas que mais ocuparam os procedimentos do Estado, ao menos entre os dados desta pesquisa, indicando, desde logo, os tipos de infrações mais importantes a serem estudados e analisados em outras pesquisas, além de poderem ser tomados como referência para novas políticas públicas a eles direcionadas.

É importante notar que o destaque numérico que alcança tais categorias de delitos praticadas por adolescentes vai ao encontro dos resultados encontrados por Toledo e Bazon (2005), que estudaram a evolução da delinquência juvenil, no estado de São Paulo, entre os anos de 1950 e 2002, com base nos arquivos referentes ao acompanhamento de adolescentes infratores, da Fundação CASA.

Infrações, subcategorias e categorias de infrações apresentam pequena variação para grande parte dos sujeitos. Em outras palavras, muitos adolescentes foram processados, cada um deles, por uma variedade pequena de fatos, e esta pequena variedade se reflete tanto nas infrações, quanto nas subcategorias e categorias de infrações. Usando a linguagem do estudo das carreiras criminosas, é possível dizer que, considerando os fatos processados, são poucos sujeitos os mais

versáteis, e mais sujeitos são mais especializados. Isto não quer dizer que os sujeitos preferem praticar determinadas infrações, pois o banco de dados não permite fazer esta inferência. A “especialização” aqui discutida pode ser resultante do que acima foi anotado, ou seja, o destaque para poucos tipos de infrações (*furto, roubo, tráfico, porte de droga e lesão corporal*), seguida da “reincidência” por reduzidas vezes. Se é o poder público que direciona sua ação para determinados tipos de infração, um número reduzido de processos provavelmente recairá sobre poucos tipos de infração. Assim, se grande parte dos sujeitos são processados em número reduzido de vezes, também grande parte deles será mais “especializada”. Por outro lado, a “versatilidade” é um ponto importante de estudo, pois se ela está relacionada a sujeitos com mais processos, talvez a maior variabilidade entre as infrações processadas reflita justamente um maior número de processos. Em outras palavras, tanto o alto número de processos pode estar relacionado com a variedade de infrações – envolvendo questões como probabilidade ou mesmo experiência delituosa – como, inversamente, a variedade de infrações pode estar relacionada com o alto número de processos – envolvendo questões como a influência do fato sobre outros fatos.

Na presente investigação, destaca-se também o fato de que grande parte dos sujeitos da pesquisa “reincidiu” pelo menos uma vez. Quer-se dizer, foram processados mais de uma vez. Mas uma grande parte dos sujeitos “reincidentes” foi processada em número reduzido de vezes. Embora a maioria talvez de fato cometa um número pequeno de infrações e por elas seja processada, talvez o período da adolescência seja curto demais para que se possa computar muitos processos infracionais para um adolescente, levando-se em conta todos os filtros que existem diferenciando criminalidade real e oficial.

Todos os sujeitos com idade no primeiro boletim de ocorrência entre 11 e 14 anos são “reincidentes”, ou seja, possuem mais de um processo infracional. Este é um dado de suma importância, pois denota a força que pode ter a idade no primeiro contato com a polícia e o judiciário frente a novos contatos posteriores. Este é mais um dado que sugere atenção em posteriores estudos, especialmente sobre as causas dessas “reincidências”.

A maior parte dos sujeitos teve o último boletim de ocorrência registrado em seus 17 anos, sendo que a maior parte das infrações foi praticada por estes mesmos sujeitos. Isso não quer dizer que estes sujeitos tiveram mais tempo, na adolescência, para serem alvos de processos infracionais, inclusive porque a média e a mediana da diferença entre as idades no primeiro e no último boletim de ocorrência é de pouco mais de 2 anos. Este dado, juntamente com o fato de que a participação (número de sujeitos processados em determinada idade) se torna muito mais forte aos 16 e 17 anos, indica o final da adolescência como ponto onde lançar atenção para a frequência de fatos processados.

Retomando as últimas considerações, tem-se, em síntese, o início da adolescência como ponto importante para a discussão da “reincidência”, e o final da adolescência para a discussão da frequência, ainda que aqui se esteja falando muito mais de fatos processados do que de infrações realmente praticadas.

A partir de apontamentos da literatura internacional, pode-se fazer alguns paralelos, considerando-se, entretanto, as diferenças de escopo da presente investigação e essas.

Os principais resultados aqui obtidos parecem estar de acordo com o que a literatura internacional traz. É assim que Smith e McVie (2003) denotam que a

variedade na delinquência e o seu volume estão altamente correlacionados, sendo, para eles, volume da delinquência o mesmo que o “número total de vezes que o respondente se envolveu em um dos comportamentos delinquentes” (p. 184).

Conforme Farrington *et al.* (2003), a prevalência da delinquência aumenta em geral conforme a idade. Além disso, segundo tais autores, nos auto-relatos, o aumento da prevalência dos delitos mostra-se constante, mas as idades entre 12 e 13 anos mostram um aumento de prevalência mais acentuado de registros oficiais (*court referrals*, no caso) o que, pare eles, pode ser indício de relutância em enviar para a justiça juvenil jovens naquelas idades, talvez por serem muito novos. A frequência ao longo das idades permanece constante nos registros oficiais, mas aumenta nos auto-relatos.

O autor também sublinha que tanto em registros oficiais quanto em auto-relatos, metade dos delitos praticados foi de responsabilidade de um pequeno número de infratores (esses delinquentes são chamados *crônicos*).

Tal como no presente estudo, quanto mais cedo o início, maior o número de delitos praticados. Entre 11 e 12 anos e entre 13 e 15 anos observou-se aumento acentuado na probabilidade de o infrator ser enviado à justiça. Nos registros oficiais, um início cedo, entre 11 e 12 anos, indica maior frequência no futuro.

Segundo se lê no ensaio de Piquero *et al.* (2003), algumas descobertas, dentre os trabalhos que os autores revisaram, poderiam ser consideradas como de uma relação interessante com os resultados da presente pesquisa: a alta relação entre idade e crime; declínio nos níveis individuais de crime, conforme a idade aumenta; início mais cedo, significando carreira mais longa e persistente; estabilidade, onde o comportamento anti-social passado significaria comportamento anti-social futuro;

pequena porcentagem de delinquentes responsáveis pela maioria dos delitos; pequena tendência à especialização em determinadas ofensas; idade de início muito relacionada com a criminalidade persistente e grave; a prevalência anual crescendo até os 17 anos (e depois caindo); crimes violentos ocorrendo quase aleatoriamente, em carreiras criminosas; pequeno número de infratores crônicos; idade-pico aos 17 anos (considerando entrevistas até os 32 anos); declínio de ofensas violentas com a idade..

Deane *et al.* (2005), estudando a especialização entre delito violentos e delitos não violentos, encontram evidências de que há forte especialização, onde quem pratica um tipo de ato (violento ou não violento) provavelmente praticará o mesmo tipo de ato, em caso de delitos subseqüentes. Quando a generalização aparece (prática de atos violentos e não violentos), esta ainda é muito fraca, frente às evidências relativas à especialização. No passo dos delitos violentos/não violentos, Massoglia (2006) destaca que a maioria dos indivíduos, em vez de desistir completamente, passam de um comportamento violento para um não violento – no caso, o comportamento não violento é representado pelo uso de substâncias.

Segundo Kirk (2006), o início mais cedo (quando medido por prisão, ou *arrest*) relaciona-se com um comportamento persistente e também com uma criminalidade grave. No mesmo sentido, Ezell (2007) percebendo que um início oficial mais cedo corresponde a uma carreira mais longa. Francis *et al.* (2007) descobrem que a primeira condenação aparece como de grande importância para estimar a duração de uma carreira, sendo a idade, nesta primeira condenação, uma variável em destaque. O início mais cedo como indicativo de uma carreira mais longa também é denotado por Piquero, Brame e Lynam (2004).

Nesse sentido, Haarpen *et al.* (2007) afirmam que a resistência dos infratores persistentes a diversas formas de controle social mostrou-se surgindo cedo na vida deles. Segundo os autores, seu artigo não verifica causas dessa resistência, mas os resultados apontam para aquele início de resistência cedo.

Destoando um pouco do conjunto, Sampson e Laub (2003) percebem que o crime declina na medida em que a idade avança. E, ainda, Delisi e Scherer (2006), que desafiam os postulados teóricos e empíricos desenvolvidos nas pesquisas sobre carreiras criminosas, quando neste trabalho estuda homicidas (no caso, infratores com históricos de vários homicídios), verificando com surpresa, por exemplo, um início de prisões mais tardio, além de não se observarem entre o início e o crime efeitos significativos, dentre esses multi-homicidas.

Em síntese, os resultados sobre assuntos pertinentes encontrados na literatura internacional pesquisada, embora não possa ser comparada linearmente aos resultados da presente pesquisa, ainda assim os corroboram em alguma medida e servem para a indicação dos pontos importantes a serem estudados em pesquisas futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se esta pesquisa de Mestrado acreditando que ela sirva, de alguma forma, como contribuição ao estudo da criminalidade e da delinquência, especialmente em seu aspecto desenvolvimental.

A pergunta que pairou durante todo o estudo, e que se inseriu dentre os objetivos empíricos da presente pesquisa, foi a seguinte: *Existem padrões de carreiras criminosas entre os adolescentes participantes do grupo pesquisado?* A resposta a essa pergunta deve ser considerada no contexto das críticas feitas à fonte / qualidade dos dados com os quais se trabalhou.

Sobressai-se, neste trabalho, o fato de os chamados *registros oficiais*, que são as informações criminais mantidas pelo Poder Público – e, no caso específico desta pesquisa, os processos judiciais infracionais do CIJI de Ribeirão Preto, os boletins de ocorrência neles contidos e o terminal eletrônico com informações processuais da mesma CIJI – não serem elaborados com o rigor desejável às pesquisas científicas sobre criminalidade.

No entanto, os mesmos registros são passíveis de ser utilizados pelo juiz ou pelo promotor de justiça com a finalidade de tomar ou propor decisões a respeito de atos infracionais e seus supostos autores.

É certo que o processo judicial infracional em papel (ou seja, os autos processuais propriamente ditos), contém mais informações sobre o fato processado do que o terminal eletrônico. Este último, portanto, não é a reprodução de todas as informações processuais em formato digitalizado. Ocorre que os autos processuais também têm falhas que prejudicam o conhecimento detalhado do fato processado.

Processos infracionais sem defesa do adolescente – supostamente autor do ato infracional processado – por advogado ou defensor público, juntamente com a sentença de remissão formam um conjunto em que se torna difícil (ou, por vezes, impossível) saber se o adolescente processado foi o responsável pelo fato processado, e mesmo se o fato processado realmente existiu. Um processo realizado desta forma parece estar conforme a legislação, já que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 126 e 127) prevê a remissão, a possibilidade de sua concessão antes do procedimento judicial de apuração de ato infracional e independentemente da consideração acerca da responsabilização do adolescente processado. Esta possibilidade legal é, aparentemente, utilizada pelo Judiciário e pelo Ministério Público como servindo à celeridade, talvez devido ao fato de que o Estado lhes dá mais trabalho do que podem suportar.

Ao se valer de processos infracionais anteriores de um adolescente, a fim de propor ou decidir com mais fundamento, promotor e juiz poderiam, ao menos, consultar os autos processuais respectivos, sendo melhor fonte do que o terminal eletrônico. Mas, na esteira da celeridade, talvez seja muito dispendioso consultar autos em papel, especialmente quando existirem muitos processos anteriores do adolescente em questão. O sistema de arquivamento processual (com fim em Jundiaí) retira do alcance os processos em papel arquivados. E, mais uma vez, a celeridade exige que se consulte o que estiver disponível de forma mais rápida – no caso, o terminal eletrônico.

No terminal eletrônico, podem ser identificados ainda outros problemas, como datas de nascimento diferentes entre diversos processos relativos a um mesmo sujeito, infrações desconhecidas (seja porque não preenchidas, seja porque preenchidas de acordo com um categoria infracional – em vez de ser de acordo com

o tipo penal específico de referência –, seja no caso de preenchimentos incompletos – por exemplo, uma sequência de infrações, em um mesmo processo, sendo registrada como uma única infração), sentenças ignoradas e, especialmente, datas do fato ignoradas. Outro problema é que o terminal eletrônico possui somente informações a respeito de processos realizados no CIJI de Ribeirão Preto, o que impossibilita o conhecimento de outros fatos pelos quais os adolescentes fossem eventualmente processados em outras comarcas.

Os problemas presentes na fonte de dados, especialmente estes problemas presentes no terminal eletrônico, servem para questionar a validade de pesquisas que neles se baseiem sem considerações sérias sobre a fonte em si. Para o estudo de carreiras criminosas, que exige grande precisão quanto à prática de infrações, o banco de dados, construído com base nas informações coletadas em tal fonte é frágil.

Os registros oficiais sobre criminalidade são importantes. Eles são o acervo do Estado a respeito dos fatos criminais ocorridos. É através dos registros oficiais que o Estado poderá construir políticas públicas criminais e de segurança em sentido amplo, ou mesmo operações policiais pontuais. A partir do momento em que as informações são desprezadas ou quase suprimidas (com arquivamentos a quilômetros de distância e preenchimentos incompletos, por exemplo), o Estado abre mão do que é primordial para o conhecimento da criminalidade e para o seu enfrentamento.

Quer dizer, os dados da presente pesquisa não permitem o conhecimento da carreira criminosa real dos adolescentes, e também torna limitado o conhecimento

criterioso de uma carreira criminosa oficial, já que as falhas da fonte denotam precariedade nas informações oficiais.

Em se considerando tais críticas, buscou-se coletar e organizar o banco de dados para a presente investigação da forma mais rigorosa possível, o que tornou possível o estudo de algumas variáveis e alguns cruzamentos entre elas, considerando muito mais os *atos processados*, em vez de *infrações cometidas*. Nesse sentido, pode-se dizer que o banco de dados acaba representando a atividade infracional que move o Estado e como essa é vista por este, talvez não correspondendo aos fatos reais ou a infrações realmente cometidas por determinados adolescentes.

Existem resultados que indicam sobre o que o Estado tem se ocupado mais, em termos de processos infracionais contra adolescentes do sexo masculino, sugerindo enfoques para novos estudos e recomendando seja melhorada a forma como o Estado lida com as informações criminais.

Vale também ressaltar que o contato com os escritos da ciência internacional relativa às carreiras criminosas e trajetórias desenvolvimentais despertou o pesquisador para o fato de que não é possível desenvolver uma pesquisa nesta área sem investimento multidisciplinar. Isto deve ser entendido não apenas como a busca por informação científica na literatura de várias disciplinas, mas também, e principalmente, a comunhão de esforços desde o planejamento dos estudos respectivos. Somente assim, algum dia no Brasil será possível responder adequadamente à pergunta sobre padrões de carreiras criminosas.

A partir de uma perspectiva mais reflexiva, é possível pensar que talvez o próprio Estado, em seu descaso para com as informações criminais e sua

desorganização burocrática que satura os cartórios e tribunais, superlota as prisões e perde o controle sobre a corrupção, esteja ele mesmo criando padrões de criminalidade, onde convém o caos das informações oficiais para que o Estado não ateste contra si mesmo. É neste ponto que a ciência deve entrar, com o rigor que lhe é próprio, propondo mudanças fundamentadas e contribuindo para o bem comum.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aber, J. L., Brown, J. L., & Jones, S. M. (2003). Developmental Trajectories Toward Violence in Middle Childhood: Course, Demographic Differences, and Response to School-Based Intervention. *Developmental Psychology*, 39 (2), pp. 324-348.

Adorno, S., & Bordini, E. B. (fevereiro de 1989). Reincidência e reincidentes penitenciários em São Paulo, 1974-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 9 (3), pp. 70-94.

Adorno, S., & Salla, F. (2007). Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. *Estudos Avançados*, 21 (61), pp. 7-29.

Assis, S. G., & de Souza, E. R. (1999). Criando Caim e Abel - Pensando a prevenção da infração juvenil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 4 (1), pp. 131-144.

Azevedo, M. A. (setembro de 2003). Concepções sobre criminalidade e modelos de policiamento. *Psicologia Ciência e Profissão*, 23 (3). Acesso em 3 de setembro de 2008, disponível em: http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000300004&lng=pt&nrm=iso

Blokland, A. A., Nagin, D., & Nieuwbeerta, P. (novembro de 2005). Life span offending trajectories of a Dutch conviction cohort. *Criminology*, 43 (4), pp. 919-954.

Blumstein, A., Cohen, J., Roth, J. A., & Visher, C. A. (Eds.). (1986). *Criminal Careers and "Career Criminals"* (Vol. 1). Washington, D.C.: National Academy Press.

Blumstein, A., Cohen, J., Roth, J. A., & Visher, C. A. (Eds.). (1986-A). *Criminal Careers and "Career Criminals"* (Vol. 2). Washington, D.C.: National Academy Press.

Brame, R., Fagan, J., Piquero, A. R., Schubert, C. A., & Steinberg, L. (Julho de 2004). Criminal Careers of Serious Delinquents in Two Cities. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 2 (3), pp. 256-272.

Bushway, S. D., Thornberry, T. P., & Krohn, M. D. (junho de 2003). Desistance as a Developmental Process: A Comparison of Static and Dynamic Approaches. *Journal of Quantitative Criminology*, 19 (2), pp. 129-153.

Cahali, Y. S. (2005). *Divórcio e Separação* (11 ed.). São Paulo: Revista dos Tribunais.

CAREER. (1965). In: *A Dictionary of Social Sciences* (pp. 72-73). Nova York: The Free Press.

Carra, C. (2001). *Delinquance Juvenile et Quartiers "Sensibles"*. Paris: L'Harmattan.

CARREIRA. (2004). In: *Dicionário Houaiss de língua portuguesa* (p. 635). Rio de Janeiro: Objetiva.

CARRERA. (2002). In: *Diccionario Didático Latín* (p. 819). Madri: Ediciones SM.

Cerqueira, D., & Lobão, W. (2004). Determinantes da Criminalidade: Arcabouços Teóricos e Resultados Empíricos. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 47 (2), pp. 233-269.

Cintra Júnior, D. A. (Julho-Setembro de 1993). Reflexões em torno do projeto de política criminal e penitenciária da OAB/SP - Apreciação crítica e propostas. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 1 (3), pp. 100-112.

Clark, M. (2006). Commitment to Crime: The Role of the Criminal Justice System. *European Journal of Criminology*, 3 (2), pp. 201-220.

Coelho, M. A. (2007). De batedor de carteira a assaltante de bancos. *Estudos Avançados*, 21 (61), pp. 71-75.

Constantino, P. (outubro de 2001). Entre as escolhas e os riscos possíveis: A inserção das jovens no tráfico de drogas (Dissertação de Mestrado). *Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública*. Rio de Janeiro.

Corrado, R. R., Cohen, I. M., Glackman, W., & Odgers, C. (abril de 2003). Serious and Violent Young Offenders' Decisions to Recidivate: An Assessment of Five Sentencing Models. *Crime & Delinquency*, 49 (2), pp. 179-200.

CURRÍCULO1. (2004). In: *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (p. 894). Rio de Janeiro: Objetiva.

CURRÍCULO2. (2004). In: *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (p. 894). Rio de Janeiro: Objetiva.

CURRICULUM. (2002). In: *Diccionario Didático Latín* (p. 209). Madri: Ediciones SM.

CURSO. (2004). In: *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (pp. 894-895). Rio de Janeiro: Objetiva.

CURSUS. (2002). In: *Diccionario Didático Latín* (p. 210). Madri: Ediciones SM.

Cusson, M. (1990). *Croissance et décroissance du crime* (1 ed.). Paris: Presses Universitaires de France.

Davis, C. P. (julho de 2007). At-Risk Girls and Delinquency: Career Pathways. *Crime & Delinquency* , 53 (3), pp. 408-435.

Deane, G., Felson, R. B., & Armstrong, D. P. (novembro de 2005). An examination of offense specialization using marginal logit models. *Criminology* , 43 (4), pp. 955-988.

Delisi, M., & Scherer, A. M. (junho de 2006). Multiple homicide Offenders: Offense Characteristics, Social Correlates, and Criminal Careers. *Criminal Justice and Behavior* , 33 (3), pp. 367-391.

Dell'Aglío, D. D., Benetti, S. P., Deretti, L., D'Incao, D. B., & Leon, J. S. (janeiro/abril de 2005). Eventos estressores no desenvolvimento de meninas adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas. *Paidéia - Cadernos de Psicologia e Educação* , 15 (30). Acesso em 3 de setembro de 2008, disponível em: <http://sites.ffclrp.usp.br/paideia/artigos/30/12.htm>

Dell'Aglío, D. D., Santos, S. S., & Borges, J. L. (julho/dezembro de 2004). Infração Juvenil Feminina: Uma Trajetória de Abandonos. *Interação em Psicologia* , 8 (2), pp. 190-197.

D'Unger, A. V., Land, K. C., & McCall, P. L. (Dezembro de 2002). Sex Differences in Age Patterns of Delinquent/Criminal Careers: Results from Poisson Latent Class Analyses of the Philadelphia Cohort Study. *Journal of Quantitative Criminology* , 18 (4), pp. 349-375.

ESTÁDIO. (2004). In: *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (p. 1244). Rio de Janeiro: Objetiva.

Ezell, M. E. (janeiro de 2007). Examining the Overall and Offense-Specific Criminal Career Lengths of a Sample of Serious Offenders. *Crime & Delinquency* , 53 (1), pp. 3-37.

Fandiño Mariño, J. M. (2002). Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal (trad. Roberto Cataldo Costa). *Sociologias* , 4 (8), pp. 220-244.

Farrington, D. P. (2003). Developmental and Life-Course Criminology: Key theoretical and empirical issues - The 2002 Sutherland Award Address. *Criminology* , 41 (2), pp. 221-255.

Farrington, D. P., Jolliffe, D., Hawkins, J. D., Catalano, R. F., Hill, K. G., & Kosterman, R. (agosto de 2003). Comparing delinquency careers in court records and self-reports. *Criminology* , 41 (3), pp. 933-958.

Foote, N. N. (1965). Social Psychology. *A Dictionary of the Social Sciences* , 663-665. (J. Gould, & W. L. Kolb, Eds.) Estados Unidos da América: The Free Press of Glencoe.

Fraga, P. C. (2004). *Vida bandida: socialização e processos de subjetivação na construção de carreiras criminais*. Tese (Doutorado), USP, FFLCH, São Paulo.

Francis, B., Soothill, K., & Ackerley, E. (Maio de 2004). Multiple Cohort Data, Delinquent Generations, and Criminal Careers. *Journal of Contemporary Criminal Justice* , 20 (2), pp. 103-126.

Francis, B., Soothill, K., & Fligelstone, R. (2004). Identifying Patterns and Pathways of Offending Behaviour: A New Approach to Typologies of Crime. *European Journal of Criminology* , 1 (1), pp. 47-87.

Francis, B., Soothill, K., & Piquero, A. R. (janeiro de 2007). Estimation Issues and Generational Changes in Modeling Criminal Career Length. *Crime & Delinquency* , 53 (1), pp. 84-105.

Friedsam, H. J. (1965). Career. *A Dictionary of Social Sciences* , 72-73. (J. Gould, & W. L. Kolb, Eds.) Nova York, Estados Unidos da América: The Free Press of Glencoe.

Führer, M. R. (2005). *História do Direito Penal (crime natural e crime de plágio)*. São Paulo: Malheiros.

Gadd, D., & Farrall, S. (2004). Criminal Careers, Desistance and Subjectivity: Interpreting Men's Narratives of Change. *Theoretical Criminology* , 8 (2), pp. 123-156.

Gifis, S. H. (2003-A). Malum ad prohibitum. *Law Dictionary* , 5, 308. Nova York, Estados Unidos da América: Barron's.

Gifis, S. H. (2003). Malum in se. *Law Dictionary* , 5, 307-308. Nova York, Estados Unidos da América: Barron's.

Gilinskiy, Y. (2006). Crime in Contemporary Russia. *European Journal of Criminology* , 3 (3), pp. 259-292.

Haapanen, R., Britton, L., & Croisdale, T. (janeiro de 2007). Persistent Criminality and Career Length. *Crime & Delinquency* , 53 (1), pp. 133-155.

Hodgson, B., & Costello, A. (2006). The Prognostic Significance of Burglary in Company. *European Journal of Criminology* , 3 (1), pp. 115-119.

Kazemian, L., & Farrington, D. P. (junho de 2005). Comparing the Validity of Prospective, Retrospective, and Official Onset for Different Offending Categories. *Journal of Quantitative Criminology* , 21 (2), pp. 127-147.

Kirk, D. S. (junho de 2006). Examining the Divergence Across Self-report and Official Data Sources on Inferences About the Adolescent Life-course of Crime. *Journal of Quantitative Criminology* , 22 (2), pp. 107-129.

Kleemans, E. R., & Poot, C. J. (2008). Criminal Careers in Organized Crime and Social Opportunity Structure. *European Journal of Criminology* , 5 (1), pp. 69-98.

Kubrin, C. E., & Stewart, E. A. (2006). Predicting who reoffends: The neglected role of neighborhood context in recidivism studies. *Criminology* , 44 (1), pp. 165-197.

Kyvsgaard, B. (2003). *The criminal career: The Danish longitudinal study*. Acesso em 24 de março de 2008, disponível parcialmente em Google Pesquisa de Livros: http://books.google.com/books?id=8f4LT_17d7YC&printsec=frontcover&dq=criminal+career&hl=pt-BR

Loeber, R., & Le Blanc, M. (1990). Toward a Developmental Criminology. *Crime and Justice* , 12, pp. 375-473.

Lussier, P., Leclerc, B., Cale, J., & Proulx, J. (novembro de 2007). Developmental Pathways of Deviance in Sexual Aggressors. *Criminal Justice and Behavior* , 34 (11), pp. 1441-1462.

Massoglia, M. (setembro de 2006). Desistance or Displacement? The Changing Patterns of Offending from Adolescence to Young Adulthood. *Journal of Quantitative Criminology* , 22 (3), pp. 215-239.

Maughan, B. (Novembro de 2005). Developmental Trajectory Modeling: A View from Developmental Psychopathology. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science* , 602 (1), pp. 118-130.

Maume, M. O., Ousey, G. C., & Beaver, K. (março de 2005). Cutting the Grass: A Reexamination of the Link between Marital Attachment, Delinquent Peers and Desistance from Marijuana Use. *Journal of Quantitative Criminology* , 21 (1), pp. 27-53.

Mello, C. A. (2004). *Curso de Direito Administrativo* (17 ed.). São Paulo: Malheiros.

Mirabete, J. F. (2005). *Código Penal Interpretado* (5 ed.). São Paulo: Atlas.

Molina, A. G.-P. (2006). Introdução aos Fundamentos Teóricos da Criminologia. In: A. G.-P. Molina, & L. F. Gomes, *Criminologia* (L. F. Gomes, & D. Tangerino, Trads., 5 ed., pp. 27-437). São Paulo: RT.

Mota, M. E. (2005). Psicologia do Desenvolvimento: uma perspectiva histórica. *Temas em Psicologia* , 13 (2), pp. 105-111.

Nagin, D. S., & Tremblay, R. E. (novembro de 2005). Developmental trajectory groups: fact or a useful statistical fiction? *Criminology* , 43 (4), pp. 873-904.

Nascimento, J. F. (2003). *Curso de Criminologia*. São Paulo: Juarez de Oliveira.

Oliveira, M. B., & Assis, S. G. (outubro/dezembro de 1999). Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. *Cadernos de Saúde Pública*, 15 (4), pp. 831-844.

Osgood, D. W., & Schreck, C. J. (2007). A new method for studying the extent, stability, and predictors of individual specialization in violence. *Criminology*, 45 (2), pp. 273-312.

Pacheco, J., Alvarenga, P., Reppold, C., Piccinini, C. A., & Hutz, C. S. (2005). Estabilidade do Comportamento Anti-social na Transição da Infância para a Adolescência: Uma Perspectiva Desenvolvimentista. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18 (1), pp. 55-61.

Piquero, A. R., & Blumstein, A. (dezembro de 2007-A). Does Incapacitation Reduce Crime? *Journal of Quantitative Criminology*, 23 (4), pp. 267-285.

Piquero, A. R., Brame, R., & Lynam, D. (julho de 2004). Studying Criminal Career Length Through Early Adulthood Among Serious Offenders. *Crime and Delinquency*, 50 (3), pp. 412-435.

Piquero, A. R., Farrington, D. P., & Blumstein, A. (2007). *Key Issues in Criminal Career Research*. Nova York: Cambridge University Press.

Piquero, A. R., Farrington, D. P., & Blumstein, A. (2003). The Criminal Career Paradigm. *Crime and Justice: A Review of Research*, 30, pp. 359-506.

Piquero, A. R., Piquero, N. L., Terry, J. J., Youstin, T., & Nobles, M. (maio de 2008). Uncollaring the criminal: Understanding Criminal Careers of Criminal Clerics. *Criminal Justice and Behavior*, 35 (5), pp. 583-599.

Pridemore, W. A. (2007). Change and Stability in the Characteristics of Homicide Victims, Offenders and Incidents During Rapid Social Change. *British Journal of Criminology*, 47 (2), pp. 331-345.

Sampson, R. J., & Laub, J. H. (Novembro de 2005). A Life-Course View of the Development of Crime. *The Annals of the American Academy*, 602, pp. 12-45.

Sampson, R. J., & Laub, J. H. (agosto de 2003). Life-course desisters? Trajectories of crime among delinquent boys followed to age 70. *Criminology*, 41 (3), pp. 555-592.

Silva, A. P., & Rossetti-Ferreira, M. C. (2002). Continuidade/Descontinuidade no Envolvimento com o Crime: Uma Discussão Crítica da Literatura na Psicologia do Desenvolvimento. 15 (3), pp. 573-585.

Silva, J. A. (2002). *Curso de Direito Constitucional Positivo* (21 ed.). São Paulo: Malheiros.

Siqueira, M. D. (1996). A vida escorrendo pelo ralo: as alternativas de existência dos meninos de rua. *Estudos de Psicologia*, 2 (1), pp. 161-174.

Smith, D. J., & McVie, S. (2003). Theory and method in the Edinburgh Study of Youth Transitions and Crime. *British Journal of Criminology* , 43 (1), pp. 169-195.

Soothill, K., Ackerley, E., & Francis, B. (2004). Profiles of crime recruitment: Changing patterns over time. *British Journal of Criminology* , 44, pp. 401-418.

Soothill, K., Ackerley, E., & Francis, B. (2003). The persistent offenders debate: A focus on temporal changes. *Criminal Justice* , 3 (4), pp. 389-412.

Spagnol, A. S. (Novembro de 2005). Jovens Delinquentes Paulistanos. *Tempo Social, revista de sociologia da USP* , 17 (2), pp. 275-299.

STADIUM. (2002). In: *Diccionario Didático Latín* (p. 647). Madri: Ediciones SM.

Sullivan, C. J., McGloin, J. M., Pratt, T. C., & Piquero, A. R. (2006). Rethinking The “Norm” Of Offender Generality: Investigating Specialization In The Short-Term. *Criminology* , 44 (1), pp. 199-233.

Swaaningen, R. v. (2006). Criminology in the Netherlands. *European Journal of Criminology* , 3 (4), pp. 463-501.

Toledo, G. W., & Bazon, M. R. (2005). A delinquência Juvenil no estado de São Paulo: estudo de sua evolução entre 1950 e 2002. In: Z. M. Biasoli-Alves, I. M. Alves, L. H. Carvalaes, & P. Duarte, *Programa de Pós-Graduação em Psicologia: Livro de Artigos - Tomo II* (pp. 299-309). Ribeirão Preto: Legis Summa.

Topalli, V. (2005). Criminal expertise and offender decision-making: An experimental analysis of how offenders and non-offenders differentially perceive social stimuli. *British Journal of Criminology* , 45, pp. 269-295.

Turner, M. G., Hartman, J. L., & Bishop, D. M. (outubro de 2007). The effects of prenatal problems, family functioning, and neighborhood disadvantage in predicting lifecourse- persistent offending. *Criminal Justice and Behavior* , 34 (10), pp. 1241-1261.

Weisburd, D., Bushway, S., Lum, C., & Yang, S.-M. (maio de 2004). Trajectories of crime at places: A longitudinal study of street segments in the city of Seattle. *Criminology* , 42 (2), pp. 283-321.

Anexo I

FORMULÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE DADOS

Data de preenchimento	
Dados pessoais	
Nome	
Sexo	Data de nascimento
☐	
1-M; 2-F; 9-Ignorado.	
Documento (especificar também o tipo de documento)	
Nome do Pai	
Nome da Mãe	
Endereço (rua, bairro, cidade, estado)	
Estado civil	
☐	
1-solteiro; 2-amasiado; 3-casado; 4-separado; 5-divorciado; 9-ignorado	
Cor	
☐	
1-branca; 2-preta; 3-amarela; 4-parda; 5-indígena; 6-outra; 9-ignorada	
Escolaridade	
☐	
0-nunca estudou; 1-não estuda atualmente; 2-estuda atualmente; 9-ignorado.	
- Incluir a série escolar.	
A infração e o processo	
Fonte	
☐	
1-processos gerais; 2-processos arquivados; 3-terminal	
Nº da caixa de arquivo, se for o caso:	
<input type="text"/>	
Número do processo e data do processo	
Infração cometida	
☐	
Ver lista a parte.	
Data da Infração	
<input type="text"/>	
Data do Boletim de Ocorrência	
<input type="text"/>	
Local da infração:	
Vítima	
☐	
0-pessoa indeterminada; 1-pessoa física; 2-estabelecimento comercial; 3-pessoa física e estabelecimento comercial; 4-outra; 9-ignorado	
Elemento subjetivo e tentativa	
☐	
- 1-dolo, consumado; 2-dolo, tentativa; 3-culpa; 4-preterdolo; 9-ignorado.	
USO DE ARMA – pelo adolescente?	
☐	
- 0-não; 1-arma de fogo; 2-arma sem fogo; 3-ambos tipos de arma; 4-ign. tipo de arma; 9-ign. se usou arma.	

CO-AUTORIA – Menor de 18 anos.		
☐		
- 0-sem co-autoria; 1-sem arma; 2-arma de fogo; 3-arma sem fogo; 4-ambos tipos de arma; 5-tipo de arma ign.; 6-ign. se teve arma; 9-ign. se teve co-autoria.		
CO-AUTORIA – Maior de 18 anos.		
☐		
- 0-sem co-autoria; 1-sem arma; 2-arma de fogo; 3-arma sem fogo; 4-ambos tipos de arma; 5-tipo de arma ign.; 6-ign. se teve arma; 9-ign. se teve co-autoria.		
CO-AUTORIA – Idade ignorada.		
☐		
- 0-sem co-autoria; 1-sem arma; 2-arma de fogo; 3-arma sem fogo; 4-ambos tipos de arma; 5-tipo de arma ign.; 6-ign. se teve arma; 9-ign. se teve co-autoria.		
Houve violência?		
☐		
- 0-não; 1-somente violência física; 2-somente violência moral; 3-ambos tipos de violência; 4-violência presumida; 9-ignorado.		
REPRESENTAÇÃO – pelo Ministério Público		
☐		
- 0-não houve representação; 1-houve representação; 9-ignorado		
SENTENÇA		
☐		
- 0-processo não concluído; 1-condenação; 2-absolvição; 3-remissão; 4-parcialmente procedente; 5-arquivamento; 6-outra solução; 9-ignorado.		
MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA		
☐		
ADVERTÊNCIA		
- 0-não foi aplicada; 1-foi aplicada; 9-ignorado.		
☐		
OBRIGAÇÃO DE REPARAR O DANO		
- 0-não foi aplicada; 1-foi aplicada; 9-ignorado.		
☐		
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE		
- 0-não foi aplicada; 1-foi aplicada; 9-ignorado.		
☐		
LIBERDADE ASSISTIDA		
- 0-não foi aplicada; 1-foi aplicada; 9-ignorado.		
☐		
REGIME DE SEMILIBERDADE		
- 0-não foi aplicada; 1-foi aplicada; 9-ignorado.		
☐		
INTERNAÇÃO		
- 0-não foi aplicada; 1-foi aplicada; 9-ignorado.		
☐		
MEDIDA DE PROTEÇÃO		
- 0-não foi aplicada; 1-foi aplicada; 9-ignorado.		
Em caso de internação, qual o período?		
☐	De:	Até:
- 0-não houve internação; 1-houve internação; 9-ignorado.		

Observações:

ERRATA

D'ANDREA, G. Delinquência juvenil: a noção de trajetórias desenvolvimentais e a descrição de carreiras. 139 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. 2008.

1 – p.42, linhas 8 a 13 – “O negócio criminoso surge...” – O texto presente nas referidas linhas consiste em uma citação, tendo havido erro na formatação, sendo o correto o texto ser recuado. A referência já está indicada no texto.

2 – p. 73, linha 22 – Em vez de “... a partir de uma longitudinal”, o correto é “...a partir de uma perspectiva longitudinal”.